



## RELATÓRIO e CONTAS 2007

**carris** 

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.



# RELATÓRIO e CONTAS 2007

carris



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2007, que a seguir se apresentam, reflectem as principais acções desenvolvidas e os resultados que das mesmas decorreram.

A sua leitura permitirá, por certo, constatar que foi possível prosseguir a melhoria da qualidade do serviço prestado pela Empresa e expandir a oferta, ao mesmo tempo que os resultados melhoraram.

Cumpriu-se, assim, uma vez mais, o compromisso assumido pela CARRIS quando, em 2003, definiu e iniciou o plano de reestruturação que está em curso.

No ano de 2007 a CARRIS assinou um Contrato de Gestão com o seu Accionista – o Estado, que estabelece objectivos quantitativos e qualitativos, cuja concretização permite a melhoria do desempenho da Empresa e a sua quantificação objectiva.

Os objectivos deste Contrato não foram cumpridos. Foram ultrapassados, uma vez que os resultados alcançados superaram os objectivos estabelecidos, o que para nós, que diariamente nos empenhamos e procuramos fazer o melhor que sabemos, é motivo de satisfação.

Não estamos, porém, acomodados. Sabemos que é possível e necessário fazer mais e melhor. Temos, pois, ambição e confiança.

Uma e outra têm sido, em grande parte, a razão da transformação que a CARRIS tem, claramente, evidenciado nos últimos anos.

Somos uma Empresa estratégica para a afirmação da Cidade de Lisboa e da sua Área Metropolitana como espaço urbano competitivo, não apenas à escala nacional mas, também, internacional, designadamente, europeia.

Uma mobilidade urbana sustentável é hoje, e cada vez mais, um aspecto diferenciador e indutor de crescimento e aumento da qualidade de vida dos Cidadãos que vivem e/ou trabalham nas grandes Cidades.

O desafio que está colocado é o de sermos capazes de reorganizar as Cidades, tornando-as menos poluentes e menos

congestionadas, dotando-as com transportes públicos com elevados padrões de qualidade.

Este desafio, hoje assumido por todas as Cidades modernas, é, também, de Lisboa, o que torna a CARRIS num parceiro indispensável.

É porque temos consciência da importância da nossa intervenção e da responsabilidade que assumimos há 135 anos que temos procurado dar uma resposta adequada às necessidades da Cidade: reestruturámos grande parte da Rede, renovámos mais de metade da nossa frota de autocarros, rejuvenescemos e qualificámos o nosso pessoal tripulante. Somos uma Empresa Certificada em vias de dispor de cerca de metade da sua rede constituída por Carreiras Certificadas. Alterámos comportamentos e práticas organizacionais, de modo a sermos uma Empresa de referência no trabalho em prole do Desenvolvimento Sustentável.

Sabemos bem qual o caminho que temos de continuar a percorrer tendo em vista continuarmos a assegurar um contributo relevante para a mobilidade em Lisboa. Queremos ser não apenas um Operador de Transporte Colectivo mas um catalizador da mobilidade urbana sustentável.

Por isso, sabemos bem o muito que ainda está por fazer.

A melhoria contínua da qualidade do serviço que prestamos é o nosso lema para ganhar novos clientes para o transporte público.

A Cidade sabe que pode continuar a contar connosco.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008



J. Manuel Silva Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração



## ÍNDICE

|                                       |     |   |       |
|---------------------------------------|-----|---|-------|
| ÓRGÃOS SOCIAIS •                      | 6   | ○ | _____ |
| RELATÓRIO DE GESTÃO •                 | 8   | ○ | _____ |
| CONTAS DO EXERCÍCIO •                 | 68  | ○ | _____ |
| RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO • | 102 | ○ | _____ |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS •       | 106 | ○ | _____ |

## 6 • ÓRGÃOS SOCIAIS

Da esquerda para a direita:

Dr.<sup>a</sup> Isabel Cabaço Antunes (Vogal),

Eng.<sup>o</sup> Joaquim Zeferino (Vogal),

Dr. José Manuel Silva Rodrigues (Presidente),

Dr. António Santos e Silva (Vogal),

Dr.<sup>a</sup> Maria Adelina Rocha (Vogal)





Da esquerda para a direita:

Eng.º Norberto Silva, Eng.º António Fernandes, Eng.º Pedro Martins Pereira, Eng.º Élio Serra, Eng.º José Freire da Fonseca, Eng.º Jorge Nabais, Dr. Jorge Aresta Branco, Eng.º Vasco Matos, Eng.º Maria João Branco, Eng.º António Martins Marques, Dr.ª Maria Elisabete Proença, Eng.º António Quaresma, Dr. Duarte Amândio, Eng.º Carlos Figueiredo, Eng.º António Proença, Eng.º José Maia, Dr. Arnaldo Pimentel, Eng.º António Parente, Dr. Carlos Sousa Bentes, Dr. Luís Vale, Dr. Manuel Antunes Vicente, Eng.º Victor Gonçalves

## • CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO •

### Assessorias •

Directores Gerais Assessores  
Directores Assessores  
Assessores

### Direcção Comercial e de Marketing •

Comunicação e Imagem  
Tarifário e Mercado  
Vendas

### Direcção Financeira •

Contabilidade  
Operações Financeiras e Tesouraria

### Direcção de Logística •

Actividades Gerais  
Aprovisionamento  
Tecnologias de Informação

### Direcção Recursos Humanos •

Apoio, Orçamentação e Auditoria  
Desenvolvimento e Relações no Trabalho  
Gestão de Aplicações de Recursos Humanos  
Movimentação e Condições de Trabalho

### Gab. Apoio Jurídico e Contencioso •

### Gab. Inovação e Desenvolvimento •

### Gab. Plan. Controlo Gestão e Auditoria •

### Gab. Ambiente Qualidade e Segurança •

### Gab. Relações Internacionais •

### • Provedor do Cliente

### • Secretaria Geral

Documentação e Arquivo  
Museu  
Relações Públicas

### • Unid. Controlo Operacional e Planeamento da Rede

Controlo de Tráfego  
Fiscalização  
Planeamento Operacional

### • Unid. Negócios de Exploração de Autocarros

Estação Miraflores  
Estação Musgueira  
Estação Pontinha  
Engenharia e Gestão da Manutenção  
Oficinas Centrais

### • Unid. Negócios Modo Eléctrico

Estação de Santo Amaro  
Manutenção e Engenharia

○ 8 • RELATÓRIO DE GESTÃO

○ 12 • APRESENTAÇÃO

○ 16 • SERVIÇOS PRESTADOS

○ 25 • RECURSOS HUMANOS

○ 29 • RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

○ 34 • RECURSOS FINANCEIROS

○ 36 • RECURSOS ECONÓMICOS

○ 41 • GOVERNO SOCIETÁRIO

○ 65 • RELAÇÕES INTERNACIONAIS

○ 65 • EVOLUÇÃO PREVISTA PERSPECTIVAS PARA 2008

○ 66 • PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

○ 67 • CONSIDERAÇÕES FINAIS





## PRINCIPAIS INDICADORES

|                                              | 2003             | 2004             | 2005             | 2006             | 2007             |
|----------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>OFERTA</b> (milhares)                     |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Veículos-km S.P.</b>                      | <b>44.608</b>    | <b>42.148</b>    | <b>40.057</b>    | <b>39.688</b>    | <b>40.610</b>    |
| Autocarros                                   | 42.532           | 40.277           | 38.195           | 37.806           | 38.693           |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores             | 2.076            | 1.871            | 1.862            | 1.882            | 1.918            |
| <b>Veículos-hora S.P.</b>                    | <b>3.121</b>     | <b>2.947</b>     | <b>2.800</b>     | <b>2.791</b>     | <b>2.868</b>     |
| Autocarros                                   | 2.882            | 2.731            | 2.588            | 2.587            | 2.657            |
| Modo Eléctrico                               | 240              | 215              | 212              | 204              | 211              |
| <b>Lugares-km</b>                            | <b>4.073.711</b> | <b>3.856.362</b> | <b>3.605.029</b> | <b>3.534.129</b> | <b>3.621.032</b> |
| Autocarros                                   | 3.906.674        | 3.705.328        | 3.455.888        | 3.383.683        | 3.467.065        |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores             | 167.038          | 151.034          | 149.141          | 150.446          | 153.967          |
| <b>PROCURA</b> (milhares)                    |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Passageiros S.P.</b>                      | <b>276.739</b>   | <b>256.608</b>   | <b>240.758</b>   | <b>234.895</b>   | <b>236.356</b>   |
| Autocarros                                   | 257.250          | 238.516          | 222.774          | 216.233          | 217.872          |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores             | 19.489           | 18.092           | 17.984           | 18.662           | 18.484           |
| <b>Passageiros-km S.P.</b>                   | <b>917.125</b>   | <b>850.471</b>   | <b>796.276</b>   | <b>775.758</b>   | <b>768.869</b>   |
| Autocarros                                   | 874.649          | 810.955          | 757.432          | 735.194          | 723.672          |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores             | 42.476           | 39.516           | 38.844           | 40.564           | 45.197           |
| <b>QUALIDADE DO SERVIÇO</b>                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Velocidade Média de Exploração (km/h)</b> | <b>14,47</b>     | <b>14,46</b>     | <b>14,47</b>     | <b>14,35</b>     | <b>14,30</b>     |
| Autocarros                                   | 14,76            | 14,75            | 14,76            | 14,61            | 14,56            |
| Eléctricos*                                  | 10,27            | 10,18            | 10,33            | 10,49            | 10,48            |
| * Não inclui ascensores e elevadores.        |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Taxa de Ocupação (%)</b>                  | <b>22,51</b>     | <b>22,05</b>     | <b>22,09</b>     | <b>21,95</b>     | <b>21,23</b>     |
| Autocarros                                   | 22,39            | 21,89            | 21,92            | 21,73            | 20,87            |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores             | 25,43            | 26,16            | 26,05            | 26,96            | 29,36            |
| <b>FROTA</b>                                 |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Frota Total</b>                           | <b>895</b>       | <b>863</b>       | <b>851</b>       | <b>824</b>       | <b>810</b>       |
| Autocarros                                   | 828              | 797              | 785              | 758              | 745              |
| Eléctricos                                   | 59               | 58               | 58               | 58               | 57               |
| Ascensores+Elevadores                        | 8                | 8                | 8                | 8                | 8                |



|                                                 | 2003    | 2004    | 2005    | 2006    | 2007    |
|-------------------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>RECURSOS HUMANOS</b>                         |         |         |         |         |         |
| Efectivo Total em 31 de Dezembro                | 3.194   | 2.859   | 2.787   | 2.681   | 2.778   |
| Efectivo Tripulante em 31 de Dezembro           | 1.897   | 1.731   | 1.763   | 1.763   | 1.882   |
| <b>RECEITAS</b> (milhares de euros correntes)   |         |         |         |         |         |
| Receitas por Título de Transporte Pago*         | 70.638  | 70.683  | 70.518  | 73.084  | 75.433  |
| Passes                                          | 47.441  | 46.015  | 46.594  | 48.422  | 48.521  |
| Pré-Comprados                                   | 12.029  | 12.995  | 12.442  | 11.138  | 10.572  |
| Bilhetes                                        | 11.168  | 11.673  | 11.482  | 13.524  | 16.340  |
| * Valores líquidos.                             |         |         |         |         |         |
| <b>RESULTADOS</b> (milhares de euros correntes) |         |         |         |         |         |
| Resultados Operacionais                         | -61.582 | -50.746 | -44.307 | -42.986 | -22.967 |

## 1. APRESENTAÇÃO

**1.** O ano de 2007 permitiu prosseguir a evolução positiva que a CARRIS vem evidenciando desde 2003, ano em que iniciou o seu processo de reestruturação.

Ganhar eficiência, gerindo melhor os recursos utilizados, melhorar a qualidade do serviço de transportes prestado à Cidade e ganhar novos clientes para o transporte público foram os grandes objectivos definidos para a reestruturação da Empresa e que estiveram na base da estratégia então definida, a qual tem vindo a ser implementada de forma consistente e gradual.

Estes objectivos estão, aliás, contidos nas Orientações estratégicas que o accionista Estado definiu para a CARRIS, para o mandato em curso, depois reflectidos no Contrato de Gestão, assinado em 11 de Maio de 2007.

Neste importante documento, que contem o compromisso formal da Empresa com o seu Accionista, estão definidos e quantificados objectivos, cuja concretização implicará uma significativa melhoria de desempenho.

**2.** Conforme adiante este Relatório reflecte, a CARRIS cumpriu, tendo mesmo ultrapassado, os objectivos estabelecidos, tendo alcançado resultados que não podem deixar de considerar-se muito positivos, prosseguindo, desta forma, o caminho de recuperação que em 2003 iniciou.

Estes resultados reflectem, pois, a adequação da estratégia que tem vindo a ser implementada, de modo gradual e faseado, com coerência e estabilidade no Governo da Sociedade.

**3.** A CARRIS é, hoje, uma empresa dinâmica, inovadora, que actua no mercado da mobilidade urbana, em Lisboa, procurando, diariamente, apresentar um serviço com elevados padrões de qualidade.

Como empresa certificada desde 2006 (ISO 9001/2000), a CARRIS tem de cumprir um amplo conjunto de normas, regularmente auditadas, assegurando o seu compromisso activo com a melhoria contínua da qualidade da sua Organização e funcionamento empresarial.

Este compromisso é, aliás, reforçado pelo facto de um número significativo de carreiras/linhas (22) ser também certificado (NP EN 13816:2003).

A este propósito é de referir que destas 22 carreiras/linhas, 18 terem obtido a respectiva Certificação de Qualidade em Maio de 2007, tendo sido desenvolvidos, ao longo do ano, os trabalhos de preparação de mais 18 carreiras para certificação no início de 2008.

**4.** No âmbito da qualidade do serviço não pode deixar de ser referido o processo de renovação da rede, designado por “Rede 7”, cujo início ocorreu em Setembro de 2006, abrangendo 28 carreiras e tendo então sido alteradas mais 6 carreiras. Com este processo, a empresa pretendeu garantir uma resposta mais adequada às necessidades da mobilidade na Cidade, ajustando a sua rede às alterações que se têm vindo a verificar no sistema de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente a expansão da rede do metropolitano. Assim, esta reestruturação ao mesmo tempo que procura reduzir a sobreposição e aumentar a articulação com a rede do metro, sem prejuízo de serem mantidas ligações à superfície, visa reforçar a importância das ligações transversais e circulares, manter os actuais níveis de acessibilidade à rede, oferecer novas ligações, aumentar a frequência de passagem e melhorar a oferta em todos os períodos do dia e do ano.

Concretizado o início da reestruturação da rede, em Setembro de 2006, a CARRIS, ao longo de 2007, monitorizou cuidadosamente o resultado das alterações concretizadas, tendo, na sequência deste processo de monitorização, introduzido alguns ajustamentos que se afiguraram convenientes face às necessidades objectivas da procura em determinadas áreas e percursos.

Também em 2007, e conforme programado, foram preparadas as alterações necessárias para a concretização da 2ª fase deste processo, na sequência da abertura das Estações do Metropolitano de Lisboa do Cais do Sodré e Santa Apolónia, o qual foi oportunamente apresentado à Câmara Municipal de Lisboa e ao Instituto da Mobilidade e do Transporte Terrestre que se pronunciaram favoravelmente.



Esta 2.ª fase, abrangendo 16 carreiras, foi, tal como acontecera na 1.ª fase, objecto de cuidadosa preparação, tendo sido implementada na 1.ª semana de 2008, após a abertura das novas Estações do Metropolitano de Lisboa atrás referidas e será objecto de atenta monitorização para eventuais ajustamentos, se tal se vier a justificar.

**5.** Por outro lado, dando sequência ao plano de renovação da frota de autocarros, iniciado em 2004, em 2007 foram lançados concursos públicos internacionais para aquisição de 20 autocarros articulados e de 20 autocarros médios, a recepcionar em 2008.

Estes autocarros com motor Euro IV, os de tipologia média e Euro V, os articulados, permitirão consolidar a qualidade do transporte prestado (dispõem de ar condicionado, piso rebaixado e rampa eléctrica de acesso a cadeira de rodas), bem como prosseguir a melhoria do desempenho ambiental da frota da CARRIS, resultante da entrada em funcionamento dos 408 autocarros novos, desde 2004, a que se juntarão, em 2008, os 40 novos autocarros, e do consequente abate de mais de 500 autocarros de gerações anteriores, vários com mais de 25 anos de idade.

**6.** É de referir que tendo sido adquiridos, em 2007, 370 novos sistemas de videovigilância a frota da CARRIS ficará

totalmente equipada com este tipo de equipamentos, até final do 1.º trimestre de 2008, o que constituirá um reforço da segurança, quer para os clientes, quer para os tripulantes destes veículos.

Em 2007 iniciou-se a instalação de mais 150 novos painéis de informação em tempo real, o que estará também concluído no 1.º trimestre de 2008, permitindo à CARRIS dispor de 350 painéis de informação em igual número de paragens, melhorando, também por esta via, a qualidade do serviço prestado.

**7.** Em 2007, continuou o rejuvenescimento e a qualificação do pessoal de tráfego (motoristas, guarda-freios, controladores da Central de Tráfego e pessoal de enquadramento), tendo sido admitidos 224 novos tripulantes. É de registar que, nos últimos 3 anos, foram admitidos 770 motoristas e guarda-freios, o que reflecte o refrescamento de mais de 1/3 do efectivo tripulante activo, com consequências muito positivas no desempenho global da empresa.

Visando estimular o mérito e premiar a excelência, foi criado em 2007, por acto de gestão do Conselho de Administração, a distinção “Desempenho +”, apenas aplicável aos motoristas e guarda-freios cujo desempenho profissional se revele excepcional e com impacto muito relevante na boa imagem da CARRIS junto dos seus clientes.



**8.** No domínio da manutenção, em 2007 foi concluído o processo de externalização da manutenção da frota de autocarros, iniciado em 2005, o qual foi concretizado de forma gradual ao longo do ano. Assim, desde 1 de Janeiro de 2008 a CARRIS não realiza operações de manutenção de autocarros.

Está, assim, concluído este processo de reconfiguração da manutenção de autocarros, tendo a CARRIS transferido, com sucesso, de forma gradual, as operações de manutenção dos seus autocarros, com ganhos relevantes de eficácia e eficiência, o que contribuiu para a criação de melhores condições de afirmação de uma nova cultura empresarial, na CARRIS, como Empresa de serviços virada para o mercado e centrada no Cliente.

**9.** Esta preocupação crescente com o mercado reflectiu-se em 2007 com o desenvolvimento de várias acções visando aprofundar o conhecimento, por parte da Empresa, do mercado da mobilidade, de forma a prosseguir a reformulação da sua oferta, apresentando novos produtos que possam ganhar novos clientes para o transporte público.

Neste domínio, foram desencadeadas diferentes acções de marketing e comunicação, quer internas, quer externas, procurando atingir diferentes públicos, prestando-lhes informação relevante sobre a evolução da empresa e da melhoria dos seus produtos.

Também, aqui, a CARRIS alcançou uma renovada visibilidade positiva, mercê de novas dinâmicas comunicacionais dirigidas não apenas aos seus clientes actuais e potenciais mas, também, aos seus colaboradores, bem como às diferentes entidades com as quais a Empresa se relaciona (Governo, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Autoridades Administrativas, Fornecedores, etc.).

**10.** Como resultado da melhoria da oferta, por um lado e da dinamização da actividade comercial e do marketing da empresa, por outro, a CARRIS, pela primeira vez ao fim de mais de 15 anos, voltou a ganhar passageiros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 1,5 milhões (+0,6%), tendo sido transportados, em 2007, cerca de 236,4 milhões de passageiros.

Esta evolução positiva irá ser acompanhada com especial atenção em 2008 para se avaliar se representa, como é desejável, uma alteração estrutural da procura.

**11.** Como Empresa comprometida com novas práticas visando assegurar o Desenvolvimento Sustentável, a CARRIS desenvolveu um conjunto de acções que adiante este Relatório, bem como o Relatório de Sustentabilidade discriminarão e de que se destacam os trabalhos, em curso, visando a Certificação Ambiental (ISO 14001:2004), a qual deverá ocorrer no final do 1º trimestre de 2008.





Em 2007 foi assinada, entre a CARRIS e a UITP – Union International des Transports Publics, a Carta de Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, com o estatuto máximo de compromisso (“Full Signatory”), o que ocorreu na sequência de um “audit” específico para o efeito, tendo-se deslocado a Lisboa o Secretário Geral daquela Organização Internacional aquando da celebração, em 18 de Setembro, do 135º Aniversário da Empresa.

O bom desempenho da CARRIS no âmbito do seu compromisso com o Desenvolvimento Sustentável foi, aliás, objecto, em 2007, de destaque em várias ocasiões, no âmbito de iniciativas desenvolvidas por diversas entidades.

Tal foi, entre outros, o caso da revista Exame que, pela primeira vez, identificou a CARRIS como pertencente ao grupo das “Melhores Empresas para trabalhar em Portugal”, bem como do Jornal Expresso que, no âmbito de um “Estudo sobre o Estado de Arte das Práticas de Sustentabilidade em Portugal”, destacou a CARRIS, cotando-a com 73%, acima da média das Empresas do SEE envolvidas no Estudo, (62%), e da média de todas as empresas nacionais e multinacionais envolvidas (65%).

**12.** No plano internacional, a CARRIS intensificou a sua participação nas Organizações a que está ligada - UITP – Union International des Transports Publics, CEEP – Centre Europeen des Entreprises, IBBG – International Bus Benchmarking Group, MMG – Major Metropolises Group, conforme é referido neste Relatório.

Com esta participação reforçada a Empresa obtém, por um lado, acrescida informação relevante acerca das melhores práticas internacionais no seu sector de actividade e, por outro, ganha maior visibilidade externa, o que lhe permite alcançar um lugar relevante como operador europeu de referência que pretende ser.

**13.** O conjunto das várias acções desenvolvidas em 2007, conjugado com os efeitos das que foram adoptadas em anos anteriores, permitiu alcançar uma significativa melhoria (cerca de 47%) do Resultado Operacional, que passou de -42,9 milhões de euros em 2006 para -22,9 milhões de euros em 2007.

Esta melhoria no Resultado Operacional, de cerca de 20 milhões de Euros, decorre de um aumento nos Proveitos Operacionais de aproximadamente 9,8 milhões de euros e de uma diminuição nos Custos Operacionais de cerca de 10 milhões de euros.

Por seu lado, o Resultado Líquido do exercício melhorou cerca de 25%, tendo passado de -52,2 milhões em 2006 para -39,3 milhões em 2007, não obstante o significativo agravamento do Resultado Financeiro negativo, sobretudo decorrente do acentuado aumento verificado nas taxas de juro.

O EBITDA foi negativo em cerca de 1,6 milhões de euros, o que comparado com o valor de 2006 (-20,4 milhões de euros) evidencia uma recuperação superior a 18 milhões de euros.

**14.** O ano de 2007 foi, pois, marcado com uma evolução bastante positiva, reflectida em vários aspectos da vida da Empresa que, em síntese, dão cumprimento aos principais objectivos definidos, logo em 2003:

- Maior eficiência (R.O. de -22,9 milhões de euros em 2007, em comparação com -42,9 milhões de euros em 2006).
- Melhor qualidade do serviço (reestruturação da Rede – “Rede 7”, mais carreiras certificadas, frota renovada e pessoal tripulante rejuvenescido).
- Mais clientes para o Transporte Público (pela 1ª vez ao fim de mais de 15 anos, os passageiros transportados pela CARRIS aumentaram).

A CARRIS é, sem duvida, no final de 2007, uma Empresa mais sustentável e melhor preparada para os novos desafios da mobilidade urbana, determinada em continuar a ser um parceiro relevante para a afirmação de Lisboa como Cidade moderna e competitiva.

## 2. SERVIÇO PRESTADO

Pode afirmar-se que o ano de 2007 acentua a melhoria da qualidade do serviço prestado pela CARRIS. De facto, o projecto de Renovação da Rede – “Rede 7” cuja 1ª fase se iniciou em Setembro de 2006, consolidou-se ao longo deste ano.

Tal como já havia acontecido no final de 2006, foram efectuados alguns ajustamentos na rede, de carácter pontual, em resultado do processo de monitorização das alterações introduzidas pela 1ª fase, salientando-se pela dimensão o prolongamento da carreira 64 do Colégio Militar à Cidade Universitária, durante os dias úteis, melhorando as ligações da Damaia e Benfica ao Hospital de Sta. Maria.

Durante o ano de 2007 promoveram-se os estudos e avaliação de cenários para a 2ª fase do projecto de Renovação da Rede – “Rede 7”, cuja implementação se concretizou logo na 1ª semana de 2008.

Para a melhoria da qualidade do serviço prestado, confirmada pelo aumento do índice de satisfação global dos clientes no inquérito anual de satisfação, concorreram vários factores entre os quais deve salientar-se o cumprimento quase integral do serviço programado, ficando a dever-se fundamentalmente a causas exógenas algumas lacunas no serviço prestado.

Ao fim de vários anos de acentuada quebra de procura, facto que não afectou apenas a CARRIS, mas o sistema de transporte colectivo em geral, verificou-se em 2007 uma ligeira recuperação, na sequência da desaceleração da quebra já verificada em 2006.

Para além do serviço de transporte público regular, a CARRIS colaborou e esteve envolvida em diversos eventos, realizados na sua área de operação, movimentando elevado número de pessoas. São exemplo destes eventos, festivais de música como o “Super Rock Super Bock” e “Delta Tejo”, provas desportivas como a “Meia Maratona de Lisboa”, a “Meia Maratona de Portugal”, o “Lisboa Bike Tour” em que a CARRIS procedeu ao transporte dos milhares de atletas participantes, tendo ainda apoiado outros eventos de cariz sócio-desportivo como o “Walk the World” e a “Corrida da Mulher”.

Merece destaque, pelo elevado significado, a participação da CARRIS no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, na cerimónia da assinatura do Tratado de Lisboa, em 13 de De-

zembro, em que num eléctrico articulado foram transportados os Chefes de Estado e de Governo dos 27 países da União, entre o Mosteiro dos Jerónimos e o Museu dos Coches.

### 2.1. REDE

A rede de serviço público registou em 2007 um ligeiro acréscimo na rede de autocarros, no que se refere ao comprimento total das carreiras. Este acréscimo ficou a dever-se, essencialmente, à reestruturação operada em Setembro de 2006, com a entrada em exploração da primeira fase da Rede 7 e aos ajustes entretanto introduzidos.

#### ● REDE DE SERVIÇO PÚBLICO EM 31/12/2007

| Características                                    | Auto. | Elect. | TOTAL |
|----------------------------------------------------|-------|--------|-------|
| Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km) | 1 777 | 60     | 1 837 |
| Extensão da Rede (via simples - km)                | 667   | 48     | 674   |
| Nº de Carreiras                                    | 86    | 5      | 91    |
| Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)  | 20,7  | 12,1   | 20,2  |

Durante o ano efectuaram-se diversas alterações nas carreiras da rede da CARRIS. Descrevem-se, em seguida, as principais alterações definitivas ao nível do respectivo percurso:

#### Janeiro 2007

- **Carreira 742** – Alteração do local de terminal no Pólo Universitário da Ajuda, passando este a ser efectuado na Alameda da Universidade.

- **Carreira 773** – Nova paragem na Calçada da Estrela.

#### Março 2007

- **Carreira 25** – Prolongamento, no Prior Velho, à Rua Maestro Lopes Graça. Alteração de percurso no Prior Velho, passando a carreira a percorrer a totalidade da Rua de Bissau.

- **Carreiras 58 e 92** – Alteração do terminal da carreira 58 no Cais Sodré, para o topo nascente do Jardim Roque Gameiro. A carreira 92 deixa, em simultâneo, de circular pelo referido Jardim.



- **Carreira 2** – Recuo da paragem da carreira 2, em Campolide, destino Pç. Comércio, para a sua antiga localização, junto ao restaurante "A Valenciana". Esta alteração efectuou-se por solicitação da Junta de Freguesia de Campolide.

#### Julho 2007

- **Carreira 64** – Prolongamento de percurso, do Colégio Militar para a Cidade Universitária.

#### Agosto 2007

- **Carreiras 3 e 701** – Novas paragens Av. Nuno Krus Abecassis.

#### Setembro 2007

- **Carreira 24** – Alteração de percurso e paragens passando a circular via Bairro da Boavista.

- **Carreira 777** – Alteração de percurso e paragens no Bairro Sete Céus.

#### Outubro 2007

- **Carreira 773** – Nova paragem "R. Rodrigo da Fonseca", destino Alcântara.

### 2.1.1. Rede 7

No âmbito do processo de monitorização do serviço, após a entrada em exploração da 1ª. fase do processo de renovação da rede – "Rede 7", foram efectuados 5 ajustamentos em 2007 (tinham já sido efectuados 9 ajustamentos durante o 4º. Trimestre de 2006), os quais foram os seguintes:

- **8 Janeiro** – Reforço da frequência aos dias úteis e fins de semana da carreira 718, respondendo às irregularidades medidas;
- **22 Janeiro** – Prolongamento da carreira 742, na zona do Pólo Universitário da Ajuda, de modo a melhorar o acesso a todos os estabelecimentos de ensino daquele núcleo, assim como melhorar a ligação às restantes carreiras que ali circulam (723 e 729);
- **22 Janeiro** – Estabelecimento de uma nova paragem para a carreira 773, na Calçada da Estrela, sentido Alcântara, respondendo a diversas solicitações de clientes;

- **16 Julho** – Prolongamento da carreira 64, do Colégio Militar, à Cidade Universitária, melhorando as ligações de Benfica ao Hospital de Santa Maria e às Universidades ali existentes;

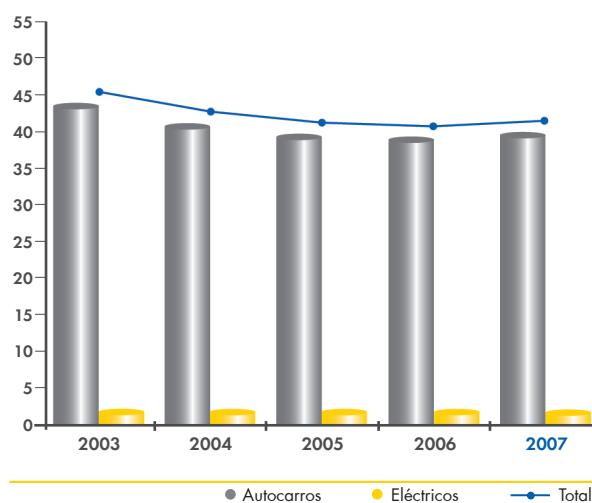
- **11 Outubro** – Estabelecimento de uma nova paragem para a carreira 773, na Rua Rodrigo da Fonseca, sentido Alcântara, respondendo a diversas solicitações de clientes.

## 2.2. OFERTA

O número de Veículos-km registou um aumento de 2,3% em relação ao ano anterior, em resultado das alterações introduzidas com a "Rede 7" e dos ajustamentos que as carreiras foram tendo ao longo do ano.

A oferta expressa em Lugares-km teve evolução semelhante aos Veículos-km, mas de forma ligeiramente mais acentuada, devido à variação da lotação média dos autocarros, onde se verificou um aumento de 89,50, em 2006, para 89,61, em 2007. Esta variação deveu-se, essencialmente, aos abates de veículos da frota mais antiga, tendo-se substituído, em algumas carreiras, autocarros de tipologia média, por autocarros de tipologia standard, consequentemente com maior capacidade.

### VEÍCULOS-KM (10<sup>6</sup>)



| Exploração                           | Veículos - km (10 <sup>3</sup> ) |               |            | Lugares - km (10 <sup>6</sup> ) |              |            |
|--------------------------------------|----------------------------------|---------------|------------|---------------------------------|--------------|------------|
|                                      | 2007                             | 2006          | Δ%         | 2007                            | 2006         | Δ%         |
| Autocarros                           | 38 692                           | 37 806        | 2,3        | 3 467                           | 3 384        | 2,5        |
| Eléctricos + Ascensores + Elevadores | 1 918                            | 1 882         | 1,9        | 154                             | 150          | 2,7        |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>40 610</b>                    | <b>39 688</b> | <b>2,3</b> | <b>3 621</b>                    | <b>3 534</b> | <b>2,5</b> |

### 2.3. PROCURA

Em 2007 verificou-se uma inversão da tendência de perda continuada de passageiros, verificada nos últimos anos, tendo-se constatado um aumento da Procura global. Este facto decorre do aumento da Procura verificado na rede de Autocarros. Admite-se que este aumento de procura possa estar relacionado com as melhorias do serviço, (mais oferta no corpo do dia, nos fins de semana e horários nocturnos) introduzidas com a 1ª. fase da "Rede 7". O indicador Passageiros\*km manteve, porém, uma tendência decrescente, tal como no ano anterior, de forma mais acentuada na rede de Eléctricos facto que se relaciona com a actualização do percurso médio por rede, efectuada em Março de 2007.

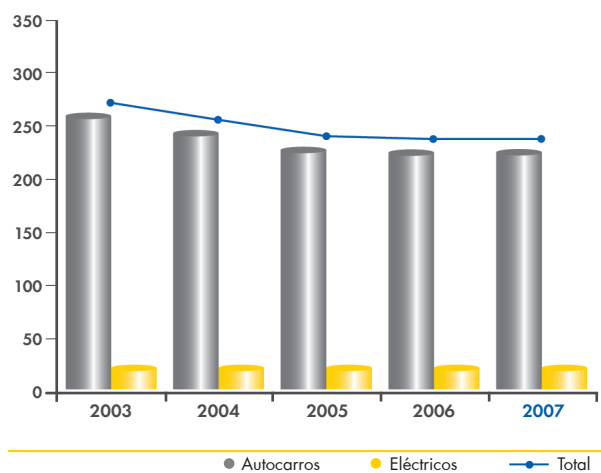
Da análise à distribuição de passageiros por título de transporte pago, verificamos que o aumento verificado em relação ao ano anterior, na rede de Autocarros, se deve ao aumento de 14,38% na Tarifa de Bordo e à recuperação de passageiros com bilhetes CARRIS de 4,01% e ainda ao aumento de passageiros com Bilhetes de 1 zona de 5,37%.

Na rede de Eléctricos o decréscimo da procura deveu-se ao decréscimo de passageiros com bilhetes Carris/Metro de 18,96%, bilhetes de 1 zona de 2,47% e ainda ao ligeiro decréscimo verificado nos passes 0,32%.

Relativamente ao ano anterior, os passageiros gratuitos e em fraude tiveram um aumento de 4,5%. A este propósito, salienta-se o facto da CARRIS ter assegurado a oferta gratuita do serviço regular de passageiros, no dia 13 de Dezembro, a propósito das comemorações da assinatura do Tratado de Lisboa, tendo os passageiros gratuitos evidenciado um aumento de 7,7%. Os passageiros em fraude tiveram um decréscimo de 3,0%.

| Exploração                           | Passageiros (10 <sup>3</sup> ) |                |            | Passageiros - km (10 <sup>6</sup> ) |            |             |
|--------------------------------------|--------------------------------|----------------|------------|-------------------------------------|------------|-------------|
|                                      | 2007                           | 2006           | Δ%         | 2007                                | 2006       | Δ%          |
| Autocarros                           | 217 872                        | 216 233        | 0,8        | 724                                 | 735        | -1,5        |
| Eléctricos + Ascensores + Elevadores | 18 484                         | 18 662         | -1,0       | 45                                  | 41         | 9,8         |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>236 356</b>                 | <b>234 895</b> | <b>0,6</b> | <b>769</b>                          | <b>776</b> | <b>-0,9</b> |

### ○ PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (10<sup>6</sup>)



### 2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO

#### 2.4.1. Velocidade Média de Exploração (km/h)

A velocidade comercial apresentou uma ligeira diminuição de 0,3%, reflexo do que se verificou na rede de autocarros (-0,3%) e na rede de eléctricos (-0,1%).

De referir que continuou o esforço de melhoria das condições de exploração, designadamente, através da pintura de marcas rodoviárias e mesmo limitadores físicos do estacionamento desordenado, o que terá tido um efeito positivo, embora insuficiente, para a melhoria das condições de circulação. Esta pintura decorreu ao abrigo de um protocolo entre a CARRIS e a Câmara Municipal de Lisboa.

Um outro aspecto que poderá ter contribuído para este decréscimo, consistiu na revisão dos tempos de percurso,



principalmente nas carreiras certificadas, tendo-se assistido, globalmente, a um aumento desse tempo, por forma a garantir um melhor cumprimento dos horários.

|               | 2007         | 2006         | Δ%          |
|---------------|--------------|--------------|-------------|
| Autocarros    | 14,56        | 14,61        | -0,3        |
| Eléctricos    | 10,48        | 10,49        | -0,1        |
| <b>TOTAL*</b> | <b>14,30</b> | <b>14,35</b> | <b>-0,3</b> |

\* Não engloba ascensores e elevadores

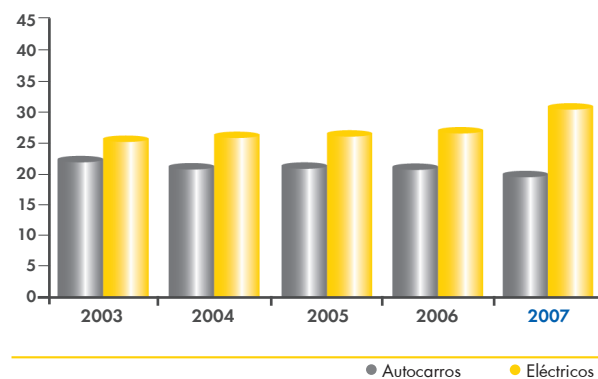
## 2.4.2. Taxa de Ocupação

A Taxa de Ocupação, teve um ligeiro decréscimo relativamente a 2006, causado pela rede de Autocarros, tendo, ao invés, a rede de Eléctricos apresentado um aumento significativo.

A redução em autocarros estará relacionada com a troca de tipologia efectuada em algumas carreiras, tendo passado a circular autocarros standard, por troca de autocarros médios.

|                                  | 2007         | 2006         | Δ%           |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Autocarros                       | 20,87        | 21,73        | -3,96        |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores | 29,36        | 26,96        | 8,90         |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>21,23</b> | <b>21,95</b> | <b>-3,28</b> |

### ● TAXA DE OCUPAÇÃO (%)



## 2.4.3. Taxa de Acidentes

A taxa de acidentes evidenciou, em 2007, uma melhoria face ao ano anterior em ambas as redes, com particular expressão na rede de Eléctricos.

### ● TAXA DE ACIDENTES (por milhão de km)

|              | 2007         | 2006         | Δ%          |
|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Autocarros   | 46,03        | 48,92        | -5,9        |
| Eléctricos   | 83,15        | 104,97       | -20,8       |
| <b>TOTAL</b> | <b>47,79</b> | <b>51,58</b> | <b>-7,3</b> |

## 2.4.4. Regularidade

Como indicador indirecto da regularidade do serviço, continua a utilizar-se "o número de quilómetros perdidos, por engarrafamentos e outros problemas de trânsito, por milhar de km percorridos".

Este indicador acentua a tendência do ano anterior, evidenciando as diminuições bastante significativas, quer para a rede de Autocarros, quer para a rede de Eléctricos, evidenciando globalmente um decréscimo de 59,1%.

O facto de, conforme já referido, em algumas das carreiras certificadas se ter aumentado ligeiramente o tempo de percurso terá, também, contribuído para um menor número de quilómetros perdidos, dado que existe uma maior garantia para o cumprimento do horário de partida das viagens.

(Número de km perdidos por milhar de km percorridos)

| Engarrafamentos | 2007       | 2006       | Δ%           |
|-----------------|------------|------------|--------------|
| Autocarros      | 0,9        | 2,1        | -57,1        |
| Eléctricos      | 0,9        | 3,3        | -72,7        |
| <b>TOTAL</b>    | <b>0,9</b> | <b>2,2</b> | <b>-59,1</b> |

#### 2.4.5. Fiscalização Comercial

Ao longo de 2007 verificou-se um reforço da Fiscalização Comercial, na sequência da introdução do “outsourcing” parcial desta actividade, iniciado no ano anterior.

Ainda em 2007 foi lançado novo concurso público internacional para esta prestação de serviços, em moldes mais ajustados e precisos, o qual foi adjudicado e produziu efeitos a partir de Novembro.

O reforço da actividade permitiu o incremento do número de acções de fiscalização e prevenção da fraude, tendo-se verificado, em relação a 2006, um aumento de 46% no total de autuações e coimas aplicadas.

Foi também desenvolvido com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., um processo de transferência de dados das autuações, de modo a possibilitar um tratamento mais eficaz dos processos.

#### 2.4.6. Certificação de Carreiras

Em Fevereiro de 2006, a CARRIS obteve a Certificação de Qualidade do Serviço de 4 Linhas/Carreiras, reconhecimento que foi concedido pela CERTIF – Associação para a Certificação de Produtos, tendo como referência a Norma NP EN 13816:2003 e Especificações Técnicas da CERTIF.

Em Maio de 2007, a Empresa obteve a certificação de mais 18 Linhas/Carreiras, também concedida por aquela entidade, encontrando-se praticamente concluído, no final do ano, o processo de candidatura para a certificação de mais 18 Linhas/Carreiras, o qual será entregue à CERTIF em Fevereiro de 2008.

Esta certificação exige a monitorização contínua dos critérios estabelecidos na Norma para a qualidade do serviço, nomeadamente: Período de Operação; Fiabilidade da Linha; Duração da Viagem; Regularidade (cumprimento do intervalo de passagem); Pontualidade; Informação ao Cliente; Limpeza de Veículos e de Postos de Venda; e Apoio ao Cliente (atendimento e tratamento de reclamações).

A medição da conformidade do serviço de Linhas/Carreiras é feita, quer através da Medição de Desempenho (Medição Directa de Desempenho e Inquérito Cliente Mistério), quer da Medição da Satisfação (Inquérito de Satisfação dos Clientes).

Para a CARRIS, as vantagens da certificação do serviço (Linhas/Carreiras) traduzem-se, nomeadamente em: assegurar o cumprimento dos critérios de qualidade do serviço; evidenciar o cumprimento das Especificações Técnicas das Linhas; reduzir custos da não qualidade; aumentar a satisfação/reforçar a confiança dos clientes; fidelizar/aumentar o número de clientes; reforçar a imagem, acentuando mais as diferenças positivas, no sector da actividade em que a Empresa actua.

Refira-se que os resultados do Inquérito de Satisfação dos Clientes confirmam a performance ascendente da CARRIS, sendo visível uma subida dos níveis de Satisfação Global ao longo dos anos, atingindo o Índice de Satisfação, em 2007, o valor médio de 62,4 em 100 pontos possíveis (54,2 em 2005 e 60,0 em 2006).

### 2.5. TARIFÁRIO

#### 2.5.1. Sistema tarifário

Em 2007 verificou-se a revisão tarifária anual a 1 de Janeiro, com um aumento médio de preços de 2,1%, com a seguinte desagregação por título de transporte:

|                 |      |
|-----------------|------|
| • Passes        | 2,1% |
| • Pré-Comprados | 0,3% |
| • Bilhetes      | 5,8% |

#### 2.5.2. Análise da procura e receita por título de transporte pago

Em 2007 as receitas de exploração atingiram 75,4 milhões de euros o que traduz um acréscimo de 0,7%, em termos reais, relativamente a 2006, como se pode verificar a partir dos valores do quadro seguinte:



#### ● RECEITAS LIQUÍDAS POR TÍTULO DE TRANSPORTE (euros de 2007) (milhares de euros)

|              | 2007          | 2006          | VAR %      |
|--------------|---------------|---------------|------------|
| Passes       | 48.521        | 49.632        | -2,2       |
| P-Comprados  | 10.572        | 11.416        | -7,4       |
| Bilhetes     | 16.340        | 13.862        | 17,9       |
| <b>TOTAL</b> | <b>75.433</b> | <b>74.910</b> | <b>0,7</b> |

O aumento da receita decorreu fundamentalmente da recuperação da procura com título de transporte pago que, em 2007 e relativamente a 2006, aumentou 0,5%.

Este acréscimo, apesar de moderado, é especialmente significativo para a CARRIS uma vez que pode representar a inversão da tendência da última década, caracterizada por um decréscimo contínuo de passageiros.

#### ● PASSAGEIROS COM TTP (10<sup>3</sup>)

|              | 2007           | 2006           | VAR %      |
|--------------|----------------|----------------|------------|
| Passes       | 192.042        | 192.267        | -0,1       |
| P-Comprados  | 19.922         | 17.330         | 15,0       |
| Bilhetes     | 15.441         | 16.768         | -7,9       |
| <b>TOTAL</b> | <b>227.405</b> | <b>226.365</b> | <b>0,5</b> |

O acréscimo global da procura deve-se fundamentalmente ao segmento de pré-comprados que regista um aumento considerável e também ao segmento de Passes que praticamente se mantém idêntico a 2006, contrariando a evolução dos anos anteriores que registam um decréscimo médio anual de 5,2%, no período compreendido entre 2000 e 2006.

O aumento da receita corrente em 2007 (3,2%) deve-se fundamentalmente ao aumento da receita de bilhetes (20,8%) e de passes (0,2%), uma vez que em pré-comprados se regista um decréscimo (5,1%).

A recuperação dos passageiros de passe decorreu:

- Do maior número de Dias Úteis (0,2%) e do aumento dos Veículos x km oferecidos (2,3%).
- Da menor redução do Equivalente de Passes Carris (-2,8%)

que traduz a utilização dos passes na Carris e varia em função do número de passes vendidos e da estrutura das vendas que se tem vindo a alterar, aumentando o peso das vendas dos passes Próprios e Combinados, passes com uma remuneração superior para a CARRIS, em detrimento dos Intermodais nos quais a Empresa detém quotas mais baixas.

- Do menor decréscimo das vendas de passes (entre 2004 e 2006 o decréscimo médio anual atingiu os 5%), com a seguinte desagregação por grupo de passes.

#### ● EVOLUÇÃO DAS VENDAS POR GRUPO DE PASSES (quantidades)

|                             | 2007             | 2006             | VAR %       |
|-----------------------------|------------------|------------------|-------------|
| INTERMODAIS*                | 3.014.993        | 3.133.074        | -3,8        |
| COMBINADOS                  | 586.251          | 599.400          | -2,2        |
| PRÓPRIOS                    | 418.105          | 413.840          | 1,0         |
| Carris Urbano/Carris Lisboa | 373.459          | 367.339          | 1,7         |
| Carris Rede/Passo Carris    | 44.646           | 46.501           | -4,0        |
| <b>TOTAL</b>                | <b>4.019.349</b> | <b>4.146.314</b> | <b>-3,1</b> |

\* Excluem-se as vendas dos passes 12, 123 por não terem repercussão ao nível das receitas da Carris

A quebra na venda dos Passes regista-se, sobretudo, nos Intermodais e Combinados e decorre de:

- Transferências para o passe próprio CARRIS Urbano. A quebra que se regista no passe CARRIS Rede resulta de transferências para o passe Carris/Metro Rede, que em 2007 apresenta um acréscimo de vendas de 26% (18 mil passes/ano).
- Transferências para os passes Próprios e Combinados do Metro, resultante da maior cobertura da Rede de Metropolitano e da continuação da política de reatamento do serviço da CARRIS àquele Operador, princípio orientador da reestruturação da Rede da CARRIS – “Rede 7”, cuja 1ª fase foi implementada em Setembro/06.
- Eventual fuga de clientes do transporte público (TP) para o transporte individual e que só esporadicamente utilizam o TP.
- Existência de fraude, de difícil quantificação e deteção, decorrente da prática de carregamentos de passes sem qualquer sistema de controlo por parte dos Operadores que não têm ainda o seu sistema de bilhética implementado.

O decréscimo da receita corrente de pré-comprados (5,1%) está associado à quebra das vendas em quantidade (7,1%), que decorre de:

- Validade horária dos Bilhetes de 1 Zona, bilhetes electrónicos que substituíram o BUC em papel, tarifado à viagem. Com o actual Bilhete pré-comprado de 1 Zona o cliente pode realizar várias viagens com o mesmo bilhete, durante 1 hora. Esta nova utilização do pré-comprado origina uma quebra da receita média por passageiro de pré-comprado na ordem dos 25%, passando de 75 cêntimos em 2006 para 56 cêntimos em 2007.
- Preferência dos clientes pelos restantes bilhetes electrónicos, já existentes, tanto exclusivos da CARRIS como combinados com o Metro, cujas vendas registam um acréscimo considerável.
- Nítida opção dos clientes pela Tarifa de Bordo cujas vendas sofrem um incremento significativo.

A receita corrente de Bilhetes que, inclui a receita de todos os bilhetes válidos na CARRIS à excepção do Bilhete de 1 Zona considerado nos pré-comprados, regista um acréscimo de 20,8% apesar de se registar um decréscimo na respectiva procura (7,9%).

No entanto, este decréscimo não é real devendo-se exclusivamente ao facto de se terem utilizado índices estatísticos estimados de utilização destes bilhetes que, face à respectiva utilização real disponível apenas nos últimos meses de 2006, se constatou estarem a ser sobredimensionados, pelo que em 2007 se corrigiu a situação reduzindo-se substancialmente todos eles.

O aumento da receita de Bilhetes decorre de:

- Acréscimo de 16,8% nas vendas da Tarifa de Bordo.
- Forte incremento das vendas do Bilhete CARRIS 2 Zonas (191%) e Bilhetes Carris/Metro, tanto os Bilhetes Simples (+205%) como os Bilhetes de 1 e 5 Dias, cujas vendas aumentam 27% e 21%, respectivamente.

A forte procura da Tarifa de Bordo decorre de uma conjugação de vários factores dos quais se destacam:

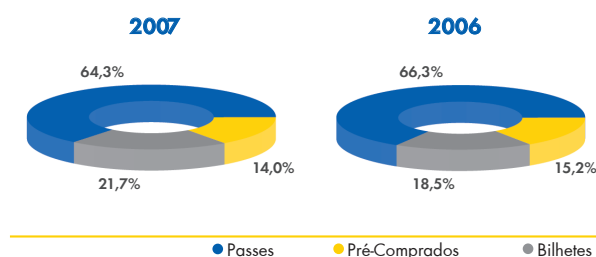
- Transferência do tradicional BUC em cartolina para o suporte electrónico 7 Colinas em Set./06, que levou a que os clientes mais esporádicos, ou por desconhecimento, ou por dificuldade de adaptação à nova tecnologia, ou pela obrigatoriedade de pagar o cartão, ou por outra qualquer razão, optassem por adquirir Tarifa de Bordo.

- Menor custo das viagens que incluem percurso urbano e suburbano quando realizadas com Tarifa de Bordo (1,30 €) do que quando efectuadas com Pré-comprado (1,50 €).

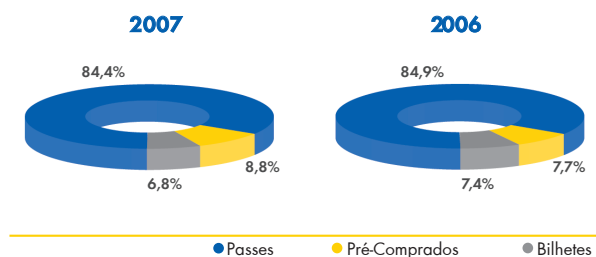
- Implementação da Tarifa de Bordo "Sobe e Desce" no Elevador de Santa Justa em Dezembro de 2005.

A forte adesão à Tarifa de Bordo e aos Bilhetes electrónicos desde Setembro de 2006 tem vindo a induzir uma alteração nas estruturas da Receita e Procura da Empresa, como se pode constatar através do quadro abaixo indicado:

#### RECEITAS DIRECTAS DE EXPLORAÇÃO



#### PASSAGEIROS COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO



De facto, constata-se, em 2007, o aumento do peso dos Passageiros e Receitas de Pré-comprados e Bilhetes, em detrimento dos Passes. Esta evolução repercute-se positivamente nas receitas da Empresa uma vez que aumentam as vendas dos títulos com bases tarifárias superiores.



### 2.5.3. Desmaterialização de Passes combinados da Transtejo e dos Transportes Colectivos do Barreiro

Na sequência da implementação integral do novo sistema de bilhética electrónica na Transtejo e nos Transportes Colectivos do Barreiro foi possível desmaterializar os passes combinados destes operadores com a Carris e o Metro, a partir de Agosto/2007.

Deste modo, foram eliminadas as senhas em sete modalidades de passes combinados que passaram a ser títulos exclusivamente electrónicos, estabelecendo a respectiva validade de mensal para 30 dias.

Considerando os passes desmaterializados em Fevereiro de 2005, existem actualmente 18 modalidades de passes válidos na CARRIS que já não necessitam de senha e cuja validade é de 30 dias.

### 2.5.4. Lançamento do “Zapping”

Em 12 de Dezembro foi lançado um novo “Bilhete Multimodal” electrónico, válido na CARRIS e no Metro, denominado por “Zapping”, cujo principal objectivo consiste em conferir versatilidade e simplicidade na utilização dos Transportes Públicos, procurando-se contribuir para a captação de novos clientes.

Este novo “Bilhete Multimodal”, verdadeiramente inovador, baseia-se num novo conceito em que o cliente passa a carregar dinheiro “num único” cartão Sete Colinas, sem ser obrigado a definir previamente o Operador ou Operadores que necessita utilizar.

A CARRIS e o Metro são os dois primeiros Operadores aderentes a este novo título, prevendo-se que no futuro próximo todos os operadores de transporte da Região de Lisboa integrem este “Bilhete Multimodal”. Se assim for, este novo bilhete pode vir a tornar-se o único bilhete de todos os Operadores da Região de Lisboa, substituindo todos os actuais bilhetes pré-comprados, tornando-se deste modo num instrumento verdadeiramente simplificador do sistema tarifário, facilitador da utilização do Transporte Público.

O “Zapping” pode ser adquirido/carregado nos postos de venda e concessionários da CARRIS, Estações dos CTT e Agentes Payshop e ainda nos postos e máquinas automáticas de venda do Metro.

O carregamento mínimo do “Zapping” é de 1,50 € e o máximo de 10,00 €, sendo que o saldo acumulado no cartão nunca poderá exceder os 15,00 €.

Os clientes beneficiam de bónus para carregamentos iguais ou superiores a 5 €, que serão acrescentados ao valor carregado:



| Escalões        | Bónus  |
|-----------------|--------|
| 1,50 € a 4,95 € | 0      |
| 5,00 € a 6,95 € | 0,15 € |
| 7,00 € a 9,95 € | 0,35 € |
| 10,00 €         | 0,75 € |

Na CARRIS, a utilização do “ZAPPING” é feita por aproximação do cartão 7 Colinas ao validador, sendo que:

- Para deslocações de 1 Zona, é descontado o valor de 75 cêntimos, permitindo ao cliente efectuar os transbordos necessários no período de 1 hora.
- Para deslocações de 2 Zonas, o Cliente carrega na tecla 2 do validador, sendo então descontado o valor de 1,50 euros, o que lhe permite viajar durante 2 horas, sem restrições.

## 2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

No Plano de Comunicação para 2007, a Empresa estabeleceu como objectivo a realização de 65 acções. Destas acções foram implementadas 41 (63% do objectivo). Para além destas, foram implementadas outras 56 acções, extra Plano, consequentemente que não estavam previstas.

Das consideradas acções de Comunicação Externa, são de destacar:

- **“2ª Fase da Campanha Rede 7”** – Com a distribuição de 300.000 revistas e plantas de rede, cartazes e “teimosos” na frota, encartes/inserções em jornais, sessões de esclarecimento internas, etc., lançada no final do ano.
- **“Certificação de Mais 18 Carreiras”** – Com uma comunicação interna intensa, através de passatempos e outras acções. Aos Clientes foram oferecidas 36.000 carteiras de passe e foram distribuídos 7.000 “teimosos” em veículos ligeiros estacionados em Lisboa.
- **“Relatório de Sustentabilidade”** – Campanha de sensibilização para a adopção de comportamentos sustentáveis.

Decoração de toda a frota, decoração das estações de serviço CARRIS, distribuição de 20.000 tapa-sois e de merchandising vário.

- **“Apadrinhamento do Tigre Glória”** – No seguimento do apadrinhamento de um Tigre de Sumatra, que a CARRIS designou “Glória” foi desenvolvida uma acção de responsabilidade social no dia da Criança, 1 de Junho, no Jardim Zoológico, com balões, merchandising, pinturas faciais e outras animações.

- **“Plantas de Bairro”** – Foram realizadas as “Campanhas de Bairro” dirigidas à Portela, Belém e Moscavide e é de destacar que na Portela 66% dos potenciais Clientes abordados consideram “ter ficado a conhecer melhor a oferta de CARRIS na sua zona residencial”.

Nas acções de parceria CARRIS/METRO foi feito o lançamento do Bilhete “ZAPPING” as Unidades de Transporte com o bilhete ZAPPING. A divulgação foi realizada através de stands promocionais em 4 centros comerciais de Lisboa. Foram oferecidos cerca de 8.000 cartões 7 Colinas com carregamentos de 1.50 € de ZAPPING.

Na continuidade da parceria no âmbito das “Campanha de Bairro” é de destacar o bairro de Alvalade, tendo sido abrangidos 4.000 lares. Dos inquiridos 56% utilizaram o bilhete 7 Colinas oferecido na campanha, tendo por isso experimentado o “TP”.

Por outro lado, no âmbito da Reestruturação da Rede de Vendas, foram desactivados, por falta de condições para os clientes e colaboradores, os postos do Areeiro, Pç. do Chile, Sta Justa, Sete Rios e Belém, tendo sido realizadas campanhas de informação de rua de forma a apresentar aos Clientes os locais alternativos de compra dos títulos de transporte, merecendo realce o facto de hoje a CARRIS oferecer cerca de 380 pontos de venda, sendo por isso fácil a aquisição de títulos de transporte.

No âmbito da renovação da imagem da empresa, aquando da celebração do 135º Aniversário, foi apresentada a nova imagem corporativa da CARRIS, que resultou de uma prévia alteração gráfica da planta geral da rede.



### 3. RECURSOS HUMANOS

É, ainda, de realçar que durante o mês de Agosto, na carreira 15 de Eléctricos foi realizada uma acção de sensibilização para a validação dos títulos de transporte. Nesta acção foram distribuídos cerca de 30.000 kits turísticos (com folhetos vários contendo informação destinada aos turistas).

No que diz respeito às acções de comunicação realizadas, não previstas no Plano de Comunicação anual, é de destacar:

- **Campanha da Carreira 48** – Distribuição de 10.000 direct mails, 11.000 folhetos entregues em mão, 20.000 “bolas anti-stress”, 5.000 tapa-sois e 1.300 cartões 7 Colinas carregados com 2 bilhetes de 1 zona. Esta campanha terá indiscutivelmente contribuído para um crescimento de 10,4% da procura da carreira 48.
- **Campanha Valide Sempre** – Com o intuito de dissuadir comportamentos fraudulentos, foi lançada uma campanha assertiva para sensibilizar os Clientes a validarem o seu título de transporte. Foram colocados nos veículos autocolantes, “teimosos” e cartazes. Paralelamente foram distribuídos 10.000 folhetos de sensibilização para a correcta utilização e validação dos títulos de transporte.
- **Realização de Workshops** – Desenvolvimento de diverso material de apoio para a realização de diversas acções internas, nomeadamente: Curso de Chefias Intermédias e os Workshops “Melhorar o Desempenho”.

No âmbito de diversas parcerias entre a CARRIS, o MOPTC, o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal de Lisboa, destacam-se campanhas relativas ao Encerramento do Terreiro do Paço ao Trânsito aos Domingos e Feriados, Campanhas de sensibilização para a utilização do Transporte Público sob o lema “Goze a Viagem” e divulgação da Exposição Hermitage no Palácio da Ajuda.

Em síntese, no domínio da Comunicação e Imagem a CARRIS desenvolveu múltiplas acções internas e externas com o objectivo de reforçar a Marca e promover o Transporte Público, fidelizando os actuais clientes e captando novos públicos, procurando assim contribuir para a concretização de um novo paradigma para uma mobilidade urbana sustentável, em Lisboa.

#### 3.1. ORIENTAÇÕES GLOBAIS

Em 2007 e na sequência dos objectivos traçados para o triénio 2006 - 2008, a gestão de recursos humanos continuou a ser dirigida pelo processo de reestruturação da Empresa, de forma a atingir as metas definidas, particularmente nos seguintes domínios:

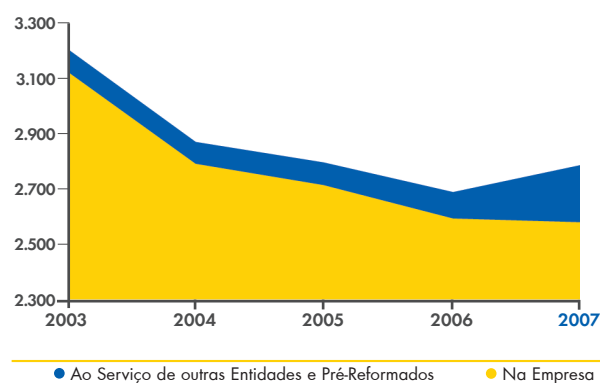
- Continuação e consolidação da redução programada do efectivo no universo não tripulante;
- Aumento da produtividade e redução do absentismo bem como do trabalho suplementar;
- Consolidação das alterações de procedimentos decorrentes de obrigações contratuais como contributo para minimizar custos com pessoal;
- Colaboração para a consolidação e conservação da Certificação de Qualidade da Empresa, bem como da obtenção da Certificação Ambiental.

Foram também mantidas linhas de orientação de anos anteriores, designadamente:

- Desenvolvimento de acções de Formação Profissional visando a optimização dos recursos humanos e a melhoria das suas competências profissionais, em sintonia com os projectos de modernização da frota e de reconversão tecnológica que a Empresa vem desenvolvendo, contribuindo também, para uma maior qualidade dos serviços prestados, para uma nova imagem da Empresa;
- Cumprimento das obrigações contratuais e legais, nomeadamente no âmbito das Medicinas, Curativa e Preventiva;
- Optimização das admissões na Empresa e sua concretização dirigida quase exclusivamente para pessoal tripulante.

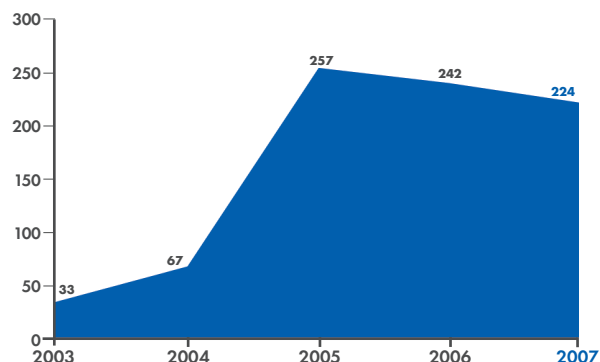
### 3.2. EVOLUÇÃO DE PESSOAL

Durante o ano de 2007 verificou-se um acréscimo do quantitativo de trabalhadores com vínculo laboral à Empresa, embora se tenha diminuído ligeiramente o efectivo ao serviço activo da mesma, como contrapartida de um aumento sensível dos efectivos ao serviço de outras entidades e pré-reformados.

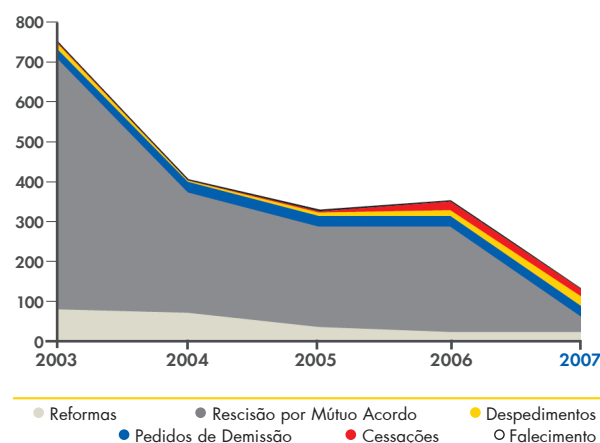


A evolução anteriormente apresentada resulta do efeito conjugado entre a manutenção de um significativo nível de admissões exclusivamente dirigidas a pessoal tripulante e uma forte redução no nível de saídas da Empresa por questões de enquadramento legislativo e de menor compressibilidade do efectivo não tripulante.

#### ADMISSÕES 2003 A 2007



#### SAÍDAS 2003 A 2007



Em 31 de Dezembro de 2007 o número de trabalhadores era de 2.778, verificando-se um acréscimo de 3,6% (+97 trabalhadores) face à data homóloga do ano anterior.

#### EFFECTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO

| Grupos Funcionais      | 2007         | 2006         | Δ%         |
|------------------------|--------------|--------------|------------|
| Pessoal de Tráfego (1) | 2.105        | 1.977        | 6,5        |
| Pessoal Oficial (1)    | 247          | 257          | -3,9       |
| Restante Pessoal       | 426          | 447          | -4,7       |
| <b>TOTAL</b>           | <b>2.778</b> | <b>2.681</b> | <b>3,6</b> |

(1) Não inclui chefias superiores ou quadros superiores





O aumento apresentado resultou dum sensível acréscimo registado no pessoal de tráfego, no qual ocorreu um aumento de 129 tripulantes na função (+7,3%). No que refere ao pessoal oficial e em reflexo da externalização da manutenção, no final de 2007 estavam cedidos 51 colaboradores, o que comparativamente com 2006, corresponde a um acréscimo das cedências de 31 elementos, neste grupo funcional.

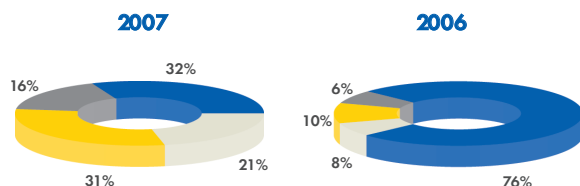
O ratio Tripulantes na Função/Efectivo Total verificado a 31 de Dezembro (67,7%) aumentou 2 pontos percentuais relativamente ao momento homólogo do ano anterior.

Apesar de inversão do quantitativo de saídas da Empresa relativamente ao de admissões, são de referir ligeiras diminuições, quer da idade média (-0,14 anos), quer da antiguidade média (-0,27 anos), registadas a 31 de Dezembro e relativamente ao ano anterior. Os valores observados são respectivamente de 41,67 e 15,04 anos.

Efectuaram-se 224 admissões para o serviço (-18 unidades que no ano anterior), tendo sido todo este esforço direccionado para as funções de tripulante. Em resultado desta acção, foram entregues ao tráfego, aptos para a função, 244 novos tripulantes (217 motoristas e 27 guarda-freios), o que representa um acréscimo de 15,6% sobre o verificado no ano anterior.

Quanto ao volume de saídas da Empresa (127 unidades), verificou-se um decréscimo de 221 unidades (-63,5%) relativamente ao ano anterior, o qual resultou essencialmente da grande diminuição das saídas por rescisão por mútuo acordo, designadamente em consequência de alterações recentes ocorridas na legislação aplicável.

#### SAÍDAS DE PESSOAL



● Reformas ● Rescisões por Mútuo Acordo  
● Pedidos de Demissão ● Outros Motivos

#### SAÍDAS DE PESSOAL

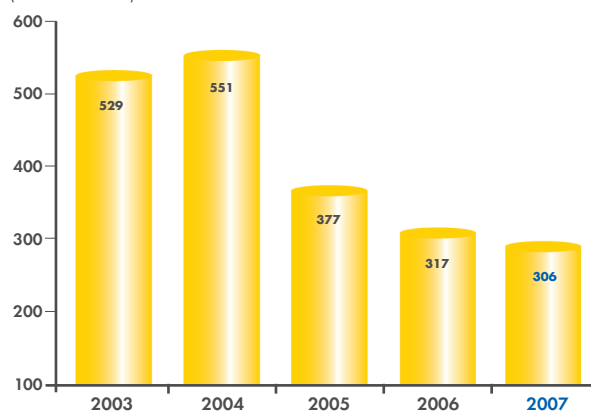
| Motivos                    | 2007       | 2006       |
|----------------------------|------------|------------|
| Reformas                   | 20         | 21         |
| Por Invalidez              | 6          | 13         |
| Por Limite de Idade        | 8          | 8          |
| Antecipadas                | 6          | 0          |
| Rescisões por Mútuo Acordo | 40         | 263        |
| Pedidos de Demissão        | 27         | 28         |
| Outros Motivos             | 40         | 36         |
| Demissões                  | 22         | 14         |
| Cessações de Contrato      | 17         | 20         |
| Falecimentos               | 1          | 2          |
| <b>TOTAL</b>               | <b>127</b> | <b>348</b> |

### 3.3. TRABALHO SUPLEMENTAR

Em 2007 verificou-se uma ligeira redução do volume de trabalho suplementar:

#### HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR

(Milhares de horas)



O decréscimo verificado no trabalho suplementar decorre das orientações estabelecidas, tendo em consideração exigências legais, de qualidade e de segurança do serviço prestado.

#### • HORAS SUPLEMENTARES\*

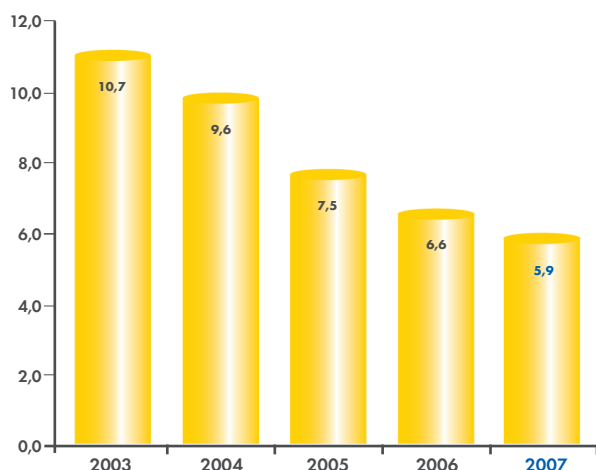
| Indicadores             | 2007    | 2006    | Δ%   |
|-------------------------|---------|---------|------|
| Total de Horas          | 305.590 | 316.867 | -3,6 |
| Valor (Milhar de euros) | 2.615   | 2.775   | -5,8 |

\* Inclui trabalho em dia de tolerância de ponto. Não inclui prestação de trabalho em dia feriado

### 3.4. ABSENTISMO

Durante o ano de 2007 verificou-se novamente um decréscimo sensível da Taxa de Absentismo Global registada na Empresa, na sequência dos objectivos fixados no plano reestruturação da mesma, alinhados com a necessidade da sua melhoria contínua, tendo em conta os requisitos da manutenção da Certificação da Qualidade da CARRIS:

#### • ABSENTISMO GLOBAL (%)



#### • TAXA DE ABSENTISMO (%)

| Motivo                | 2007        | 2006        | Δ%         |
|-----------------------|-------------|-------------|------------|
| Doença                | 2,67        | 3,00        | -11        |
| Acidentes de Trabalho | 0,41        | 0,45        | -7         |
| Faltas Justificadas   | 2,02        | 2,34        | -12        |
| Faltas Injustificadas | 0,81        | 0,78        | 9          |
| <b>TOTAL</b>          | <b>5,91</b> | <b>6,57</b> | <b>-13</b> |

A taxa de absentismo registada em 2007 relativamente ao ano anterior, teve um sensível decréscimo de 0,7 pontos (-13%), em resultado das diminuições verificadas em todas as suas componentes, excepto em faltas injustificadas. Realça-se a tendência de diminuição do absentismo por doença e por faltas justificadas.

### 3.5. FORMAÇÃO

Em 2007, receberam formação assistida, 1.350 trabalhadores, sendo de 105.533 horas o tempo de formação recebida. Estes registos traduzem um ligeiro aumento nas horas de formação efectivamente ministradas, seguindo uma tendência crescente que se verifica desde o ano de 2004. O indicador Taxa de Formação, que traduz o esforço per capita efectivamente desenvolvido neste domínio, registou um acréscimo de 5,6% relativamente ao ano anterior.

#### • FORMAÇÃO REALIZADA

| Indicadores                                 | 2007  | 2006  | Δ%  |
|---------------------------------------------|-------|-------|-----|
| Número de Horas de Participantes (Milhares) | 105,3 | 102,4 | 3   |
| Número de trabalhadores Abrangidos          | 1.350 | 1.521 | -11 |

### 3.6. ACIDENTES DE TRABALHO

Registou-se em 2007 uma diminuição significativa no quantitativo de ocorrências configuradas como acidentes de trabalho, confirmando a tendência de redução iniciada em 2004 e que está em conformidade com as necessidades de melhoria contínua e sustentada requerida pela Certificação da Qualidade:

#### • ACIDENTES DE TRABALHO

| Indicadores          | 2007  | 2006  | Δ%  |
|----------------------|-------|-------|-----|
| Número de Acidentes  | 56    | 70    | -20 |
| Índice de Frequência | 11,40 | 13,87 | -18 |
| Índice de Gravidade  | 0,43  | 0,59  | -28 |
| Dias Úteis Perdidos  | 2.101 | 2.944 | -29 |



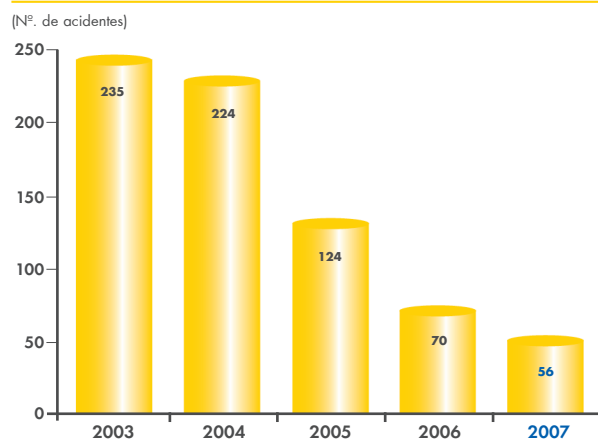
## 4. RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

### 4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

#### 4.1.1. Situação Geral

No decurso de 2007 foram lançados 2 concursos públicos internacionais para aquisição de 40 novos autocarros, dos quais 20 são médios e 20 são articulados, tendo as respectivas adjudicações totalizado 3,8 milhões de euros e 6,3 milhões de euros respectivamente. As entregas decorrerão no final do primeiro semestre de 2008.

#### ● FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO



Em 2007 registaram-se 56 acidentes de trabalho, o que em termos absolutos representa um decréscimo expressivo de 20% relativamente ao ano anterior. Consequentemente, os restantes indicadores beneficiaram de evolução positiva da mesma ordem de grandeza. Deve salientar-se que a melhoria constatada resultou das alterações introduzidas no acompanhamento das ocorrências, das respectivas análises e na sua comunicação, em articulação com os prestadores de serviços neste âmbito, ações que se reforçaram muito especialmente desde 2005 e cujos resultados são relevantes.

| Tipo                           | 31.12.2007 | 31.12.2006 | Diferença  |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| <b>Autocarros</b>              | <b>745</b> | <b>758</b> | <b>-13</b> |
| Standard                       | 615        | 628        | -13        |
| Médios                         |            |            | 0          |
| Minis                          | 40         | 40         | 0          |
| Articulados                    | 90         | 90         | 0          |
| <b>Eléctricos</b>              | <b>57</b>  | <b>58</b>  | <b>-1</b>  |
| Ligeiros (Automatizados)       | 8          | 8          | 0          |
| Remodelados                    | 39         | 40         | -1         |
| Articulados                    | 10         | 10         | 0          |
| <b>Ascensores + Elevadores</b> | <b>8</b>   | <b>8</b>   | <b>0</b>   |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>810</b> | <b>824</b> | <b>-14</b> |



#### 4.1.2. Taxa de Imobilização (%)

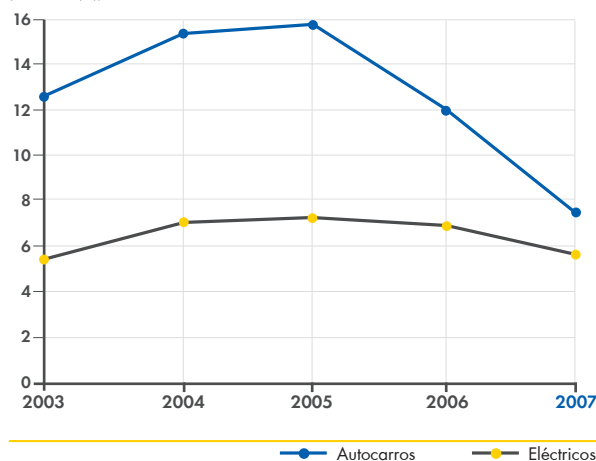
Verificou-se um decréscimo da Taxa de Imobilização, principalmente na frota de autocarros, por efeito da renovação efectuada e dos abates de segmentos mais antigos.

##### ● FROTA

|                                  | 2007 | 2006 | Δ%    |
|----------------------------------|------|------|-------|
| Autocarros                       | 7,7  | 11,8 | -34,7 |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores | 5,8  | 7,1  | -18,3 |

##### ● TAXA DE IMOBILIZAÇÃO

(Tx. Imob. (%))



#### 4.1.3. Manutenção da Frota de Serviço

Prosseguiu durante o ano de 2007 o desenvolvimento da orientação estratégica de externalização da Manutenção, visando maior eficácia e eficiência reflectidas na fiabilidade da frota e na redução dos custos operacionais relacionados com a manutenção dos veículos.

No âmbito da reestruturação da função manutenção e a colaboração de um consultor externo foi dado seguimento a acções anteriores, escorvadas em 2003, visando os seguintes objectivos:

1. Identificação dos processos técnicos "core" e consequente novo modelo de organização.
2. Estruturação de um processo de análise de avarias (suportado pela metodologia RCFA).
3. Desenvolvimento da relação funcional entre a Central do Comando de Tráfego, os Motoristas e a Manutenção.
4. Desenho do modelo de informação de gestão da manutenção da frota de autocarros.

Foram concluídas as fases conceptuais, passando-se à fase de implementação das acções 1 e 2.

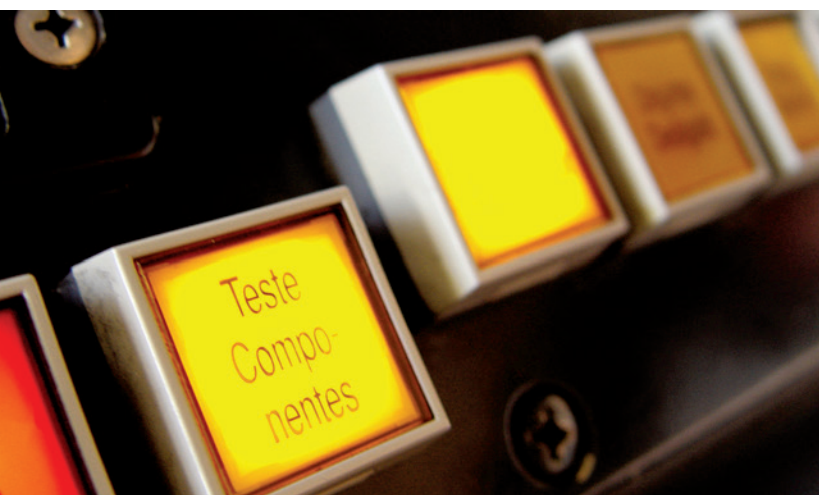
##### • Manutenção ligeira (primeiros escalões)

As actividades de Manutenção ligeira garantidas pelas oficinas de Miraflores e Pontinha foram externalizadas durante o ano de 2007, respectivamente, em Julho e Novembro. Decorrente desta última acção a totalidade da Manutenção ligeira dos autocarros ficou externalizada.

##### • Manutenção pesada (últimos escalões)

Desenvolveram-se durante os últimos meses de 2007 todas as medidas conducentes à externalização desta manutenção, deixando de estar internalizada a partir de 31 Dezembro de 2007, o que permitiu iniciar 2008 com a externalização total das operações de manutenção da frota de autocarros.

Os indicadores da actividade da grande manutenção da frota de autocarros e respectivos órgãos mecânicos, traduzem uma oscilação de actividade face ao ano anterior. A variação da actividade foi acompanhada por ajustamentos organizacionais da Unidade de Negócios de Manutenção, entre tanto extinta e pela redução do quantitativo do seu quadro de pessoal em 19 pessoas relativamente ao ano transacto.





#### 4.1.4. Grande Reparação da Frota de Autocarros

##### ● GRANDE REPARAÇÃO DA FROTA DE AUTOCARROS

| Indicadores                               | 2007 | 2006 |
|-------------------------------------------|------|------|
| Reparações Comerciais Concluídas          | 34   | 30   |
| Reparações Pontuais e de Abalroamentos    | 92   | 134  |
| Nº. Médio de Veículos em Imob. Simultânea | 11,5 | 17,1 |
| Reparações de Grandes Órgãos Mecânicos:   |      |      |
| Motores                                   | 19   | 24   |
| Caixas de Velocidades                     | 81   | 83   |
| Inspeções (60.000 km)                     | 121  | 121  |

##### • Outros

A externalização integral da manutenção de autocarros é suportada por vários contratos com os diferentes prestadores de serviço, que foram elaborados entretanto, como sejam:

- Manutenção de autocarros;
- Serviço de assistência a pneus e alinhamento de direcções;
- Serviços de limpeza e abastecimento de veículos.

De referir, ainda, toda a preparação efectuada em finais de 2007 para externalização dos armazéns de materiais e peças de autocarros, da função gestão de stocks e da articulação com a central de compras da CARRIS, para compra directa pelo prestador de serviços de manutenção do grupo CARRIS (CARRISBUS).

#### 4.1.5. Frota de Eléctricos

No âmbito da grande manutenção da frota de carros eléctricos salienta-se a redução no volume de reparação de avarias e abalroamentos, comparativamente com o ano anterior.

O Ascensor da Glória que se encontrava imobilizado desde Abril de 2006, devido às obras de reabilitação do túnel do Rossio, foi reactivado em Setembro de 2007, após ter sido submetido a uma reparação geral.

Em consequência da progressiva redução do pessoal que se tem verificado nos últimos anos, foi intensificado o recurso à externalização de actividades ligadas à manutenção e reparação dos carros eléctricos, das quais se salientam as seguintes:

- Reparação de bogies motores e portantes dos carros eléctricos articulados;
- Reparação de pinças de frenagem e de unidades hidráulicas dos carros eléctricos articulados;
- Reparação de pantógrafos;
- Reparação de grupos moto-compressor dos carros eléctricos remodelados;
- Reparação dos equipamentos de ar condicionado.

No quadro abaixo indicam-se os principais indicadores que traduzem o nível da actividade da grande manutenção da frota de carros eléctricos.

##### ● GRANDE REPARAÇÃO DA FROTA DE ELÉCTRICOS

| Indicadores                                           | 2007 | 2006 |
|-------------------------------------------------------|------|------|
| Reparações Gerais/Intermédias                         | 2    | 0    |
| Beneficiações Comerciais                              | 7    | 0    |
| Beneficiações Técnicas                                | 20   | 21   |
| Reparações Gerais/Intermédias (Elevador - Ascensores) | 1    | 0    |
| Reparações de Avarias e de Abalroamentos              | 111  | 380  |
| Reparações de Órgãos Rotáveis                         |      |      |
| Motores de Tracção SIEMENS/SKODA                      | 33   | 75   |
| Motores de Tracção Antigos                            | 2    | 4    |
| Motores dos Compressores                              | 39   | 57   |
| Compressores                                          | 39   | 59   |
| Nº. Médio de Veículos em Imob. Simultânea             | 3,8  | 4,7  |

## 4.2. INFRA-ESTRUTURAS

### 4.2.1. Tracção Eléctrica

Durante o ano de 2007 foram elaborados os Cadernos de Encargos e preparada a consulta para a aquisição de um novo sistema de Supervisão e Controlo para a Sala de Comando de Energia e para a recuperação da Subestação da Praça da Figueira.

Mantém-se, com bons resultados, a externalização da manutenção preventiva e curativa das subestações de tracção, dos postos de transformação e seccionamento e das unidades de rectificação dos Ascensores e Elevador de Santa Justa, iniciada no final de 2006.

Na rede aérea foram substituídos 2.395 m de fio de contacto.

Foi substituído o autómato de controlo de sinalização semafórica dos Eléctricos na Rua das Escolas Gerais.

#### 4.2.2. Linha

Para manutenção das condições de circulação na via-férrea foram efectuados, durante o ano de 2007, os seguintes trabalhos:

- Substituição de 108 m de linha na Rua das Açucenas, Rua D. Vasco, Calçada da Estrela, Rua Vítor Cordon e Rua Duques de Bragança;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas no Largo do Corpo Santo;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas na Praça do Comércio.

No que se refere à conservação da via-férrea foram efectuadas 7.504 intervenções nos aparelhos de via, com o objectivo de prolongar a vida útil destes equipamentos, mantendo as condições de operacionalidade e segurança da infraestrutura.

### 4.3. APROVISIONAMENTO

Existências em 31 de Dezembro:

Com excepção da rubrica *Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes*, assistiu-se a uma redução generalizada das existências no final de 2007, o que se traduziu numa redução global de 5,83% relativamente ao ano anterior.

| Rubricas                                                   | Existências em 31.12 (euros de 2007) |                  |              |
|------------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------|--------------|
|                                                            | 2007                                 | 2006             | VAR. (%)     |
| Peças e Acessórios Eléctricos                              | 557.300                              | 606.327          | -8,09        |
| Peças e Acessórios Autocarros                              | 335.664                              | 377.128          | -10,99       |
| Outro Material (sem Bilhetes e Senhas)                     | 771.771                              | 866.046          | -10,89       |
| <b>Sub-Total</b>                                           | <b>1.664.735</b>                     | <b>1.849.501</b> | <b>-9,99</b> |
| Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes | 372.660                              | 313.985          | 18,69        |
| <b>TOTAL</b>                                               | <b>2.037.395</b>                     | <b>2.163.486</b> | <b>-5,83</b> |

#### 4.3.1. Stock Médio

Numa análise ao stock médio total, constatamos que o seu valor ascende a 2.092,8 milhares de euros (sem *Bilhetes e Senhas*), o que representa uma redução de 3%, em termos reais, relativamente ao ano anterior.

No que se refere aos custos totais verificamos que o seu acréscimo foi de 1,09%, não obstante o acréscimo dos combustíveis e lubrificantes em apenas 0,98%.

| Rubricas                                                   | Stock Médio Activo (euros de 2007) |                  |              | Custos Totais (euros de 2007) |                   |             | Índice de Rotação |              |             |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------|--------------|-------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|--------------|-------------|
|                                                            | 2007                               | 2006             | VAR. (%)     | 2007                          | 2006              | VAR. (%)    | 2007              | 2006         | VAR. (%)    |
| Peças e Acessórios Eléctricos                              | 566.497                            | 614.384          | -7,79        | 181.554                       | 209.099           | -13,17      | 0,32              | 0,34         | -5,83       |
| Peças e Acessórios Autocarros                              | 342.786                            | 377.386          | -9,17        | 1.974.585                     | 1.885.944         | 4,70        | 5,76              | 5,00         | 15,27       |
| Outro Material (sem Bilhetes e Senhas)                     | 845.830                            | 819.743          | 3,18         | 784.772                       | 793.507           | -1,10       | 0,93              | 0,97         | -4,19       |
| <b>Sub-Total</b>                                           | <b>1.755.113</b>                   | <b>1.811.512</b> | <b>-3,11</b> | <b>2.940.911</b>              | <b>2.888.550</b>  | <b>1,81</b> | <b>1,68</b>       | <b>1,59</b>  | <b>5,07</b> |
| Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes | 337.721                            | 346.147          | -2,43        | 19.188.605                    | 19.003.315        | 0,98        | 56,82             | 54,90        | 3,49        |
| <b>TOTAL</b>                                               | <b>2.092.834</b>                   | <b>2.157.659</b> | <b>-3,00</b> | <b>22.129.516</b>             | <b>21.891.865</b> | <b>1,09</b> | <b>10,57</b>      | <b>10,15</b> | <b>4,20</b> |



#### 4.3.2. Índice de Rotação

Os valores observados evidenciam uma melhoria generalizada deste indicador, a rondar os 5%, sem combustíveis e lubrificantes, para o que muito contribuiu o aumento superior a 15% registado na rubrica *Peças e Acessórios para Autocarros*.

### 4.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

#### 4.4.1. Projecto de Emissão de Facturas por Via Electrónica

O projecto foi concretizado durante o 1º trimestre de 2007, ficando a Empresa dotada de capacidade para a emissão/recepção de facturas por via electrónica, o que veio a concretizar com clientes e fornecedores seleccionados.

A concretização deste projecto abrangeu 3 empresas do Grupo CARRIS (CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS).

#### 4.4.2. Projecto de Equipamentos de Venda a Bordo

Após a adjudicação ocorrida em 2006 foram desenvolvidos os processos internos necessários à implementação do sistema de venda de títulos de transporte a bordo dos veículos e de prestação de contas dos tripulantes, a qual irá ocorrer no final do 1º trimestre de 2008.

#### 4.4.3. Acessos Remotos – VPN

Foi concluída a ligação de mais 60 Postos de Venda ao sistema central de bilhética, utilizando túneis com encriptação IPSec, através da Internet e suportados em Linhas ADSL.

#### 4.4.4. Sistemas Embarcados de Videovigilância

Com a aquisição, em 2007, de mais 370 novos sistemas de Videovigilância, cuja instalação decorrerá até ao final do 1º trimestre de 2008, a CARRIS passará a ter a totalidade da sua Frota de Serviço Público, de cerca de 800 veículos (Carros Eléctricos, Autocarros, Ascensores e Elevador), equipada com estes sistemas.

O sistema de videovigilância cuja introdução se iniciou na CARRIS, em 2000, tem como objectivo garantir as melhores condições de segurança física e psicológica aos clientes e tripulantes, através da dissuasão de actos de vandalismo e de delinquência, aumentando, também, a eficácia da actuação das entidades policiais e de investigação criminal, as quais, solicitam, com regularidade, imagens gravadas, para apoio das suas investigações processuais.

Em situação de emergência, este sistema permite também a transmissão de imagens vídeo do interior dos veículos, simultaneamente para a Central de Comando de Tráfego da CARRIS e para o Centro de Comando e Controlo do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa.

### 4.5. CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E POUPANÇA DE ENERGIA

No âmbito do Processo de Certificação Ambiental verificou-se um investimento global de cerca de € 143.000 num conjunto de intervenções onde se incluem a construção de Ecopontos nas Estações da Pontinha e da Musgueira.

Por outro lado, no âmbito do Processo de Poupança de Energia foi realizado um investimento global de aproximadamente € 57.000 com intervenções diversas em vários Complexos e Estações, com destaque para a Remodelação da Iluminação do Parque de Autocarros e dos Balneários Gerais no Complexo de Miraflores.

## 5. RECURSOS FINANCEIROS

### 5.1. FLUXOS FINANCEIROS

A exploração gerou um cash-flow negativo de 18,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 10,9 milhões de euros relativamente a 2006, reflectindo o esforço continuado que a Empresa tem vindo a desenvolver na redução dos seus custos e no aumento dos seus proveitos e ainda a manutenção do apoio do Estado, com um acréscimo da indemnização compensatória, em 2007, de 1,9 milhões de euros, em termos reais.

Durante o ano de 2007, com o recebimento de 30 milhões de euros concluiu-se a utilização de um empréstimo contratado em 2006, o que permitiu fazer face ao cash-flow negativo do exercício, ao plano de investimentos do ano e ao reembolso de 8,2 milhões de euros relativos a empréstimos anteriormente contratados.

#### ORIGEM/APLICAÇÃO DE FUNDOS (em termos reais\*) (milhares de euros)

|                                    | 2007           | 2006             |
|------------------------------------|----------------|------------------|
| <b>Origem de Fundos</b>            |                |                  |
| Cash-Flow de Exploração            | -18.129,0      | -29.052,4        |
| Aumento de Capitais Próprios       | 0,0            | 0,0              |
| Aumento de Dívidas a Terceiros     | 23.745,9       | 135.058,9        |
| Outras                             | 1.229,4        | 379,9            |
| Diminuição dos Fundos Circulantes  | 0,0            | 0,0              |
|                                    | <b>6.846,3</b> | <b>106.386,4</b> |
| <b>Aplicação de Fundos</b>         |                |                  |
| Aumento do Investimento Financeiro | 135,6          | 1.694,7          |
| Diminuição de Dívidas a Terceiros  | 0,0            | 1.319,3          |
| Aumento de Dívidas de Terceiros    | 0,0            | 0,0              |
| Aumento de Imobilizações           | 3.989,5        | 23.597,3         |
| Aumento dos Fundos Circulantes     | 2.721,2        | 79.775,1         |
|                                    | <b>6.846,3</b> | <b>106.386,4</b> |

\* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2007.

### 5.2. INVESTIMENTO REALIZADO

O investimento realizado no ano ascendeu a 4,0 milhões de euros, dispersos pelos diversos projectos em curso na Empresa.

A CARRIS continuou a desenvolver os projectos de expansão dos seus Sistemas de Bilhética Electrónica e de Ajuda à Exploração e Informação ao Público (SAEIP), projectos indispensáveis à melhoria da sua operacionalidade e da relação com os clientes, isto é, projectos que permitem melhor desempenho e maior qualidade do serviço.

#### INVESTIMENTOS (em termos reais) (milhares de euros)

|                                                  | 2007         | 2006          |
|--------------------------------------------------|--------------|---------------|
| <b>Frota de Autocarros</b>                       |              |               |
| Aquisições                                       | 0            | 18.879        |
| Grandes Reparações                               | 1.057        | 1.172         |
| Órgãos de Reserva                                | 2            | 39            |
| <b>Frota de Eléctricos</b>                       |              |               |
| Aquisições                                       | 0            | 0             |
| Grandes Reparações                               | 0            | 0             |
| Órgãos de Reserva                                | 0            | 0             |
| <b>Infra-estruturas</b>                          |              |               |
| Linha (Grandes Reparações)                       | 151          | 171           |
| Rede Aérea                                       | 69           | 64            |
| Subestações Eléctricas                           | 0            | 2             |
| Estações de Serviço                              | 227          | 87            |
| <b>Edifícios</b>                                 | 641          | 1.283         |
| <b>Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração</b> | 573          | 1.434         |
| <b>Outros Invest. Corpóreos</b>                  | 1.264        | 466           |
| <b>Total Invest. Não Financeiros</b>             | <b>3.989</b> | <b>23.597</b> |
| <b>Investimentos Financeiros</b>                 | 0            | 0             |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>3.989</b> | <b>23.597</b> |



### 5.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL

No final do exercício de 2007, o Activo apresentava uma redução, em termos reais, de 9,3% comparativamente com o ano anterior. Este facto, resultou da redução do valor líquido do imobilizado da Empresa cujas amortizações do exercício superaram o investimento em 17,3 milhões de euros.

O Capital Próprio agravou-se 26,6 milhões de euros, em termos reais, pela incorporação do prejuízo do exercício de 2006, compensado em 2,4 milhões de euros pela actualização das reavaliações.

Ainda por efeito das operações de consolidação realizadas em 2006, o passivo de curto prazo que, no final de 2006, representava 3,8% da totalidade do passivo, passou para 3,1% no final de 2007.

#### ● VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO (em euros de 2007)

| Rubrica do Balanço                     |                |                | Variação       |             |
|----------------------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|
|                                        | 2007           | 2006           | Valor          | %           |
| <b>Activo</b>                          |                |                |                |             |
| Imobilizado                            | 136.897        | 155.536        | -18.639        | -12,0       |
| Investimentos Financeiros              | 4.333          | 4.727          | -394           | -8,3        |
| Existências                            | 4.363          | 5.133          | -770           | -15,0       |
| Div. Terceiros Médio e Longo Prazo     | 0              | 0              | 0              | 0           |
| Div. Terceiros C.P. e Disponibilidades | 24.725         | 25.707         | -982           | -3,8        |
| Custos Diferidos e Acréscimos          | 9.674          | 7.445          | 2.229          | 29,9        |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>179.992</b> | <b>198.548</b> | <b>-18.556</b> | <b>-9,3</b> |

#### Capital Próprio e Passivo

|                                  |                |                |                |             |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|
| Capital Próprio                  | -418.755       | -392.121       | -26.634        | 6,8         |
| Provisões para Riscos e Encargos | 3.706          | 3.899          | -193           | -4,9        |
| Passivo a Médio e Longo Prazo    | 545.357        | 534.651        | 10.706         | 2,0         |
| Passivo a Curto Prazo            | 18.461         | 22.572         | -4.111         | -18,2       |
| Proveitos Dif. e Acréscimos      | 31.223         | 29.547         | 1.676          | 5,7         |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>179.992</b> | <b>198.548</b> | <b>-18.556</b> | <b>-9,3</b> |

#### ● ESTRUTURA PATRIMONIAL (em % do total)

| Rubrica do Balanço                               | Pontos Percentuais |              |                |
|--------------------------------------------------|--------------------|--------------|----------------|
|                                                  | 2007<br>(1)        | 2006<br>(2)  | Δ<br>(1) - (2) |
| <b>Activo</b>                                    |                    |              |                |
| Imobilizado                                      | 76,1               | 78,3         | -2,2           |
| Investimentos Financeiros                        | 2,4                | 2,4          | 0,0            |
| Existências                                      | 2,4                | 2,6          | -0,2           |
| Div. de Terceiros Curto Prazo e Disponibilidades | 13,7               | 13,0         | 0,7            |
| Custos Diferidos e Acréscimos                    | 5,4                | 3,7          | 1,7            |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>100,0</b>       | <b>100,0</b> | <b>0,0</b>     |

#### Capital Próprio e Passivo

|                                  |              |              |            |
|----------------------------------|--------------|--------------|------------|
| Capital Próprio                  | -232,7       | -197,5       | -35,2      |
| Provisões para Riscos e Encargos | 2,1          | 1,9          | 0,2        |
| Passivo a Médio e Longo Prazo    | 303,0        | 269,3        | 33,7       |
| Passivo a Curto Prazo            | 10,3         | 11,4         | -1,1       |
| Proveitos Diferidos e Acréscimos | 17,3         | 14,9         | 2,4        |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>0,0</b> |

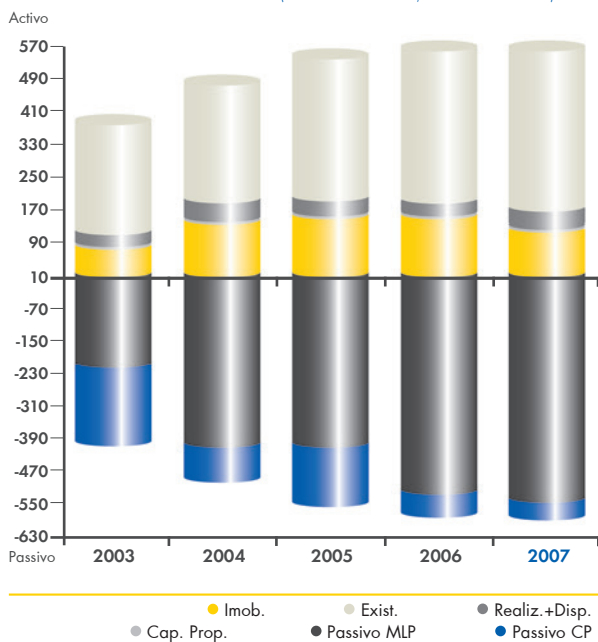
É de sublinhar que, não obstante estar consolidado o passivo de curto prazo, a dívida de médio e longo prazo existe e terá que ser paga nas datas de vencimento, o que exigirá o necessário e atempado esforço financeiro por parte da Empresa.



Não obstante o contínuo esforço que tem vindo a ser desenvolvido na redução dos custos, como já referido, a estrutura patrimonial continua muito desequilibrada, sendo indispensável que se resolva o problema do capital próprio negativo em 418,8 milhões de euros, conforme determina o Artigo 35º do C.S.C..

Na sequência de entendimento entre a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e a CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. foi autorizada pelo accionista Estado, a alienação à CP da participação que a CARRIS detêm na FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.. A referida alienação, que não tem relevância material, será registada nas contas do exercício de 2008.

#### ● ESTRUTURA PATRIMONIAL (milhões de euros, em termos reais)



## 6. RECURSOS ECONÓMICOS

### 6.1. RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

#### 6.1.1. No Exercício de 2007

No exercício de 2007, o resultado líquido foi negativo em 39 303 milhares de euros, o que, em termos reais, representa uma melhoria de 14,2 milhões de euros, comparativamente com o ano anterior.

O resultado operacional TP melhorou em 3,7 milhões de euros por efeito do aumento da indemnização compensatória e da redução de custos de exploração.

Os resultados financeiros agravaram-se em 63,5%, não obstante a obtenção de proveitos financeiros de 7,1 milhões de euros em operações de Swap. De referir que, do acréscimo verificado nos custos financeiros, 16% resultaram do acréscimo do endividamento e 84% resultaram do aumento das taxas de juro.

#### ● RESULTADOS CORRENTES (em termos reais\*) (milhares de euros)

| Receitas, Custos e Resultados               | 2007           | 2006           | Δ%           |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|--------------|
| <b>Receita de Transportes Públicos</b>      | <b>122.126</b> | <b>119.733</b> | <b>2,0</b>   |
| Receita Directa                             | 75.818         | 75.357         | 0,6          |
| Indemnização Compensatória                  | 46.308         | 44.376         | 4,4          |
| <b>Custos Directos de Exploração TP</b>     | <b>117.663</b> | <b>118.956</b> | <b>-1,1</b>  |
| Custos de Produção e Comerciais             | 102.794        | 103.277        | -0,5         |
| Amortizações                                | 14.869         | 15.679         | -5,2         |
| <b>Resultado Operacional Bruto TP</b>       | <b>4.463</b>   | <b>777</b>     | <b>474,4</b> |
| <b>Custos Gerais</b>                        | <b>32.733</b>  | <b>47.904</b>  | <b>-31,7</b> |
| <b>Resultado Operacional TP</b>             | <b>-28.270</b> | <b>-47.127</b> | <b>40,0</b>  |
| <b>Resultados Financeiros</b>               | <b>-18.070</b> | <b>-11.051</b> | <b>63,5</b>  |
| Resultado de Transportes Públicos           | -46.340        | -58.178        | 20,3         |
| <b>Resultados de Explorações Acessórias</b> | <b>4.192</b>   | <b>1.939</b>   | <b>116,2</b> |
| <b>Outros Custos e Proveitos</b>            | <b>1.112</b>   | <b>1.127</b>   | <b>-1,3</b>  |
| <b>Resultados Correntes</b>                 | <b>-41.036</b> | <b>-55.112</b> | <b>26,3</b>  |

\* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2007.



### 6.1.2. Enquadramento dos Resultados do Ano na Evolução Anterior

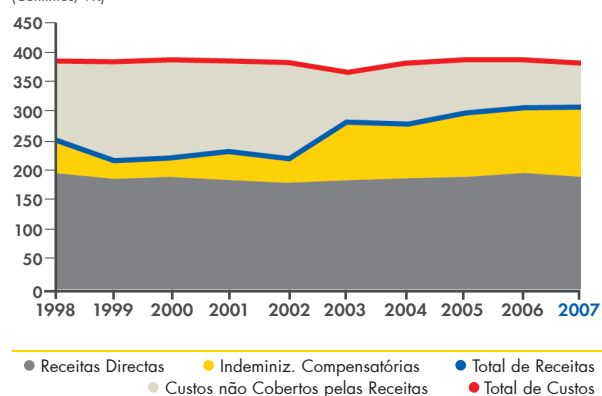
No ano de 2007, manteve-se estável o conjunto da receita directa e da indemnização compensatória por veículo-km, que associado ao esforço continuado de redução de custos, permitiu reduzir a margem de incobertura de -0,79 para -0,66 € por VK.

#### RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO - KM (em termos reais) (euros/VK)

| Anos | Receitas |                    |       | Custos* |
|------|----------|--------------------|-------|---------|
|      | Directas | Indemniz. Compens. | Total |         |
| 1998 | 1,88     | 0,55               | 2,43  | 3,76    |
| 1999 | 1,76     | 0,31               | 2,07  | 3,73    |
| 2000 | 1,80     | 0,31               | 2,11  | 3,83    |
| 2001 | 1,77     | 0,43               | 2,20  | 3,82    |
| 2002 | 1,74     | 0,41               | 2,15  | 3,73    |
| 2003 | 1,75     | 0,96               | 2,71  | 3,53    |
| 2004 | 1,81     | 0,83               | 2,64  | 3,62    |
| 2005 | 1,87     | 1,07               | 2,94  | 3,81    |
| 2006 | 1,89     | 1,12               | 3,01  | 3,80    |
| 2007 | 1,86     | 1,14               | 3,00  | 3,66    |

\* Não inclui custos financeiros nem indemnizações por rescisões por mútuo acordo

#### RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO-KM (em termos reais) (Cêntimos/VK)



Nota: Não inclui custos financeiros nem indemnizações por rescisões mútuo acordo

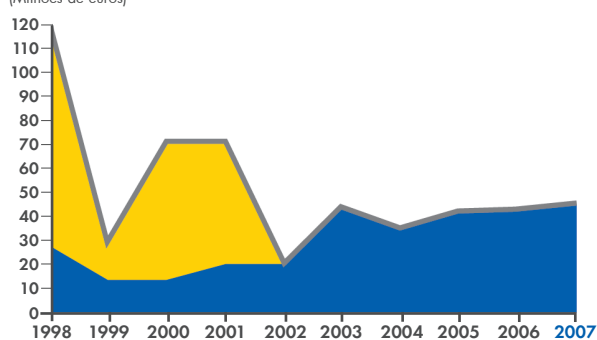
O esforço financeiro do Estado com a Empresa foi, em 2007, superior ao do ano anterior em 1,9 milhões de euros, o que contribuiu para a já referida melhoria do cash-flow gerado

pela exploração, o qual passou de -29,1 milhões de euros em 2006 para -18,1 milhões de euros em 2007, em termos reais.

#### ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais) (milhares de euros)

| Anos | Indemniz. Compens. | Dotações de Capital | TOTAL   |
|------|--------------------|---------------------|---------|
| 1998 | 26.625             | 90.919              | 117.544 |
| 1999 | 14.610             | 12.696              | 27.306  |
| 2000 | 14.104             | 57.991              | 72.095  |
| 2001 | 19.459             | 52.471              | 71.929  |
| 2002 | 18.304             | 0                   | 18.304  |
| 2003 | 43.138             | 0                   | 43.138  |
| 2004 | 34.968             | 0                   | 34.968  |
| 2005 | 42.759             | 0                   | 42.759  |
| 2006 | 44.376             | 0                   | 44.376  |
| 2007 | 46.308             | 0                   | 46.308  |

#### ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais) (Milhões de euros)



Apesar do mencionado acréscimo do esforço financeiro do Estado, foi necessário recorrer a um endividamento adicional de 30 milhões de euros, devido ao investimento e ao cash-flow negativo gerado pela exploração.

## 6.2. RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Em termos reais, verificou-se a manutenção do grau de cobertura dos custos directos da exploração de autocarros,

como resultado da redução dos custos directos em 0,4% e da redução da receita directa em 0,5%.

No caso da exploração dos eléctricos o grau de cobertura melhorou 18%, analogamente ao acontecido no ano anterior, quer pelo acréscimo da receita directa, quer pela redução dos custos, também em termos reais.

● RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (em termos reais)  
(milhares de euros)

|                                      | Autocarros |         |      | Eléctricos |        |      |
|--------------------------------------|------------|---------|------|------------|--------|------|
|                                      | 2007       | 2006    | Δ%   | 2007       | 2006   | Δ%   |
| Receita Directa (1)                  | 67.594     | 67.929  | -0,5 | 6.499      | 5.936  | 9,5  |
| Custos Directos (2)                  | 105.028    | 105.498 | -0,4 | 11.033     | 11.888 | -7,2 |
| Margem Bruta                         | -37.434    | -37.569 | 0,4  | -4.534     | -5.952 | 23,8 |
| Grau de Cobertura Percentual (1)/[2] | 64,4       | 64,4    | 0,0  | 58,9       | 49,9   | 18,0 |

Em termos unitários, por passageiro transportado, no modo autocarro verificou-se uma redução real do défice bruto, visto que em termos absolutos a redução de custos foi superior à redução da receita directa.

No caso dos eléctricos verificou-se uma significativa redução do défice bruto, como resultado da redução dos custos em 7,1% e do acréscimo da receita directa real em 9,7%.

● RESULTADOS ECONÓMICOS POR PASSAGEIRO (em termos reais)  
(euros)

| Valores por Passageiro | Autocarros |        |      | Eléctricos |        |      |
|------------------------|------------|--------|------|------------|--------|------|
|                        | 2007       | 2006   | Δ%   | 2007       | 2006   | Δ%   |
| Receita Directa        | 0,310      | 0,314  | -1,3 | 0,396      | 0,361  | 9,7  |
| Custos                 | 0,482      | 0,488  | -1,2 | 0,672      | 0,723  | -7,1 |
| Défice Bruto           | -0,172     | -0,174 | 1,1  | -0,276     | -0,362 | 23,8 |

### 6.3. PROVEITOS CORRENTES POR NATUREZA

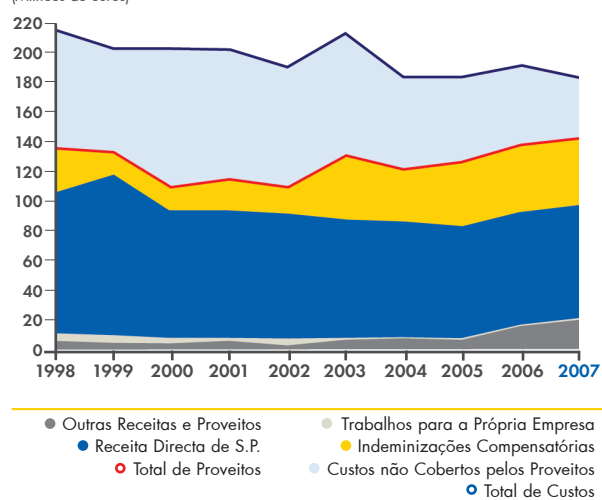
Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de 4,1%, no total dos proveitos correntes, em termos reais, como resultado do acréscimo generalizado dos vários componentes, com particular destaque para o acréscimo da indemnização compensatória e outros proveitos de explorações acessórias.

### PROVEITOS CORRENTES (em termos reais) (milhares de euros)

| Naturezas                               | 2007           |              | 2006           |              | Δ (%)      |
|-----------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|------------|
|                                         | Valor          | %            | Valor          | %            |            |
| <b>Passes Sociais</b>                   | 48.521         | 33,8         | 49.633         | 39,0         | -2,2       |
| <b>Outros Títulos</b>                   | 26.912         | 18,8         | 25.278         | 20,0         | 6,5        |
| Pré-Comprados                           | 10.572         | 7,4          | 11.416         | 10,4         | -7,4       |
| Bilhetes                                | 16.340         | 11,4         | 13.862         | 9,6          | 17,9       |
| Total Receita Directa S.P.              | 75.433         | 52,6         | 74.911         | 59,1         | 0,7        |
| <b>Indemnização Compensatória</b>       | 46.308         | 32,3         | 44.376         | 33,9         | 4,4        |
| Receita Serv. Público                   | 121.741        | 84,9         | 119.287        | 93,0         | 2,1        |
| <b>Trabalhos para a Própria Empresa</b> | 1.293          | 0,9          | 1.410          | 1,0          | -8,3       |
| <b>Outras Receitas e Proveitos</b>      | 20.432         | 14,2         | 17.113         | 6,0          | 19,4       |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>143.466</b> | <b>100,0</b> | <b>137.810</b> | <b>100,0</b> | <b>4,1</b> |

### PROVEITOS POR NATUREZA E CUSTOS NÃO COBERTOS (em termos reais)

(Milhões de euros)



Nota: Os anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 incluem 34,2 17,2 14,0 15,5 e 1,7 milhões de euros de custos com rescisões de contratos de trabalho, respectivamente.

dos acréscimos dos fornecimentos e serviços externos e dos custos financeiros.

O acréscimo dos fornecimentos e serviços externos foi motivado pela externalização de actividades de manutenção da frota de autocarros, o que tem contrapartidas positivas na redução de custos com pessoal e na redução do consumo de peças.

### CUSTOS POR NATUREZA (em termos reais) (milhares de euros)

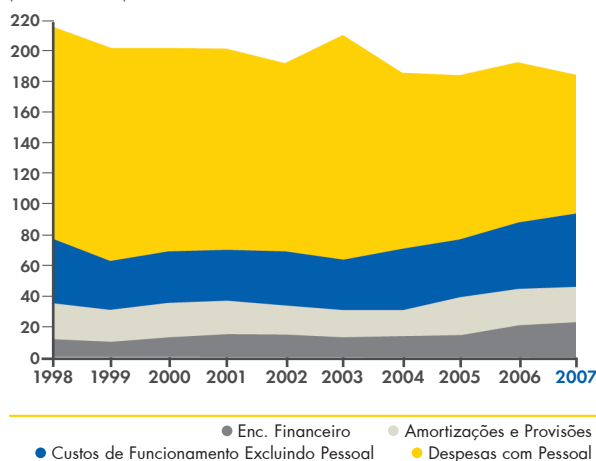
| Naturezas                         | 2007           | 2006           | Δ%          |
|-----------------------------------|----------------|----------------|-------------|
| <b>Custos de Funcionamento</b>    | <b>136.727</b> | <b>149.217</b> | <b>-8,4</b> |
| Despesas com Pessoal              | 87.755         | 104.010        | -15,6       |
| Consumos de Material              | 22.794         | 22.722         | 0,3         |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 25.531         | 21.846         | 16,9        |
| Despesas Diversas                 | 647            | 639            | 1,3         |
| <b>Amortizações e Provisões</b>   | <b>21.480</b>  | <b>23.370</b>  | <b>-8,1</b> |
| Amortizações                      | 21.329         | 23.132         | -7,8        |
| Provisões                         | 151            | 238            | -36,6       |
| <b>Encargos Financeiros</b>       | <b>26.296</b>  | <b>20.335</b>  | <b>29,3</b> |
| Juros de Financiamento            | 24.255         | 17.200         | 41,0        |
| Outros                            | 2.041          | 3.135          | -34,9       |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>184.503</b> | <b>192.922</b> | <b>-4,4</b> |

## 6.4. CUSTOS CORRENTES POR NATUREZA

O redução de 4,4% nos custos correntes resulta, sobretudo, das reduções de custos com pessoal e das amortizações e

#### ● CUSTOS (em termos reais)

(Milhões de euros)



Nota: Os anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 incluem 34,2 17,2 14,0 15,5 e 1,7 milhões de euros de custos com rescisões de contratos de trabalho, respectivamente.

No que refere aos custos com pessoal, constata-se uma redução global de 15,6%, em termos reais. A redução dos custos com pessoal não considerando as indemnizações por rescisão de contratos de trabalho, situou-se em 2,4%.

#### ● DESPESAS COM PESSOAL (em termos reais)

(milhares de euros)

| Naturezas                                                  | 2007          | 2006           | Δ%           |
|------------------------------------------------------------|---------------|----------------|--------------|
| Remunerações                                               | 55.862        | 56.794         | -1,6         |
| Encargos Patronais                                         | 13.342        | 13.565         | -1,6         |
| Complementos de Pensões de Reforma (e Sobrevivência)       | 13.011        | 13.629         | -4,5         |
| Indemnizações por Rescisão por Mútuo Acordo                | 1.675         | 15.855         | -89,4        |
| Outros Custos                                              | 3.865         | 4.167          | -7,2         |
| <b>TOTAL</b>                                               | <b>87.755</b> | <b>104.010</b> | <b>-15,6</b> |
| <b>TOTAL s/ Indemniz. por rescisão e s/ compl. pensões</b> | <b>73.070</b> | <b>74.526</b>  | <b>-2,0</b>  |

O consumo de materiais aumentou 0,3% relativamente a 2006, em termos reais, não apresentando os diversos componentes variações significativas.

No que se refere ao gasóleo, é de relevar o facto da Empresa ter reduzido o consumo específico em 2,4%, como resultado, entre outras, de acções formativas ao nível da condução económica, o que lhe permitiu atenuar o efeito do acréscimo de preço, o qual beneficiou também de melhores condições de fornecimento negociadas pela CARRIS.

#### ● CONSUMOS DE MATERIAIS (em termos reais)

(milhares de euros)

| Naturezas                        | 2007          | 2006          | Δ%         |
|----------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Gasóleo e Gás                    | 18.561        | 18.379        | 0,1        |
| Peças e Acessórios de Autocarros | 1.974         | 1.885         | 4,7        |
| Peças e Acessórios de Eléctricos | 268           | 267           | 0,4        |
| Outros Consumos                  | 1.991         | 2.191         | -9,1       |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>22.794</b> | <b>22.722</b> | <b>0,3</b> |

### 6.5. PRODUTIVIDADE

Em 2007 manteve-se o acréscimo dos índices de produtividade baseados em veículos-km e em veículos-hora, ambos calculados tomando como base o número médio de efectivos, o qual teve um acréscimo de 3%.





## 7. GOVERNO SOCIETÁRIO

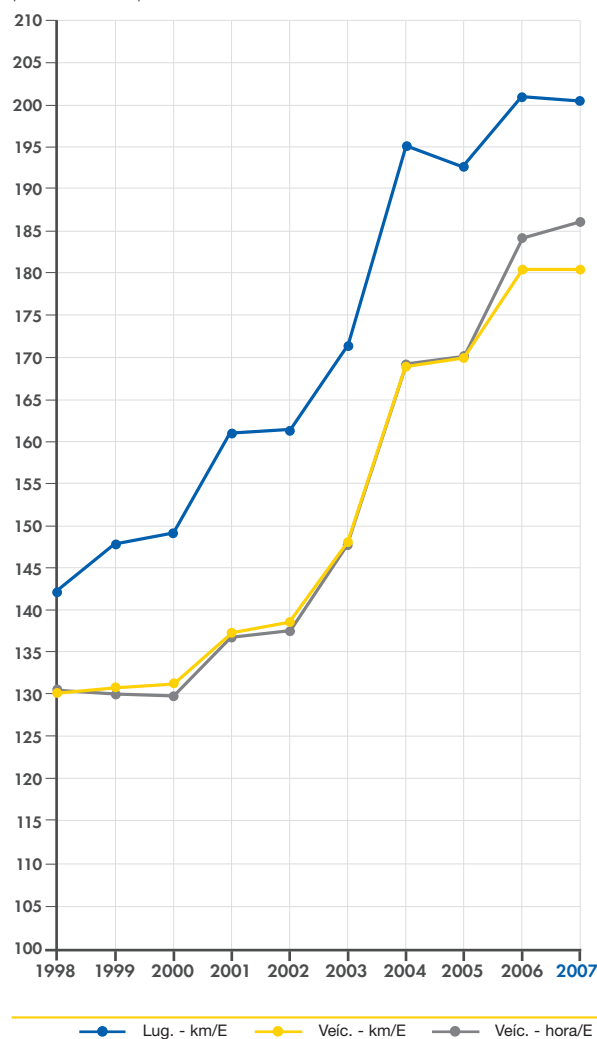
No caso do indicador Lugares-km/Efectivo Médio, a evolução negativa resultou da substituição de um segmento de frota de autocarros médios por autocarros mini.

### INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

| Indicadores                                | 2007   | 2006   | Δ%   |
|--------------------------------------------|--------|--------|------|
| Lugares-km 10 <sup>3</sup> /Efectivo Médio | 1.314  | 1.321  | -0,5 |
| Veículos-hora/Efectivo Médio               | 1.105  | 1.083  | 2,0  |
| Veículos-km/Efectivo Médio                 | 15.161 | 15.153 | 0,1  |

### INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

(Base: 1990 = 100)



De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros nº. 49/2007, de 28 de Março, as empresas públicas devem:

*“incluir nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades do qual conste, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.”*

Para além da informação sobre o governo das sociedades que consta deste Relatório, a CARRIS disponibiliza esta informação, também, na sua página na Internet e na intranet, bem como no sítio electrónico [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt) – Sector Empresarial do Estado, mantendo-a, periodicamente, actualizada.

### 7.1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

#### 7.1.1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida

A missão da CARRIS consiste em assegurar o transporte rodoviário urbano de passageiros na área Metropolitana de Lisboa, predominantemente na Cidade de Lisboa, em termos que contribuam para a efectiva mobilidade das pessoas e que disponibilizem uma alternativa credível ao transporte individual privado, gerando, pela sua actividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e de sustentabilidade ambiental, económica e social.

Para atingir a sua missão, a CARRIS dá resposta às necessidades diárias de mobilidade de cerca de 650 mil Clientes que utilizam os seus serviços. Para tal disponibiliza:

- Uma rede de 745 Autocarros que engloba 86 carreiras com uma extensão de 667 km;
- Uma rede de 57 Eléctricos composta por 5 carreiras com a extensão de 48 km;

- Um elevador e três ascensores, perfazendo oito veículos.

A CARRIS assume a sua missão de forma clara, comprometendo-se com a “Carta do Cliente” a:

- Desenvolver a Rede, de forma a que qualquer ponto da Cidade tenha uma paragem a uma distância aceitável;
- Definir os horários de forma ajustada à procura, adoptando rapidamente medidas correctivas que se revelem necessárias;
- Disponibilizar uma informação clara e correcta;
- Promover acções que garantam a segurança do Cliente;
- Adoptar medidas que assegurem a regularidade, em colaboração com as entidades gestoras da via pública;
- Desenvolver a Rede de Vendas e concretizar as melhores formas para facilitar a aquisição de títulos de transporte;
- Manter os veículos em bom estado de conservação e limpeza;
- Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos da Empresa;
- Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a protecção do meio ambiente;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o grau de satisfação dos Clientes;

- Atender às reclamações e sugestões dos Clientes como fonte de informação para a melhoria contínua do serviço.

A CARRIS, na sua actividade, tem como valores estruturantes:

- Seriedade;
- Rigor;
- Credibilidade;
- Responsabilidade;
- Procura da excelência.

### 7.1.2. Objectivos e graus de cumprimento

De acordo com o Contrato de Gestão, assinado em 11 de Maio de 2007, foram fixadas orientações estratégicas, substanciadas em objectivos, para os anos de 2007 e 2008.

Pela análise do quadro seguinte constatamos que os objectivos assumidos pela CARRIS foram adequadamente cumpridos, tendo sido mesmo, nalguns casos, ultrapassados.

#### ● CONTROLO DOS OBJECTIVOS DO CONTRATO DE GESTÃO: Ano de 2007

| Objectivos                                             | Peso (%)   | 2006    | 2007            |                  |            |               |                  |
|--------------------------------------------------------|------------|---------|-----------------|------------------|------------|---------------|------------------|
|                                                        |            | Valor   | Valor Objectivo | Índice Objectivo | Valor Real | Índice Real   | Desvio % Índices |
| Volume de Negócios                                     | 7,2        | 80.582  | 82.500          | 7,37             | 87.537     | 7,82          | 6,1              |
| Margem do EBITDAR                                      | 9,6        | -77,60  | -56,50          | 13,19            | -54,65     | 13,63         | 3,4              |
| Custos Operacionais                                    | 12         | 168.378 | 158.030         | 12,79            | 158.207    | 12,77         | -0,1             |
| Return on Average Capital Employed - ROACE             | 7,2        | -56,57  | -51,20          | 7,96             | -49,82     | 8,18          | 2,8              |
| Custos Operacionais por Passageiro                     | 9,6        | 0,72    | 0,69            | 10,02            | 0,67       | 10,33         | 3,1              |
| Taxa Cobertura dos Custos Operacionais pelos Proveitos | 9,6        | 47,86   | 52,20           | 10,47            | 55,33      | 11,10         | 6,0              |
| Consumo Combustível para Transporte Individual         | 12,8       | 1.498   | 1.491           | 12,86            | 1.491      | 12,86         | 0,0              |
| Peso dos Títulos Intermodais                           | 12,8       | 71,50   | 69,90           | 12,51            | 70,61      | 12,64         | 1,0              |
| Emissão de Poluentes                                   | 9,6        | 17,10   | 16,90           | 9,71             | 16,34      | 10,05         | 3,5              |
| Índice de Qualidade da Oferta                          | 9,6        | 100,00  | 103,02          | 9,89             | 109,93     | 10,55         | 6,7              |
| <b>Cumprimento dos Objectivos</b>                      | <b>100</b> |         |                 | <b>106,76</b>    |            | <b>109,93</b> |                  |

*Nota: Quanto ao indicador “Consumo combustível para transporte individual” o valor real é igual ao valor objectivo, por se desconhecer o valor efectivo, dado que o mesmo é exógeno à CARRIS.*



## CONTROLO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DA OFERTA: Ano de 2007

| Indicadores                                | Peso (%) | 2006  | 2007            |               |            |               |              |
|--------------------------------------------|----------|-------|-----------------|---------------|------------|---------------|--------------|
|                                            |          | Valor | Valor Objectivo | IQO Objectivo | Valor Real | IQO Real      | Desvio % IQO |
| Reclamações/PK                             | 10       | 6,94  | 6,00            | 11,57         | 4,14       | 16,76         | 44,93        |
| Taxa de Ocupação                           | 10       | 21,95 | 20,85           | 10,53         | 21,23      | 10,34         | -1,79        |
| Taxa de Cumprimento de Serviço (veícxkm)   | 30       | 97,92 | 98,10           | 30,06         | 98,78      | 30,26         | 0,69         |
| Taxa de Cumprimento de Serviço (HPM)       | 15       | 98,58 | 98,90           | 15,05         | 99,88      | 15,20         | 0,99         |
| Acidentes/LK                               | 5        | 0,59  | 0,55            | 5,37          | 0,55       | 5,37          | 0,00         |
| Avarias/LK                                 | 10       | 3,72  | 3,35            | 11,12         | 2,94       | 12,67         | 13,95        |
| Idade Média das Viaturas                   | 5        | 6,40  | 7,40            | 4,32          | 7,40       | 4,32          | 0,00         |
| Veículos com AC/Frota                      | 5        | 0,84  | 0,85            | 5,01          | 0,85       | 5,01          | 0,00         |
| Veículos com Piso Rebaixado/Frota          | 5        | 0,85  | 0,85            | 5,00          | 0,85       | 5,00          | 0,00         |
| Veículos com Rampa/Frota                   | 5        | 0,38  | 0,38            | 5,00          | 0,38       | 5,00          | 0,00         |
| <b>Índice de Qualidade de Oferta (IQO)</b> | 100      |       |                 | <b>103,02</b> |            | <b>109,93</b> |              |

Relativamente às orientações estratégicas definidas para o ano de 2007 verificou-se, nomeadamente a:

- Redução do deficit operacional;
- Contribuição positiva para a melhoria das condições necessárias para a prática da Intermodalidade;
- Melhoria da qualidade do serviço prestado ao Cliente;
- Introdução de ajustamentos na oferta, designadamente através da implementação da fase II do projecto "Rede 7";
- Inversão da perda continuada de passageiros que se vinha verificando há mais de uma década, contribuindo para o aumento da quota do Transporte Público;
- Introdução de acções de inovação que contribuem para a sustentabilidade ambiental;
- Consolidação da componente social do Transporte Público;
- Consolidação de um clima de paz social nas empresas do Grupo CARRIS.

## 7.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

Sendo a CARRIS uma sociedade anónima, pertencente ao Sectorial Empresarial do Estado, está sujeita, para além do previsto nos seus Estatutos, às normas constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que o Accionista único da Empresa é o Estado está ainda sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de Agosto e ao Estatuto do Gestor Público regulado pelo Decreto-Lei nº. 71/2007, de 7 de Maio.

Tendo em conta o seu objecto social – exploração do transporte público rodoviário de passageiros – a Empresa está sujeita ao cumprimento, entre outros, do disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto nº. 37 272, de 31 de Dezembro de 1948 - Regulamento de Transportes em Automóveis;
- Decreto-Lei nº. 3/2001, de 10 de Janeiro - Regime Jurídico de acesso à actividade dos transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares;
- Lei 28/2006, de 4 de Julho - Regime Sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de Transportes Colectivos de Passageiros.

Quanto aos procedimentos a adoptar para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, observa-se o Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março, para as Empreitadas e o Decreto-Lei nº. 223/2001, de 9 de Agosto alterado pelo Decreto-Lei nº. 234/2004, de 15 de Dezembro e Decreto-

-Lei 197/99, de 8 de Junho para a Aquisição de Bens e Serviços.

Relativamente à matéria laboral e social, a Empresa rege-se pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais e pelo Código de Trabalho e Regulamentação ao Código do Trabalho e demais legislação complementar, aprovados, respectivamente, pelas Leis n.º. 99/2003, de 27 de Agosto e n.º. 35/2004, de 29 de Julho.

Quanto às normas internas, a CARRIS dispõe de um conjunto de normas onde se encontram descritas, de forma exaustiva, as actividades e respectivos procedimentos, a desenvolver pelos diferentes Órgãos/Áreas da Empresa, das quais se destacam:

- Siglas dos Órgãos da CARRIS e Respektivo Organograma;
- Selecção e Avaliação de Fornecedores;
- Aquisição de Bens, Materiais ou Serviços de Abate;
- Processo de Celebração de Contratos de Empreitada;
- Teste para Determinação da Alcoolemia;
- Livro de Reclamações;
- Análise e Tratamento de Reclamações do Cliente.

Estas normas internas encontram-se disponíveis na página da intranet e da Internet da CARRIS bem como no sítio electrónico [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt) – Sector Empresarial do Estado.

### 7.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

- De acordo com os dados disponíveis (no módulo MM do SAP), registam-se como transacções relevantes as efectuadas com a PETROGAL, REPSOL e SHELL, cujo montante, a rondar os 18,2 M€ representou mais de 82% do total da facturação paga na aquisição de bens e serviços.
- São, ainda, relevantes as transacções com os representantes das marcas de autocarros Volvo e Mercedes (AUTO-SUECO e C. SANTOS, respectivamente) cuja facturação ultrapassou 1 milhão de euros.

### 7.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES

Assumiram particular relevância o contrato para o fornecimento de Fardamentos para Pessoal Tripulante, tendo em consideração que a facturação deste grupo de materiais ultrapassa anualmente os 250 milhares de Euros e as aquisições de peças e acessórios no mercado retalhista, em particular às empresas do Grupo Civipartes e à Nasacar, no total aproximado de 500 milhares de Euros.





São, ainda, de assinalar as aquisições às empresas FERNANDO A. LEMOS, CME e PINTO & BENTES que, no total, rondaram os 320 milhares de Euros, essencialmente, na aquisição de serviços de reparação de equipamentos embarcados em material circulante do Modo Eléctrico e em instalações fixas.

#### 7.4.1. Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

No âmbito da aquisição de bens e serviços, foram os seguintes os procedimentos mais relevantes:

- Concurso de Fardamentos para Pessoal Tripulante, no valor estimado para 2008 de 294 milhares de Euros.
- Concurso para aquisição de Aparelhos de Via, no valor de 83,31 milhares de Euros.
- Concurso para aquisição de Máquina de Lavar Carroçarias, no valor de 63,35 milhares de Euros.
- Concurso para a reparação de Motores Skoda dos Carros Eléctricos Históricos, no valor estimado de 62 milhares de Euros.
- Concurso para a reparação de Motores Siemens dos Carros Eléctricos Articulados, no valor estimado de 76,6 milhares de Euros.
- Processo por Negociação para o fornecimento de Papel de Fotocópias, no valor estimado para 2008 de 19,55 milhares de Euros.
- Processo por Negociação para o fornecimento de Aparelhos de Via, no valor de 40,25 milhares de Euros.
- Processo por Negociação para o fornecimento de Baterias de Chumbo, no valor estimado para 2008 de 54,54 milhares de Euros.
- Processo por Negociação para o fornecimento Lâmpadas Fluorescentes, no valor estimado para 2008 de 5 milhares de Euros.

#### 7.4.2. Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não se verificou nenhuma transacção que tenha ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

#### 7.4.3. Concursos Públicos Internacionais

- Aquisição de 20 autocarros médios adjudicados à MAN Portugal por 3.769.660 €
- Aquisição de 20 autocarros articulados adjudicados à EVOBUS Portugal por 6.283.476 €

#### 7.4.4. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1 M€)

- PETROGAL-PETROLEOS PORTUGAL, S.A. – 14.246.764 €
- REPSOL PORTUGUESA, S.A. – 7.867.603 €
- CARRISBUS - MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E TRANSPORTE – 6.207.773 €
- TICKET RESTAURANT PORTUGAL S.A. – 5.331.517 €
- HYDRAPLAN S.A. – 3.159.358 €
- BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A. – 1.602.213 €
- CARRISTUR - INOV. EM TRANSP. URB. E REGIONAIS LDA. – 1.573.310 €
- SECURITAS - SERVIÇOS E TÉCNOLOGIAS DE SEGURANÇA S.A. – 1.375.031 €
- CME - CONST. E MANUTENÇÃO ELECTROMECAÂNICA S.A. – 1.247.961 €
- BRIDGESTONE - FIRESTONE LDA. – 1.107.565 €
- ECOSAÚDE - EDUC., TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE S.A. – 1.087.498 €
- NOVABASE - CONSULTING S.A. – 1.072.819 €

#### 7.5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O capital social da CARRIS – Companhia CARRIS de Lisboa, S.A. é composto por 32.771.998 Acções com o valor nominal de 4,99 euros cada, encontrando-se totalmente realizado e sendo integralmente detido pelo Estado.

|                                 | Eleição                         | Mandato               |
|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| <b>Mesa da Assembleia Geral</b> |                                 |                       |
| <b>Presidente</b>               | Dr. José António Pinto Ribeiro* | 10.04.2006 2006/2008* |
| <b>Vice-Presidente</b>          | Dr. Gonçalo Gentil Anastácio    | 10.04.2006 2006/2008  |
| <b>Secretário</b>               | Dr. Manuel Antunes Vicente      | 10.04.2006 2006/2008  |

\* Caducidade com efeitos a 30.01.2008

#### Conselho de Administração

|                   |                                         |            |           |
|-------------------|-----------------------------------------|------------|-----------|
| <b>Presidente</b> | Dr. José Manuel Silva Rodrigues         | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| <b>Vogal (1)</b>  | Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| <b>Vogal (2)</b>  | Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha     | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| <b>Vogal (3)</b>  | Dr. António de Carvalho Santos e Silva  | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| <b>Vogal (4)</b>  | Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino     | 10.04.2006 | 2006/2008 |

Nota: Os curriculum vitae dos membros do Conselho de Administração constam no final do presente capítulo.

#### Fiscal Único

|                 |                                  |            |           |
|-----------------|----------------------------------|------------|-----------|
| <b>Efectivo</b> | Dr. Raimundo Aleixo (ROC nº. 98) | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| <b>Suplente</b> | Dr. Luis Marques Granja          | 10.04.2006 | 2006/2008 |

## 7.6. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

(Mandato II)

| Cargo                           | Órgãos Sociais                                | Eleição    | Mandato   |
|---------------------------------|-----------------------------------------------|------------|-----------|
| <b>Mesa da Assembleia Geral</b> |                                               |            |           |
| <b>Presidente</b>               | Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Vice-Presidente</b>          | Dr. António Pinto Leite                       | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Secretário</b>               | Dr. Manuel Antunes Vicente                    | 22.02.2003 | 2003/2005 |

#### Conselho de Administração

|                   |                                                    |            |           |
|-------------------|----------------------------------------------------|------------|-----------|
| <b>Presidente</b> | Dr. José Manuel Silva Rodrigues                    | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Vogal (1)</b>  | Dr. António de Carvalho Santos e Silva             | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Vogal (2)</b>  | Eng.º Augusto António Brinquête Proença            | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Vogal (3)</b>  | Eng.º Jaime Cipriano Costa Rocha Quaresma          | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Vogal (4)</b>  | Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira | 22.02.2003 | 2003/2005 |

#### Fiscal Único

|                 |                                                                                                                                                |            |           |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|
| <b>Efectivo</b> | Fiscal Único Efectivo Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues (SROC nº. 88) representada por Dr. Raimundo Aleixo (ROC nº.98) | 22.02.2003 | 2003/2005 |
| <b>Suplente</b> | Fiscal Único Suplente Dr. Luis Marques Granja                                                                                                  | 22.02.2003 | 2003/2005 |



(Mandato II)

| Cargo                           | Órgãos Sociais                 | Eleição    | Mandato              |
|---------------------------------|--------------------------------|------------|----------------------|
| <b>Mesa da Assembleia Geral</b> |                                |            |                      |
| Presidente                      | Dr. José António Pinto Ribeiro | 10.04.2006 | Cessado a 30.01.2008 |
| Vice-Presidente                 | Dr. Gonçalves Gentil Anastácio | 10.04.2006 | 2006/2008            |
| Secretário                      | Dr. Manuel Antunes Vicente     | 10.04.2006 | 2006/2008            |

**Conselho de Administração**

|            |                                         |            |           |
|------------|-----------------------------------------|------------|-----------|
| Presidente | Dr. José Manuel Silva Rodrigues         | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| Vogal (1)  | Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| Vogal (2)  | Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha     | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| Vogal (3)  | Dr. António de Carvalho Santos e Silva  | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| Vogal (4)  | Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino     | 10.04.2006 | 2006/2008 |

**Fiscal Único**

|          |                                  |            |           |
|----------|----------------------------------|------------|-----------|
| Efectivo | Dr. Raimundo Aleixo (ROC nº. 98) | 10.04.2006 | 2006/2008 |
| Suplente | Dr. Luis Marques Granja          | 10.04.2006 | 2006/2008 |

## ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

**Mesa da Assembleia Geral**

|                 |                                             |
|-----------------|---------------------------------------------|
| Presidente      | Senha de presença no valor de 598,62 euros; |
| Vice-Presidente | Senha de presença no valor de 465,88 euros; |
| Secretário      | Senha de presença no valor de 333,65 euros. |

**Conselho de Administração**

|            |                                                                                                                                                                                                                            |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Presidente | Remuneração de 4.204,67 euros, 14 vezes por ano;<br>Despesas de representação 1.471,94 euros a abonar 12 meses por ano;<br>Adicional mensal de acumulação de funções, no montante de € 1.261,81 a abonar 14 meses por ano. |
| Vogais     | Remuneração de 3.656,28 euros, 14 vezes por ano;<br>Despesas de representação 1.097,29 euros a abonar 12 meses por ano;<br>Adicional mensal de acumulação de funções, no montante de € 1.261,81 a abonar 14 meses por ano. |

**Fiscal Único**

|             |                               |
|-------------|-------------------------------|
| Remuneração | 1.375,07 €, 12 vezes por ano. |
|-------------|-------------------------------|

● REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (valores anuais)

**Mesa Assembleia Geral (Mandato I)**

|      | Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
|------|------------|-----------------|------------|
| 2006 | 599        | —               | 334        |
| 2007 | 599        | 466             | 334        |

**Conselho de Administração (Mandato I)**  
(Terminado a 10.04.2006)

| Remunerações 2006                                            | Presidente                   | Vogal (1)      | Vogal (2)                                   | Vogal (3)                    | Vogal (4)                    |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------|----------------|---------------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| <b>1. Remuneração</b>                                        |                              |                |                                             |                              |                              |
| 1.1. Remuneração Base                                        | 12.614,01                    | 6.747,51       | 15.236,00                                   | 30.724,08                    | 30.523,57                    |
| 1.2. Acumulação de Funções de Gestão                         | 3.785,43                     |                | 4.206,03                                    | 6.159,24                     | 6.159,24                     |
| 1.4. Despesas de Representação                               | 4.415,82                     |                | 3.657,63                                    | 3.657,63                     | 3.657,63                     |
| <b>2. Outras Regalias e Compensações</b>                     |                              |                |                                             |                              |                              |
| 2.1. Gastos de Utilização de Telefones                       | 234,00                       | 128,59         | 428,96                                      | 441,54                       | 484,42                       |
| 2.2. Valor de Aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço | Viatura Alugada              | 9.319,56 Usada | 8.523,04 Usada                              | Viatura Alugada              | Viatura Alugada              |
| 2.3. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço     | 1.247,61                     | 394,50         | 814,18                                      | 818,85                       | 1.197,17                     |
| 2.5. Subsídio de Refeição                                    |                              | 520,10         |                                             |                              |                              |
| <b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>                    |                              |                |                                             |                              |                              |
| 3.1. Segurança Social Obrigatório                            | 2.917,40                     |                | 3.901,86                                    | 5.489,57                     | 5.489,57                     |
| 3.4. Outros (CGA Fundo Pensões)                              |                              | 4.600,14       |                                             |                              |                              |
| <b>4. Informações Adicionais</b>                             |                              |                |                                             |                              |                              |
| 4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)                   | Não                          | Sim            | Não                                         | Não                          | Não                          |
| 4.2. Regime Segurança Social                                 | RGSS                         | CGA            | RGSS                                        | RGSS                         | RGSS                         |
| 4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005                    | Não tem Plano Compl. Reforma |                | Tem Plano Compl. Reforma como Trab. Empresa | Não tem Plano Compl. Reforma | Não tem Plano Compl. Reforma |
| 4.4. Ano de Aquisição de Viatura pela Empresa                | Alugada em 23.08.04          | 2003           | 2003                                        | Alugada em 23.08.04          | Alugada em 23.08.04          |
| 4.5. Exercício Opção Aquisição de Viatura de Serviço         | Não                          | Não            | Não                                         | Não                          | Não                          |
| 4.6. Usufruto de Casa de Função                              | Não                          | Não            | Não                                         | Não                          | Não                          |
| 4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora Grupo             | Não                          | Não            | Não                                         | Não                          | Não                          |


**Conselho de Administração (Mandato II)**  
 (Iniciado a 11.04.2006)

| Remunerações 2006                                            | Presidente                   | Vogal (1)                    | Vogal (2)                    | Vogal (3)      | Vogal (4)                    |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| <b>1. Remuneração</b>                                        |                              |                              |                              |                |                              |
| 1.1. Remuneração Base                                        | 46.251,37                    | 39.653,16                    | 39.653,17                    | 87.717,66      | 39.653,18                    |
| 1.2. Acumulação de Funções de Gestão                         | 13.879,91                    | 11.608,66                    | 11.608,67                    |                | 11.608,68                    |
| 1.4. Despesas de Representação                               | 13.247,46                    | 8.449,13                     | 8.449,14                     |                | 8.449,15                     |
| <b>2. Outras Regalias e Compensações</b>                     |                              |                              |                              |                |                              |
| 2.1. Gastos de Utilização de Telefones                       | 702,00                       | 574,86                       | 264,28                       | 385,00         | 190,93                       |
| 2.2. Valor de Aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço | Viatura Alugada              | Viatura Alugada              | 8.523,04 Usada               | 9.319,56 Usada | Viatura Alugada              |
| 2.3. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço     | 3.742,83                     | 2.416,10                     | 1.739,30                     | 1.183,96       | 1.714,56                     |
| 2.5. Subsídio de Refeição                                    |                              |                              |                              | 1.386,96       |                              |
| <b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>                    |                              |                              |                              |                |                              |
| 3.1. Segurança Social Obrigatório                            | 10.697,15                    |                              |                              |                | 10.213,22                    |
| 3.4. Outros (CGA Fundo Pensões)                              |                              |                              |                              | 16.867,20      |                              |
| <b>4. Informações Adicionais</b>                             |                              |                              |                              |                |                              |
| 4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)                   | Não                          | Não                          | Não                          | Sim            | Não                          |
| 4.2. Regime Segurança Social                                 | RGSS                         | CGA                          | CGA                          | CGA            | RGSS                         |
| 4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005                    | Não tem Plano Compl. Reforma | Não tem Plano Compl. Reforma | Não tem Plano Compl. Reforma |                | Não tem Plano Compl. Reforma |
| 4.4. Ano de Aquisição de Viatura pela Empresa                | Alugada em 23.08.04          | Alugada em 23.08.04          | 2003                         | 2003           | Alugada em 23.08.04          |
| 4.5. Exercício Opção Aquisição de Viatura de Serviço         | Não                          | Não                          | Não                          | Não            | Não                          |
| 4.6. Usufruto de Casa de Função                              | Não                          | Não                          | Não                          | Não            | Não                          |
| 4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora Grupo             | Não                          | Não                          | Não                          | Não            | Não                          |

**Conselho de Administração (Mandato II)**  
 (Iniciado a 11.04.2006)

| Remunerações 2007                                            | Presidente                   | Vogal (1)                    | Vogal (2)                    | Vogal (3)                    | Vogal (4)           |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------|
| <b>1. Remuneração</b>                                        |                              |                              |                              |                              |                     |
| 1.1. Remuneração Base                                        | 58.865,38                    | 51.187,92                    | 51.187,92                    | 97.260,82                    | 51.187,92           |
| 1.2. Acumulação de Funções de Gestão                         | 17.665,34                    | 17.665,34                    | 17.665,34                    |                              | 17.665,34           |
| 1.4. Despesas de Representação                               | 17.663,28                    | 13.167,48                    | 13.167,47                    | 23.043,09                    | 13.167,47           |
| <b>2. Outras Regalias e Compensações</b>                     |                              |                              |                              |                              |                     |
| 2.1. Gastos de Utilização de Telefones                       | 1.956,51                     | 650,29                       | 616,58                       | 2.590,25                     | 406,59              |
| 2.2. Valor de Aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço | Viatura Alugada              | Viatura Alugada              | 8.523,04 Usada               | Viatura Alugada              | Viatura Alugada     |
| 2.3. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço     | 4.949,64                     | 3.407,31                     | 2.273,91                     | 1.454,51                     | 2.063,77            |
| 2.5. Subsídio de Refeição                                    |                              |                              |                              |                              |                     |
| <b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>                    |                              |                              |                              |                              |                     |
| 3.1. Segurança Social Obrigatório                            | 14.229,82                    |                              |                              |                              | 10.820,95           |
| 3.4. Outros (CGA Fundo Pensões)                              |                              |                              |                              | 24.922,97                    |                     |
| <b>4. Informações Adicionais</b>                             |                              |                              |                              |                              |                     |
| 4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)                   | Não                          | Não                          | Não                          | Sim                          | Não                 |
| 4.2. Regime Segurança Social                                 | RGSS                         | CGA                          | CGA                          | CGA                          | RGSS                |
| 4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005                    | Não tem Plano Compl. Reforma | Não tem Plano Compl. Reforma | Não tem Plano Compl. Reforma | Não tem Plano Compl. Reforma |                     |
| 4.4. Ano de Aquisição de Viatura pela Empresa                | Alugada em 23.08.04          | Alugada em 23.08.04          | 2003                         | Alugada em 31.07.06          | Alugada em 23.08.04 |
| 4.5. Exercício Opção Aquisição de Viatura de Serviço         | Não                          | Não                          | Não                          | Não                          | Não                 |
| 4.6. Usufruto de Casa de Função                              | Não                          | Não                          | Não                          | Não                          | Não                 |
| 4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora Grupo             | Não                          | Não                          | Não                          | Não                          | Não                 |

**Fiscal Único**

|             |        |
|-------------|--------|
| <b>2006</b> | 16.501 |
| <b>2007</b> | 16.501 |



## 7.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA CARRIS NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

### 7.7.1. Estratégias e Metas adoptadas.

**Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade**

A CARRIS, consciente da sua função social, procede, conforme já referido, à prestação do serviço de transporte público urbano de passageiros, na cidade de Lisboa, orientada por critérios de sustentabilidade, procurando ajustar a sua actividade às necessidades da mobilidade e do mercado, com optimização da utilização dos recursos para o aumento da sua eficácia e melhoria da qualidade do serviço prestado.

Em 2007, a CARRIS definiu como objectivos prioritários a:

- Certificação do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade e Ambiente;
- Consolidação dos processos de renovação da frota de autocarros e de externalização das actividades de manutenção do material circulante;
- Gestão adequada de Energia na Actividade de Transporte e no Património Edificado da Empresa, com particular ênfase na promoção da eficiência energética;
- Renovação da Rede e a melhoria das condições de circulação na Cidade;
- Redução continuada do “deficit” operacional;
- Optimização dos sistemas telemáticos, nomeadamente dos Sistemas de Bilhética sem contacto e de Ajuda à Exploração e de Informação aos Passageiros e de Videovigilância.

A CARRIS cumpriu, genericamente, as metas fixadas a que se propôs, com vista a ser cada vez mais sustentável e a poder contribuir decisivamente para a mobilidade sustentável na Área Metropolitana de Lisboa, tendo presente as medidas e projectos que encetou, no âmbito dos grandes objectivos atrás mencionados e explicitados, com detalhe, no Relatório de Sustentabilidade de 2007.

A CARRIS possui, desde 2003, Provedor do Cliente, garantindo um canal mais directo e eficaz de comunicação entre

a Empresa e os seus Clientes e permitindo, em diversos casos, a regularização de situações anómalas que possam ocorrer.

### 7.7.2. Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da Empresa

São os seguintes os principais riscos:

- Obrigação de transportar com tarifários abaixo do custo;
- Concorrência do transporte individual;
- Ausência de contratualização nos critérios de atribuição da indemnização compensatória;
- Instabilidade dos mercados financeiros, o que agrava os custos de obtenção de fundos;
- Existência de custos históricos que são impeditivos da obtenção de custos operacionais competitivos;
- Capitais Próprios negativos em 418 milhões de euros;
- Risco de liberalização do mercado.

### 7.7.3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

A gestão da Empresa teve sempre presente os princípios de Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e de Serviço Público que devem nortear a actividade da CARRIS.

#### 7.7.3.1. Responsabilidade Social

**Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos e de não discriminação.**

A natureza da actividade prestada pela CARRIS, implica a manutenção cuidada duma importante força laboral perante a qual detém uma elevada responsabilidade social, o que constitui um pilar fundamental das políticas da Empresa. Tendo em conta o quadro legal e institucional no âmbito das obrigações sociais, a Empresa pratica e promove a absoluta igualdade de oportunidades, quer ao nível da captação de novos colaboradores, quer ao nível da evolução profissional e rejeita qualquer prática de discriminação designadamente em função de género, ideologia, religião ou

raça. Concretizando, o acesso à Empresa está aberto a todos os cidadãos que demonstrem reunir o perfil adequado às funções a que se candidatam. Enquanto colaboradores usufruem dum percurso profissional, definido em articulação com os parceiros sociais, onde não se registam quaisquer factos discriminatórios, em particular quanto às retribuições salariais em relação às mesmas posições.

**Gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

Relativamente à gestão do capital humano, a Empresa pratica e promove a manutenção da boa condição física e psíquica do seu efectivo através dos cuidados ao nível do cumprimento das obrigações no âmbito da Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, além de que assegura cuidados médicos relevantes e gratuitos, do que resulta, actualmente, um baixo nível de absentismo por doença, o que prestigia a CARRIS. Igualmente a Empresa promove e presta a formação profissional adequada não só à actividade desenvolvida, mas também à valorização profissional dos seus colaboradores, os quais são cada vez mais percebidos como dos melhores no respectivo sector de actividade. Ao nível da meritocracia a Empresa tem prosseguido um caminho de estímulo à dedicação dos seus colaboradores, designadamente quanto à assiduidade, à produtividade, à condução defensiva e muito recentemente quanto ao desempenho global de excelência dos seus tripulantes no serviço público, procurando reconhecer e premiar o mérito de todos os que evidenciem um desempenho exemplar, que eleve a qualidade do serviço fornecido pela Empresa, bem como a coesão social, interna e externa.

**Adopção de práticas ambientalmente correctas**

O transporte público é, sem dúvida, a resposta adequada às necessidades crescentes de mobilidade, dado que, cada vez mais, as grandes cidades estão confrontadas com problemas ambientais, de congestionamento e de sinistralidade que, a par de questões económicas e sociais, tornarão insustentável o modelo em que a mobilidade tem assentado, tendo como base o transporte individual, com a consequente perda de quota do transporte público.

Para contrariar esta situação, a CARRIS tem implementado múltiplas medidas, em diversas áreas da sua actividade, com repercussões positivas, interna e externamente, quer a nível económico, quer social e ambiental.

- Releva-se o processo de renovação da frota, decidido em 2003 e iniciado em 2004 e concluído em Julho de 2006, com a aquisição de 408 novos autocarros, que permitiu, em 2007 face a 2003, a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, bem como de emissões poluentes, dado que os novos veículos cumprem a Directiva Comunitária sobre emissões de escape – Limite Euro 3. Assim, em média, por cada km percorrido, um autocarro em 2007 emitiu, relativamente a 2003, -5% de CO<sub>2</sub>, -42% de NOx, -72% de HC, -64% de CO, -79% de PT.

Estes novos veículos permitiram ainda melhorar a eficiência energética e reduzir o nível de ruído e de vibrações. Da actual frota de autocarros, fazem parte 40 unidades de propulsão a gás natural (20 dos quais adquiridos no âmbito da renovação da frota), com baixos níveis de emissões poluentes, tendo vindo, ainda, a ser testado biodiesel em outros veículos, estando a sua utilização generalizada a toda a frota (numa mistura de 2 a 3%). Actualmente, decorre uma experiência em 6 autocarros com uma mistura de 30% de biodiesel.

A frota de autocarros, no final de 2007, tinha uma idade média de 7 anos, quando em 2003 era de 16,4 anos. Esta redução tem tido repercussões positivas na redução dos custos de manutenção e das taxas de imobilização, bem como na diminuição das emissões poluentes.

- Os novos autocarros reflectem, também, preocupações com o conforto, comodidade e segurança dos Clientes e tripulantes, estando equipados, nomeadamente, com ar condicionado, ABS/ASR, travões de disco, controlo electrónico da suspensão, sistema de Vídeovigilância, piso rebaixado, sistema de ajoelamento, rampas de acesso a cadeiras de rodas e protecção da cabina do motorista (em 20 autocarros que operam fundamentalmente na Rede da Madrugada). Nesta data, a CARRIS dispõe de 73% da frota com piso rebaixado, 47% com sistema de ajoelamento e 30% com rampa para acesso a cadeira de rodas.



No plano de renovação da frota está prevista a aquisição, para substituição, de mais 226 autocarros até 2012, incluindo 20 autocarros médios e 20 autocarros articulados, já adjudicados, que entrarão ao serviço no 2.º Semestre de 2008.

- A definição de uma estratégia para o desenvolvimento de um processo de melhoria ambiental tem contribuído para o desenvolvimento de práticas de prevenção e controlo ambiental, em toda a Organização, associadas ao cumprimento dos requisitos legais, o que tem conduzido a uma sensibilização ambiental dos colaboradores, tendo permitido a familiarização da Organização com a problemática da gestão ambiental.

Neste contexto, a CARRIS assumiu o compromisso de desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e de preparar toda a documentação necessária para a sua certificação, segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, com o objectivo de controlar e minimizar o impacto da actividade da Empresa sobre o ambiente.

A 1.ª fase da auditoria de certificação do SGA realizou-se em Dezembro de 2007, estando prevista a realização da 2.ª fase da auditoria em finais de Março de 2008.

Com a sua Política da Qualidade e Ambiente, divulgada aos seus Colaboradores e Clientes, a CARRIS deixa expresso que pretende reduzir, progressivamente, o consumo de recursos naturais e de energia, bem como proceder à valorização dos resíduos, a fim de minimizar os seus impactos e efeitos globais, contribuindo desta forma, de modo activo, para a preservação do meio ambiente.

- A CARRIS tem vindo a dar uma particular atenção à promoção da utilização racional de energia e à melhoria contínua da eficiência energética na Actividade de Transporte, consubstanciada no estabelecimento de diversos procedimentos, nomeadamente, no que respeita à Manutenção de Veículos, práticas de Condução de Veículos, Gestão de Tráfego e Condições de Exploração. Entre Dez-2006 e Dez-2007, foi possível reduzir o consumo de gasóleo em 1,32 litros/100km.

- Em Setembro de 2007, aquando do 135º Aniversário da CARRIS, foi assinada com a UITP – União Internacional

de Transportes Públicos, a Carta de Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, cerimónia que contou com a presença da Secretária de Estado dos Transportes e do Secretário-Geral da UITP.

Na sequência da assinatura desta Carta, com o estatuto de “full charter signatory”, a CARRIS comprometeu-se publicamente com os princípios do desenvolvimento sustentável, responsabilizando-se pelo cumprimento quer de acções que estimulem e desenvolvam boas práticas no sector dos transportes públicos para a sustentabilidade, quer em elaborar, regularmente, relatórios sobre as acções implementadas para o referido desenvolvimento, envolvendo as três vertentes da sustentabilidade: a social, a ambiental e a económica. Desde 2005, inclusive, que a CARRIS elabora, anualmente, o seu Relatório de Sustentabilidade.

### 7.7.3.2. Desenvolvimento Sustentável

**Criação de valor para o Accionista (aumento de produtividade, orientação para o Cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das actividades, etc.)**

- Sustentabilidade é uma filosofia e um modelo de funcionamento integrante da missão de serviço público da Empresa, sempre presente na cultura da CARRIS, que tem como objectivo atingir o equilíbrio entre as vertentes económica, ambiental e social, de modo a contribuir para o desenvolvimento da sociedade e garantir às gerações futuras melhores oportunidades do que as que são dadas às gerações actuais. A necessidade de alterar práticas que comprometam a Sustentabilidade é assumida de forma cada vez mais visível. Neste contexto, a mobilidade, enquanto factor de desenvolvimento económico e de coesão social, assume um papel estratégico nas sociedades modernas, designadamente nas áreas metropolitanas. Sendo crescentes as necessidades de mobilidade, não é possível responder-lhes adequadamente no quadro actual, tão dependente do transporte individual. De facto, o congestionamento, a sinistralidade e o ambiente determinam, entre outros, a necessidade de estabelecer novos paradigmas, um novo modelo de mobilidade, em que o centro seja ocupado pelo transporte público.

- Ciente da relevância da sua intervenção, a CARRIS tem vindo a concretizar um plano de reestruturação, tendente à sua modernização empresarial, com ganhos de eficácia e de eficiência.

De referir, que a CARRIS tem em curso, desde 2003, um Processo de Reestruturação que tem levado ao desenvolvimento de inúmeras acções, nomeadamente, através do trabalho conjunto de nove equipas (Recursos Humanos, Manutenção, Oferta, CARRIS – CML, CARRIS – ML, Conta Histórica, Aprovisionamentos, Promoção e Informação ao Mercado e Procura) criadas para o efeito e responsáveis pela implementação de várias medidas, que têm contribuído para uma redução sustentada do défice operacional da Empresa, para uma melhoria contínua da qualidade e para um aumento da procura, a par de um aumento da produtividade.

- De igual forma, a melhoria contínua, apanágio do Processo de Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, obtido no início de 2006, do Processo de Certificação de Linhas/Carreiras (envolvendo, actualmente, 22 Linhas certificadas e mais 18 em curso de certificação) e, mais recentemente, da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (em fase de obtenção da Certificação) tem contribuído decisivamente para o aumento da produtividade e para a melhoria da qualidade do serviço prestado, com repercussões positivas na redução dos riscos (económicos, sociais e ambientais) e no aumento da satisfação e do número de Clientes transportados.

Desta forma, tem-se assegurado, de forma coerente, maiores níveis de sustentabilidade económica, social e ambiental. Só deste modo, a CARRIS poderá dar um contributo válido para o desenvolvimento equilibrado da Cidade e da sua área envolvente.

### Promoção da protecção ambiental

A melhoria do Ambiente exige, entre outros, uma mobilidade sustentável, que responda à diversificação e intensificação da procura pelo transporte público qualificado, invertendo a actual situação em que mais de 50% das deslocações são realizadas através do transporte individual.

Dado que os transportes são a principal fonte de poluição atmosférica (NOx, CO, HC e PT) e um dos principais responsáveis pela emissão de CO<sub>2</sub> – gás com efeito de estufa,

com graves repercussões nas alterações climáticas, os Operadores de Transporte, no âmbito do conceito e paradigma da Sustentabilidade, têm o dever de preservar os recursos energéticos e minimizar o impacto ambiental da sua actividade.

- Com o objectivo de estimular comportamentos ambientalmente correctos, junto dos seus colaboradores e Clientes, a CARRIS desenvolveu, em Julho de 2007, a Campanha “Sustentabilidade. Agir Hoje... Preservar o Amanhã”, através da afixação de cartazes no interior e no exterior dos veículos e nas suas instalações.

- Ao longo dos anos, a CARRIS tem vindo a dar uma particular atenção à promoção da utilização racional de energia e à melhoria contínua da eficiência energética na Actividade de Transporte, concretizando diversas acções e estabelecendo determinados procedimentos, quer no que se refere à aquisição, manutenção e condução de veículos, quer aos aspectos relacionados com a Gestão de Tráfego e as condições de exploração, factos que têm tido ampla divulgação.

É neste contexto que, em 2007, a CARRIS participou, pela 2.ª vez consecutiva, no projecto “Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE (Alterações Climáticas e Gestão de Empresas) Sectorial 2006”, promovido pela Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado.

O mérito da Empresa foi reconhecido – “CARRIS lidera o ranking Euronatura sobre responsabilidade climática das empresas em 2006”, dado apresentar o melhor desempenho no combate às alterações climáticas.

Com base nas avaliações feitas a 40 empresas dos sectores dos transportes, banca e seguros, ao nível de diversos itens (Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais; Gestão de Empresas e Preocupações Ambientais; Divulgação da Preocupação das Empresas perante as Alterações Climáticas e Inventários de Gases com Efeito de Estufa). A Organização Não Governamental – Euronatura concluiu que, na análise restrita ao Sector dos Transportes, a CARRIS obteve a melhor classificação, tendo sido, também, a melhor classificada, em ex-aequo com o BES, na análise abrangendo os referidos três sectores.

A liderança da Empresa, na lista de empresas mais responsáveis no combate às alterações climáticas, é o resultado de



uma preocupação permanente com a mobilidade sustentável e de um trabalho contínuo e persistente, assente nas melhores práticas e sua transparência/divulgação, em prol do Desenvolvimento Sustentável.

- No primeiro trimestre de 2007, a CARRIS aderiu ao BCSD (Portugal) – Conselho Superior para o Desenvolvimento Sustentável.

Este Conselho, de que fazem parte mais de 80 empresas de primeira linha da economia nacional, tem a missão de transpor para o plano interno os princípios orientadores do WBCSD – Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Com esta adesão, a CARRIS passou a dispor de informação muito importante, tendo em conta a missão do BCSD cujos principais objectivos são: Difundir e divulgar os princípios do desenvolvimento sustentável; Promover a articulação entre empresas, governo e sociedade civil com vista à promoção do desenvolvimento sustentável; Desenvolver actividades de formação que conduzam à comunicação eficaz dos princípios do desenvolvimento sustentável; Definir projectos e recolha de estudos de casos que ilustrem e estimulem o desenvolvimento sustentável e participar e promover actividades específicas das empresas portuguesas relacionadas com o desenvolvimento sustentável.

Refere-se a participação da CARRIS no Anuário de Sustentabilidade 2007, promovido pelo BCSD, com um “case-study” sobre o tema “Aquisição de 408 novos autocarros – Uma Aposta na Melhoria da Qualidade do Serviço”.

- Em 2007, a CARRIS participou na primeira edição do estudo sobre o “Estado de Arte das Práticas de Sustentabilidade em Portugal”, promovido pelo Banco Espírito Santo, pelo Jornal Expresso em parceria com a Heidrick & Struggles, tendo atingido os 73%, no Barómetro da Sustentabilidade, ficando posicionada acima da média nacional (65%) excluindo as Autarquias.

Da análise dos resultados Globais do Estudo, a CARRIS destaca-se na Dimensão Ambiental, nos critérios de Reporting Ambiental, de Política e Gestão Ambiental e de Performance Ambiental (eco-eficiência), na Dimensão de Gestão, no critério Gestão da Relação com os Clientes e na Dimensão Social, nos critérios da Responsabilidade Social, da Gestão da Relação com os Stakeholders e da Atracção e Retenção de Talento.

Este estudo teve como objectivo conhecer o “Estado de Arte das Práticas de Sustentabilidade em Portugal”, bem como, o posicionamento de cada uma das empresas participantes em relação às “Best-Practice” e ao “Best-in-Class” do mercado. Segundo informação dos promotores, para este estudo foram convidadas 200 instituições em Portugal (Empresas cotadas e não cotadas, Empresas Públicas e Autarquias), aceitaram o convite 100 Empresas e, destas, 47 tiveram condições para participar no estudo.

Em termos da metodologia utilizada para este estudo foram adoptados critérios de valorização quantitativa pela Heidrick & Struggles, tendo em conta que as análises efectuadas teriam de ser comparáveis com as melhores práticas internacionais, tendo por base a análise da Sustentabilidade ao nível das três Dimensões – Económica, Ambiental e Social. Com este estudo os seus promotores pretenderam colocar a Sustentabilidade no centro das atenções dos portugueses. As empresas participantes receberam os resultados globais do estudo, o que lhes permite identificar os seus pontos fortes e as áreas de aposta para o futuro em comparação com as melhores práticas de gestão empresarial no domínio da Sustentabilidade.

### Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

No âmbito da contribuição para a inclusão social, a missão e a dimensão da Empresa contribuem de forma importante para a empregabilidade, pois garante ao mercado de trabalho uma oferta constante e significativa de oportunidades de emprego, que nos últimos 3 anos superou as 700 admissões.

#### 7.7.3.3. Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade

A CARRIS presta, desde há 135 anos, um serviço económico de interesse geral de indiscutível importância para o desenvolvimento e modernização da Área Metropolitana de Lisboa. Em 2007, transportou 236,4 milhões de Clientes, com recurso a uma frota de 745 autocarros, 57 carros eléctricos, 3 ascensores e 1 elevador.

- Para monitorizar a informação relativa à satisfação do Cliente, a CARRIS adoptou, como ferramenta de cálculo, o Índice da Satisfação do Cliente (ISC), segundo o modelo de satisfação ECSI – European Consumer Satisfaction Index.

O último inquérito realizado durante os meses de Maio e Junho de 2007 concluiu que a generalidade dos Clientes da CARRIS está satisfeita com o serviço prestado.

Este estudo assentou numa sondagem telefónica, tendo como universo os residentes na Área Metropolitana de Lisboa (13 Concelhos), com idade igual ou superior a 14 anos, com lares com telefone fixo.

A amostra pretendida era de 1200 inquéritos. Foram obtidos 1219 inquéritos válidos, com um erro máximo de  $\pm 2,8\%$  e um grau de confiança de 95%.

Em complemento, o inquérito foi também aplicado a pessoas que, vivendo na Área da Grande Lisboa não utilizam serviço da CARRIS (não Clientes). Esta amostra foi constituída por 836 pessoas. O erro máximo da amostra foi de  $\pm 3,4\%$  com um grau de confiança de 95%.

Os resultados deste inquérito confirmaram uma *performance* ascendente da CARRIS com base nos indicadores já considerados em anteriores sondagens.

É visível a subida dos níveis de satisfação global ao longo dos anos atingindo em 2007, o valor médio de 62,4 em 100 pontos possíveis (54,2 em 2005 e 60 em 2006).

Dos inquiridos, 78% afirmaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço prestado e 70% afirmaram que a qualidade do serviço vai ao encontro das suas expectativas. Quase 69% concordou com a frase "A CARRIS está muito próxima daquilo que eu considero o serviço ideal de transporte terrestre urbano".

Enquanto a contribuição positiva para a sociedade se mantém como o elemento principal e mais positivo da imagem que a Empresa transmite, referido por 84% dos Clientes inquiridos, para a sua grande totalidade (88%) é "provável" ou "muito provável" continuar a utilizar os serviços da CARRIS, classificada como uma Empresa "de confiança" (78%).

Aos Clientes da CARRIS foi perguntado pela primeira vez se vêem a CARRIS como uma Empresa que se preocupa com o meio ambiente, tendo três em cada quatro respondido afirmativamente.

A avaliação da qualidade da Empresa, apreciada em seis dimensões, também continuou a subir este ano, sendo os indicadores que receberam melhor pontuação os ligados ao "desempenho dos recursos humanos" da Empresa.

Cerca de 83% dos inquiridos fez uma avaliação positiva da segurança da condução, enquanto 73% da amostra considerou também positivamente o tempo de duração da viagem.

A limpeza e higiene dos veículos, a localização dos pontos de venda, o conforto geral dos veículos a qualidade e utilidade da informação dispensada pela Empresa aos seus Clientes, e a adequação destes às necessidades inerentes às funções que cumprem, são outros aspectos "claramente positivos".

A dimensão da qualidade de serviço, conforto, é aquela que mais tem subido em relação aos anos anteriores. Este indicador que pela primeira vez tinha atingido mais de 50% de avaliações positivas no ano anterior, encontra-se agora com 63,5% de avaliações positivas, i.e., quase duas em cada três Clientes.

Apurou-se também que os Clientes homens e mulheres estão igualmente satisfeitos com o serviço prestado pela Empresa. Quanto à idade os Clientes com 61 ou mais anos, apresentam níveis de satisfação superiores aos restantes.

Relativamente aos "não – Clientes", pessoas que, vivendo na área da Grande Lisboa, não utilizam os serviços da CARRIS, a maioria (60,2%) respondeu não se deslocar a, ou em, Lisboa, ou fazê-lo apenas com muita raridade.

Dos 19,8% que se deslocam a Lisboa, mais de duas vezes por semana, disseram que utilizam autocarros ou eléctricos muito raramente.

Clientes e "não – Clientes", referiram que os aspectos que, caso fossem melhorados, os levariam a utilizar os serviços da CARRIS com maior frequência, são os ligados à rapidez da deslocação (que implica um menor tempo de espera nas paragens, assim como a redução do tempo efectivo de viagem).

Neste contexto, têm sido desenvolvidas diversas acções correctivas e de melhoria que contribuirão, certamente, para a melhoria continuada do Índice de Satisfação do Cliente.

A entrada ao serviço, no decorrer de 2008, de novos autocarros, 20 articulados e 20 médios, contribuirá também para a melhoria do serviço oferecido, através do rejuvenescimento da frota, e consequente melhoria da satisfação do Cliente.

**Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via tecnológica, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo**

A competitividade da CARRIS foi salvaguardada de diversas formas, ao nível dos Processos Operacionais (planeamento,

realização e controlo do serviço/comunicação e vendas/ identificação das necessidades dos Clientes, visando a sua satisfação) e dos Processos de Suporte (contribuição para o adequado desenvolvimento e concretização dos processos operacionais: gestão de Recursos Humanos/Áreas Técnica e Logística do M. Circulante), particularmente, pelas seguintes vias:

- Processo em curso de reestruturação da Empresa.
- Inovação, desenvolvimento e integração de novas tecnologias.
- Participação em vários Grupos de Trabalho e Projectos nacionais e internacionais, nomeadamente no "Internacional BUS Benchmarking Group" que constitui um fórum que reúne empresas de transporte, de diferentes partes do mundo, para partilhar experiências, comparar desempenhos e identificar boas práticas, e que tem o apoio da UITP.
- Certificação da actividade e do serviço de Transporte Público de Passageiros.

#### Planos de acção para o futuro

- Renovação da Rede - concretização das fases seguintes da "Rede 7" até 2010.
- Consolidação do processo de promoção interna da Eficiência Energética na Actividade de Transporte e no Património Edificado da Empresa, adoptando as melhores práticas com este objectivo, com identificação prévia dos domínios de intervenção para aumento da eco-eficiência.
- Difusão, experimentação e utilização de Propulsões e Combustíveis Alternativos, nomeadamente renováveis, de acordo com os objectivos estratégicos estabelecidos em termos nacionais e comunitários. A CARRIS, dentro da responsabilidade social que lhe cabe e que assume, continuará a desempenhar um papel importante nesta matéria.
- Obtenção de melhorias inerentes à gestão do tráfego e às condições de circulação.
- Concretização de acções que concorram para o aumento da Procura.
- Conclusão dos processos para a Certificação do Sistema de Gestão Ambiental e o alargamento da Certificação da Qualidade do Serviço, através do aumento do número de linhas certificadas.





## 7.8. AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A CARRIS, de forma gradual, tem vindo a implementar acções, visando dar cumprimento aos princípios do bom governo, a que está obrigada.

Neste contexto, quer a CARRIS quer as demais empresas do Grupo CARRIS, têm continuado a dar cumprimento à missão e aos objectivos que lhes estão determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficientes, conforme evidenciam os respectivos Relatórios referentes a 2007.

A elaboração de planos da actividade e de orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis tem sido prática da CARRIS, em coerência com o plano de reestruturação definido em 2003, o qual vem sendo implementado com sucesso.

A já alcançada certificação da Empresa (ISO 9001/2000), bem como de um número crescente de carreiras e, ainda, a certificação ambiental, a concluir em 2008, são, entre outros, sinais concretos de que a CARRIS procura assegurar a sua sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental. É de referir que a Empresa tem vindo a avaliar as suas práticas de sustentabilidade, de acordo com as normas nacionais e internacionais em vigor, neste domínio, tendo atingido, no final de 2007, cerca de 7.300 pontos, num total de 10.000, estando comprometida com a melhoria gradual e consistente da sua performance, de modo a atingir um nível que lhe permita integrar o Grupo das "Best Practices" (7.500 Pontos).

Neste sentido, encontram-se em funcionamento três grupos de trabalho internos, cabendo-lhes a identificação das acções a implementar nas vertentes económica, social e ambiental. Assim, a CARRIS entende que dá cumprimento aos normativos que lhe asseguram boas práticas no domínio do Bom Governo empresarial, designadamente no tocante às orientações e princípios fixados na Resolução do Conselho de Ministro nº. 49/2007, de 28 de Março, tendo definido as acções necessárias ao seu cumprimento e melhorias contínuas.

De acordo com o estipulado na alínea i), do art. 13º-A do Decreto-Lei nº. 300/2007 de 23 de Agosto, no ano de 2007, o Conselho de Administração realizou 33 reuniões,

que ocorreram, de acordo com o Regulamento em vigor, das quais foram lavradas as respectivas actas, onde se encontram evidenciadas todas as decisões relevantes tomadas por este Órgão Social da Empresa.

## 7.9. CÓDIGO DE ÉTICA

A CARRIS possui e publicou o Código de Ética e de Conduta em 2006, assegurando a sua distribuição a todos os Trabalhadores, tendo divulgado esta publicação junto dos seus stakeholders, designadamente junto da Comunicação Social e fornecedores mais relevantes.

Este Código aplica-se a todos os Trabalhadores das Empresas do Grupo CARRIS e está disponível na página da intranet e da Internet da CARRIS, bem como no sítio electrónico [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

## CURRICULUM VITAE

### DADOS PESSOAIS

JOSÉ MANUEL SILVA RODRIGUES

Economista •

Estado Civil • Viúvo

Data de Nascimento • 25.01.1951 - Lisboa

### ACTIVIDADE PROFISSIONAL ACTUAL (Desde Fevereiro 2003)

- Presidente do Conselho de Administração da CARRIS – COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.;
- Presidente do Conselho de Gerência da CARRISTUR – INOVAÇÃO EM TRANSPORTES URBANOS E REGIONAIS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA;
- Representante Suplente do SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO NO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL;
- Membro do POLICY BOARD DA UITP – UNIÃO INTERNACIONAL DO TRANSPORTE PÚBLICO.

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PASSADA

- 1998-2002: Administrador em Empresas do Grupo Media Capital;
- 1996-1998: Vogal do Conselho de Gerência da CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E.P.;
- 1995-1996: Presidente do Conselho de Administração da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.;
- 1991-1995: Director-Geral de Transportes Terrestres;  
Vice-Presidente e Presidente do COMITÉ DE TRANSPORTES INTERIORES DA COMISSÃO ECONÓMICA PARA A EUROPA DA ONU;  
Presidente da COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE TRANSPORTES TERRESTRES DE EMERGÊNCIA;  
Membro Suplente da CEMT-CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS DOS TRANSPORTES;
- 1989-1991: Vogal da Comissão Executiva do IEPF – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL;
- 1983-1989: Director da Rodoviária Nacional e Administrador em Empresas Participadas;
- 1981-1982: Adjunto dos Ministros das Finanças e do Plano do VII e VIII Governos Constitucionais;
- 1973-1980: Quadro Superior dos Ministérios do Ultramar, do Comércio e Planeamento.

### ACTIVIDADE ACADÉMICA

- Desde 1996: Professor Convidado do ISG - INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO;
- 1976-1989: Assistente Convidado do ISEG - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO.

### FORMAÇÃO ACADÉMICA

- 1973/74: Licenciado pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.



## CURRICULUM VITAE

### DADOS PESSOAIS

MARIA ISABEL GASPAR CABAÇO ANTUNES

Nacionalidade • Portuguesa

Estado Civil • Casada

Ano de Nascimento • 1951

### ACTIVIDADE PROFISSIONAL ACTUAL (Desde Abril de 2006)

- Vogal do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Presidente do Conselho Fiscal da Publicarris – Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Representante da CARRIS no Conselho Geral da Ambelis – Agência para a Modernização Económica, S.A.;
- Membro do Conselho Fiscal da Associação de Turismo de Lisboa.

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PASSADA (Até Abril de 2006)

- 2002-2006: Responsável pelo Gabinete de Auditoria Interna e Auditora Coordenadora, na Direcção-Geral do Tribunal de Contas;
- 1995-2002: Chefe do Gabinete dos Secretários de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e da Administração Local;
- 1994-1995: Inspectora-Geral de Educação;
- 1986-1994: Sub Inspectora-Geral de Finanças;
- 1975-1986: Directora-Geral da Direcção-Geral das Autarquias Locais, onde exerceu também as funções de Chefe de Divisão Directora de Serviços e Sub-Directora Geral.

### PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES, COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- 2006-2007: Membro do Júri dos Concursos Nacionais de Boas Práticas na Administração Local;
- Membro do Grupo de Trabalho para a Revisão da Lei das Finanças Locais;
- Auditora Externa das contas de organizações científicas internacionais;
- Presidente do Comité Director da Administração Local do Conselho da Europa, após ter sido representante de Portugal no
- Comité de Peritos de Finanças Locais do Conselho de Europa;
- Coordenadora dos Grupos de Trabalho para a elaboração do anteprojecto e do projecto do actual Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e do Plano de Contabilidade dos Serviços Municipalizados;
- 1994-1995: Membro do grupo de Inspectores-Gerais promotores da criação da Associação Europeia das Inspeções-Gerais de Educação;
- 1980-1983: Membro dos Grupos de Trabalho Ad-Hoc sobre Gestão Pública da OCDE;
- Coordenação e elaboração do anteprojecto de Lei Orgânica da Inspeção-Geral de Finanças de Cabo Verde;
- Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, desde 2002.



## OBRAS E ARTIGOS PUBLICADOS

- 1987: “A autonomia financeira dos municípios portugueses”, em 1987;
- 1984: “Manual de Contabilidade Autárquica” (1984);
- Publicação de artigos e livros sobre temas relativos a Administração Local, nomeadamente “Finanças e Fiscalidade” (1980).

## ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS

- Organização e realização, em Lisboa, em colaboração com a OCDE e o Conselho da Europa de seminários sobre o Sistema de Controlo das Autarquias Locais (1990) e a Conferência de Ministros europeus responsáveis da Administração Local (1996);
- Participação em diversos seminários, conferências e cursos, quer a nível nacional quer internacional, em matérias da Administração Local, bem como de controlo e auditoria das finanças públicas.

## FORMAÇÃO ACADÉMICA/HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- 1974: Licenciatura em Finanças no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (com média de 15 valores).
- 1985: Diploma de Estudos e Ciências Especializadas em Administração Local, na Faculdade de “Droit et Sciences Economiques” da “Université de Nice” (França).



## CURRICULUM VITAE

### DADOS PESSOAIS

MARIA ADELINA PINTO DIAS ROCHA

Estado Civil • Casada

Data de Nascimento • 12.01.1949

### ACTIVIDADE PROFISSIONAL ACTUAL (Desde Abril de 2006)

- Vogal do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., desde Abril/2006
- Gerente da Carristur, – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. desde Maio/2006
- Vogal do Conselho de Administração da OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A., desde Maio/2006
- Vogal do Conselho de Administração da Publicarris, – Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., desde Maio/2006

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PASSADA

- Fev. 2003-Abr. 2006: Assessora do Director-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais;
- 2002-Fev. 2003: Secretária do Conselho Fiscal da Associação de Turismo de Lisboa;
- 2000-2001: Vogal do Conselho Fiscal da Associação de Turismo de Lisboa;
- Nov. 1997-Fev. 2003: Vogal do Conselho Fiscal da Publicarris – Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Nov. 1997-Fev. 2003: Gerente da Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda;
- Out. 1997-Fev. 2003: Vogal do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Mar. 1997-Out. 1997: Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Transtejo – Transportes Tejo, S.A.;
- Fev. 1997-Out. 1997: Representante da DGTT na Comissão de Planeamento dos Transportes Terrestres de Emergência;
- Jun. 1996-Out. 1997: Membro da Comissão Técnica Especializada dos Transportes Rodoviários no âmbito da certificação de aptidão profissional, em representação do Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território;
- Nov. 1994-Out. 1997: Directora de Serviços de Transportes Rodoviários de Passageiros na DGTT;
- Ago. 1993-Nov. 1994: Directora de Serviços de Transportes na DGTT;
- Nov. 1993-Out. 1997: Representante da DGTT no Conselho Consultivo do Governo Civil de Lisboa;
- Ago. 1990-Ago 1993: Chefe de Divisão de Transportes Regulares na DGTT;
- Mai. 1984-Jan. 1987: Membro do Conselho Nacional de Reabilitação;
- Out. 1983-Nov. 1988: Membro do Conselho de Prevenção do Tabagismo;
- Jul. 1983-Nov. 1985: Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional;
- Dez. 1973-Jul. 1983/Nov. 1985-Ago. 1990: Funções técnicas na Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT), no âmbito da gestão dos transportes públicos de passageiros.

### FORMAÇÃO ACADÉMICA/HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- 1973: Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1973;
- Abr. 1998: Certificado de capacidade profissional para o exercício da actividade de transportes públicos rodoviários internos e internacionais de passageiros.

## CURRICULUM VITAE

### DADOS PESSOAIS

ANTÓNIO DE CARVALHO SANTOS E SILVA

Estado Civil • Casado

Data de Nascimento • 26.03.1940

### ACTIVIDADE PROFISSIONAL

- 2006-2007: Publicarris – Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. • Vogal do Conselho Fiscal;
- 2000-2007: CCFL – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. • Vogal do Conselho de Administração;
- 2000-2006: Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. • Vogal do Conselho de Administração;
- 2000-2006: Carristur – Inovação em Transportes Urbanos • Gerente;
- 2000: MMF, Mercado Municipal de Faro, S.A. • Vogal do Conselho de Administração;
- 1999-2000: MARF, Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A. • Vogal do Conselho de Administração;
- 1999-2000: SIMAB, Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. • Vogal do Conselho de Administração;
- 1998-2000: Sport TV, S.A. • Presidente da Mesa Assembleia Geral, em representação da Radiotelevisão Portuguesa, S.A.;
- 1996-1998: Fundação do Desporto • Vice-Presidente do Conselho de Administração e representante da RTP no Conselho de Fundadores;
- 1996-1998: Radiotelevisão Portuguesa, S.A. • Vice Presidente do Conselho de Administração;
- 1995-2001: TV Cabo Lisboa, S.A. • Vogal do Conselho Fiscal;
- 1992-1996: LISPOLIS, Associação para o Pólo Tecnológico de Lisboa • Secretário da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Câmara Municipal de Lisboa;
- 1990-1996: Câmara Municipal de Lisboa • Assessor da Presidência e do Pelouro de Finanças e Património;
- 1984-1988: Metropolitano de Lisboa, E.P. • Vogal do Conselho de Gerência e Presidente do Conselho de Gerência em exercício, como vogal substituto da presidência;
- 1981-1993: Negociador e representante dos Conselhos de Administração/Gerência em negociações e na celebração de contratos colectivos de trabalho e acordos de empresa – CTT, TLP, Rodoviária Nacional, Lusotecna, Transtejo e Profabril;
- 1979-1982: CTT/TLP, Director do Gabinete de Relações de Trabalho para assessoria, preparação e participação nas negociações dos instrumentos de regulamentação colectiva;
- 1977: CTT, Representante da empresa nos estudos sobre previdência social tendentes ao processo de fusão dos CC/TLP de iniciativa da Secretaria de Estado da Segurança Social;
- 1973-1976: CTT, Chefe de Departamento de Administração de Recursos Humanos;
- 1970-1973: Federação das Caixas de previdência – Obras Sociais, Chefe de Serviço de Bolsas de Estudo.

### FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciatura em Direito – Universidade Clássica de Lisboa.

## CURRICULUM VITAE

### DADOS PESSOAIS

JOAQUIM JOSÉ GARRIDO ZEFERINO

Engenheiro •

Estado Civil • Casado

Idade • 61 Anos

### ACTIVIDADE PROFISSIONAL

- Desde Fev. 2007: Gerente da CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.;
- Desde Abr. 2006: Representante da CARRIS na “CONTROLAUTO – Controlo Técnico Automóvel, S.A.”;
- Desde Abr. 2006: Vogal do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- 2003-2006: Assessor do Conselho de Administração da TAP;
- 2002-2006: Membro da Comissão Liquidatária do ASSER, ACE;
- 2000-2003: Vogal do Conselho de Gerência da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.;
- 2000-2003: Vogal do Conselho de Administração da EMEF, S.A.;
- 2000-2002: Presidente do Conselho de Administração do ASSER, ACE;
- 1999-2000: Assessor do Conselho de Administração da TAP;
- 1998-1999: Vogal do Conselho de Administração da TAPGER, S.A.;
- 1997-1998: Presidente do Conselho de Administração da Megasis, S.A.;
- 1996-1999: Vogal do Conselho de Administração da TAP – Air Portugal, S.A.;
- 1994-1996: Regresso à TAP. Chefia da Unidade de Negócios de Manutenção de Motores de Avião;
- 1988-1994: Vogal do Conselho de Administração da Siderurgia Nacional, S.A.;
- 1983-1988: Chefia da Divisão de Produção da Manutenção de Motores de Avião;
- 1973-1983: Engenheiro Especialista em Manutenção de Motores de Avião na TAP – Air Portugal.

### FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (15 valores).



## 8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Foram intensificadas e alargadas as Relações Internacionais da CARRIS com os Organismos e as Instituições Europeias de primeira referência sectorial, tornando possível a captura, interiorização e potenciação de benefícios resultantes das melhores práticas internacionalmente conhecidas, e a aproximação técnico profissional que reforçou a voz e a boa imagem da Companhia nos principais palcos da operação, da opinião e da relação no seio da União Europeia.

Foram nomeados e integrados diversos representantes da CARRIS nos seguintes Organismos, Comissões e Grupos de Trabalho internacionais:

- No CEEP – “Centre Européen Entreprises avec participation Publique et/ou Intérêt economic en general (APPOCEP)” onde a nossa presença foi alargada à respectiva “Transports Commission”;
- Na UITP – “Union Internationale des Transports Publics”, onde a CARRIS passou a ter assento, acção, cooperação e voz activa, em novos órgãos, desde a gestão aos grupos de trabalho especializados, integrando o importante “Policy Board” e acrescentando as seguintes comissões temáticas:
  - Marketing & Product Development;
  - Security;
  - Corporate Management;
  - Human Resources.
- No IBBG – “International Bus Benchmarking Group (Imperial College)” a CARRIS é uma das empresas de referência nos Benchmarking à escala mundial, tendo sido escolhida a empresa e a cidade de Lisboa para a realização da última reunião de trabalho deste ano.
- Foram mantidas as relações e as acções da CARRIS e da cidade de Lisboa no âmbito do MMG – “Major Metropolises Groupe”.
- No CERTU – “Centre D’Etude et Recherche en Transport Urbain” a CARRIS passou a integrar dois importantes grupos de trabalho, no âmbito do projecto “COST”.

O Secretário Geral da UITP, Sr. Hans Rat, deslocou-se este ano por duas ocasiões à CARRIS, primeiro para se inteirar da estratégia da companhia no domínio das relações internacionais com a própria UITP e depois, no decurso das comemorações do 135º Aniversário da CARRIS, para concretizar o importante acto de assinatura da carta para o Desenvolvimento Sustentável.

O GRI procedeu à concepção, organização e realização em Portugal, do “1º Curso de Marketing e Comunicação dedicado aos Transportes e à Mobilidade”, professado por experientes membros da Comissão de Marketing e Desenvolvimento de Produto da própria UITP, e que teve lugar na CARRIS na semana da Mobilidade. Contou com mais de 50 participantes nacionais, provenientes de 25 organismos e empresas do sector, que unanimemente consideraram esta iniciativa como muito interessante, plena de oportunidade e de esperança, na realização de semelhantes iniciativas sectoriais no futuro próximo em Portugal.

Durante o ano foram recebidas diversas delegações estrangeiras, empresariais e sectoriais, e promovidos encontros e reuniões de trabalho com representantes de diversos países de língua oficial portuguesa.

A CARRIS é o novo “Convidado de Honra e membro da Comissão Organizadora” do 3º Salão Europeu da Mobilidade e dos Transportes Públicos - 2008, que terá lugar em Paris, de 10 a 12 Jun. 2008, organizado pelo GIE (Objectif transport public), a UTP (Union des Transports Publics) e o GART (Groupement des Autorités Responsables de Transport), sendo este um importante palco de promoção da empresa, do sector, dos portugueses e de Portugal.

## 9. EVOLUÇÃO PREVISTA - PERSPECTIVAS PARA 2008

Em 2008 prosseguirão as acções de melhoria do desempenho da CARRIS, quer no tocante à qualidade do serviço prestado, quer no aumento da eficiência na gestão dos



recursos, o que se reflectirá em melhores resultados operacionais, conforme, aliás, consta dos objectivos estabelecidos para 2008 no Contrato de Gestão.

A consolidação das alterações introduzidas na rede – “REDE 7”, a continuação do aumento do número de carreiras certificadas, a recepção dos 40 novos autocarros, a reformulação da actividade comercial, a adopção de uma política de marketing mais agressiva, a Certificação Ambiental, para além da prossecução de uma política de Recursos Humanos motivadora das melhores práticas profissionais, reflectir-se-ão em melhores performances empresariais em 2008.

Por outro lado, a participação da CARRIS como Convidado de Honra na Feira da Mobilidade, em Paris, em Junho de 2008, será uma oportunidade única para o reforço, no plano internacional, da imagem da CARRIS como empresa de referência, no sector do transporte público de passageiros, a nível europeu.

A CARRIS tudo fará para reforçar o seu papel como agente catalizador da mobilidade metropolitana, em especial em Lisboa, procurando reforçar o seu contributo activo para a adopção de novas soluções de mobilidade, mais dependentes do transporte público, consequentemente, viabilizadoras de uma Cidade mais “verde”, menos congestionada, dispondo de transportes urbanos inteligentes, acessíveis e seguros.

Este é o desafio que a CARRIS enfrenta e que, seguramente, irá ganhar.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de € 39.302.996,74 - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.



## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório e Contas procuram reflectir de forma clara e transparente o exercício de 2007, apontando algumas perspectivas para 2008, cuja concretização, como se espera, consolidará a evolução positiva que a Empresa vem realizando.

É de realçar o ambiente de cooperação e lealdade que sempre marcou o relacionamento entre os diferentes Órgãos Sociais, designadamente o Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas.

Ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Dr. José António Pinto Ribeiro que cessou estas funções em 30 de Janeiro de 2008 para assumir as de Ministro da Cultura, a Empresa expressa o seu reconhecimento pela disponibilidade e apoio sempre evidenciados e formula os melhores votos do maior sucesso.

Uma palavra final para agradecer aos Directores, bem como a todos os colaboradores da Empresa a forma dedicada e competente como realizaram o seu trabalho, sem o qual a CARRIS não teria sido capaz de desempenhar o que dela espera e precisa a Cidade de Lisboa.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2007

### O Conselho de Administração

Presidente

Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais

Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes

Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha

Dr. António de Carvalho Santos e Silva

Eng. Joaquim José Garrido Zeferino





## BALANÇO Em 31 de Dezembro de 2007

(Unidade: Euro)

| Código das Contas POC | ACTIVO                                     | Exercício 2007 |                           |                | Exercício 2006 |
|-----------------------|--------------------------------------------|----------------|---------------------------|----------------|----------------|
|                       |                                            | Activo Bruto   | Amortizações Ajustamentos | Activo Líquido | Activo Líquido |
|                       | <b>Imobilizado</b>                         |                |                           |                |                |
|                       | <b>Imobilizações Corpóreas:</b>            |                |                           |                |                |
| 421                   | Terrenos e Recursos Naturais               | 39 607 251,96  | —                         | 39 607 251,96  | 39 607 251,96  |
| 422                   | Edifícios e Outras Construções             | 113 748 321,06 | 92 569 178,54             | 21 179 142,52  | 22 087 126,49  |
| 423                   | Equipamento Básico                         | 213 570 052,13 | 145 709 940,68            | 67 860 111,45  | 80 529 692,74  |
| 424                   | Equipamento de Transporte                  | 2 364 108,00   | 1 903 415,47              | 460 692,53     | 77 866,23      |
| 425                   | Ferramentas e Utensílios                   | 12 441 782,65  | 9 172 467,81              | 3 269 314,84   | 5 299 333,48   |
| 426                   | Equipamento Administrativo                 | 13 948 578,77  | 11 595 591,84             | 2 352 986,93   | 2 873 536,88   |
| 429                   | Outras Imobilizações Corpóreas             | 36 436,38      | —                         | 36 436,38      | 36 436,38      |
| 441/6                 | Imobilizações em Curso                     | 2 130 826,01   | —                         | 2 130 826,01   | 1 230 314,39   |
|                       |                                            | 397 847 356,96 | 260 950 594,34            | 136 896 762,62 | 151 741 558,55 |
|                       | <b>Investimentos Financeiros:</b>          |                |                           |                |                |
| 4111                  | Partes de Capital em Empresas do Grupo     | 3 127 982,44   | —                         | 3 127 982,44   | 3 005 185,86   |
| 4112                  | Partes de Capital em Empresas Associadas   | 4 752,13       | —                         | 4 752,13       | 172 724,21     |
| 4113+414+415          | Títulos e Outras Aplicações Financeiras    | 1 541 787,52   | 410 077,31                | 1 131 710,21   | 1 434 520,65   |
| 4123+4133             | Outros Empréstimos Concedidos              | 1 353 755,76   | 1 284 836,59              | 68 919,17      | —              |
|                       |                                            | 6 028 277,85   | 1 694 913,90              | 4 333 363,95   | 4 612 430,72   |
|                       | <b>Circulante</b>                          |                |                           |                |                |
|                       | <b>Existências:</b>                        |                |                           |                |                |
| 36                    | Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo | 4 169 686,34   | 23 562,88                 | 4 146 123,46   | 4 740 941,10   |
| 35                    | Produtos e Trabalhos em Curso              | 104 234,08     | —                         | 104 234,08     | 161 349,07     |
| 32                    | Mercadorias                                | 112 636,81     | —                         | 112 636,81     | 106 126,08     |
|                       |                                            | 4 386 557,23   | 23 562,88                 | 4 362 994,35   | 5 008 416,25   |
|                       | <b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b> |                |                           |                |                |
| 211                   | Clientes, C/C                              | 3 381 513,95   | —                         | 3 381 513,95   | 2 083 329,03   |
| 218                   | Clientes de Cobrança Duvidosa              | 1 513,35       | 1 513,35                  | —              | 139,37         |
| 253+254               | Empresas Participadas e Participantes      | 81 766,66      | —                         | 81 766,66      | —              |
| 229                   | Adiantamentos a Fornecedores               | 42 051,53      | —                         | 42 051,53      | 12 852,33      |
| 24                    | Estado e Outros Entes Públicos             | 1 599 496,56   | —                         | 1 599 496,56   | 4 002 506,47   |
| 262+266+267+268+221   | Outros Devedores                           | 17 587 510,42  | 1 988 184,02              | 15 599 326,40  | 16 240 732,95  |
|                       |                                            | 22 693 852,47  | 1 989 697,37              | 20 704 155,10  | 22 339 560,15  |
|                       | <b>Depósitos Bancários e Caixa:</b>        |                |                           |                |                |
| 12+13+14              | Depósitos Bancários                        | 3 999 444,06   | —                         | 3 999 444,06   | 2 719 446,20   |
| 11                    | Caixa                                      | 21 459,63      | —                         | 21 459,63      | 20 809,28      |
|                       |                                            | 4 020 903,69   | —                         | 4 020 903,69   | 2 740 255,48   |
|                       | <b>Acréscimos e Diferimentos:</b>          |                |                           |                |                |
| 271                   | Acréscimos de Proveitos                    | 8 063 374,69   | —                         | 8 063 374,69   | 5 677 785,02   |
| 272                   | Custos Diferidos                           | 1 610 155,62   | —                         | 1 610 155,62   | 1 584 889,47   |
|                       |                                            | 9 673 530,31   | —                         | 9 673 530,31   | 7 262 674,49   |
|                       | <b>Total de Amortizações</b>               | —              | 260 950 594,34            | —              | —              |
|                       | <b>Total de Ajustamentos</b>               | —              | 3 708 174,15              | —              | —              |
|                       | <b>TOTAL DO ACTIVO</b>                     | 444 650 478,51 | 264 658 768,49            | 179 991 710,02 | 193 704 895,64 |

### O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues  
 Vogais: Dr.ª Maria Isabel Cabaço Antunes  
 Dr.ª Maria Adelina Pinto Dias Rocha  
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva  
 Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino



| Código das<br>Contas POC            | CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO                              | Exercícios             |                        |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|
|                                     |                                                        | 2007                   | 2006                   |
|                                     | <b>Capital Próprio</b>                                 |                        |                        |
| 51                                  | Capital                                                | 163 532 270,02         | 163 532 270,02         |
| 55                                  | Ajustamentos de Partes de Cap. em Filiais e Associadas | 1 448 240,18           | 1 448 240,18           |
| 56                                  | Reservas de Reavaliação                                |                        |                        |
|                                     | Diplomas Legais                                        | 3 990 383,17           | 3 990 383,17           |
|                                     | Outras                                                 | 43 455 374,20          | 40 412 614,28          |
| 59                                  | Resultados Transitados                                 | -591 878 597,90        | -539 761 524,59        |
|                                     | Sub Total                                              | -379 452 330,33        | -330 378 016,94        |
| 88                                  | Resultado Líquido do Exercício                         | -39 302 996,74         | -52 178 883,44         |
|                                     | <b>Total do Capital Próprio</b>                        | <b>-418 755 327,07</b> | <b>-382 556 900,38</b> |
|                                     | <b>Passivo</b>                                         |                        |                        |
|                                     | <b>Provisões:</b>                                      |                        |                        |
| 291                                 | Provisões para Pensões                                 | 1 152 468,00           | 1 167 273,00           |
| 292                                 | Provisões para Impostos                                | 205 334,00             | 203 285,00             |
| 293/8                               | Outras Provisões                                       | 2 348 505,30           | 2 433 563,57           |
|                                     |                                                        | 3 706 307,30           | 3 804 121,57           |
|                                     | <b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:</b>      |                        |                        |
|                                     | Empréstimos por Obrigações:                            |                        |                        |
| 2322                                | Não Convertíveis                                       | 100 000 000,00         | 100 000 000,00         |
| 231                                 | Dívidas a Instituições de Crédito                      | 230 000 000,00         | 206 611 333,97         |
| 252                                 | Empresas do Grupo                                      | 215 000 000,00         | 215 000 000,00         |
| 2611                                | Fornecedores de Imobilizado, C/C                       | 357 242,58             | —                      |
|                                     |                                                        | 545 357 242,58         | 521 611 333,97         |
|                                     | <b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:</b>              |                        |                        |
| 231+12                              | Dívidas a Instituições de Crédito                      | 6 611 333,96           | 8 235 178,97           |
| 221                                 | Fornecedores, C/C                                      | 7 062 124,74           | 6 878 228,72           |
| 228                                 | Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência      | 364 348,19             | 1 576 107,93           |
| 252                                 | Empresas do Grupo                                      | 117 875,93             | 189 875,93             |
| 253+254                             | Empresas Participadas e Participantes                  | 8 059,50               | 8 059,50               |
| 2611                                | Fornecedores de Imobilizado, C/C                       | 1 581 366,54           | 2 552 252,48           |
| 24                                  | Estado e Outros Entes Públicos                         | 2 262 987,64           | 2 101 289,37           |
| 262+263+264<br>+265+267+268<br>+211 | Outros Credores                                        | 452 413,67             | 479 953,40             |
|                                     |                                                        | 18 460 510,17          | 22 020 946,30          |
|                                     | <b>Acréscimos e Diferimentos:</b>                      |                        |                        |
| 273                                 | Acréscimos de Custos                                   | 16 761 791,21          | 13 823 142,69          |
| 274                                 | Proveitos Diferidos                                    | 3 721 372,47           | 4 444 770,55           |
| 2762                                | Passivos por Impostos Diferidos                        | 10 739 813,36          | 10 557 480,94          |
|                                     |                                                        | 31 222 977,04          | 28 825 394,18          |
|                                     | <b>Total do Passivo</b>                                | <b>598 747 037,09</b>  | <b>576 261 796,02</b>  |
|                                     | <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>           | <b>179 991 710,02</b>  | <b>193 704 895,64</b>  |

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Exercício de 2007

(Unidade: Euro)

| Código das<br>Contas POC | CUSTOS E PERDAS                                    | Exercícios            |                       |
|--------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
|                          |                                                    | 2007                  | 2006                  |
| <b>A</b>                 | <b>Custos e Perdas</b>                             |                       |                       |
| 61                       | Custos das Mercad. Vendidas e das Mat. Consumidas: |                       |                       |
|                          | Mercadorias                                        | 12 308,33             | 9 526,51              |
|                          | Matérias                                           | 22 781 282,55         | 22 793 590,88         |
| 62                       | Fornecimentos e Serviços Externos                  | 25 531 525,44         | 22 158 189,92         |
|                          |                                                    |                       | 22 167 716,43         |
| 641+642                  | Custos com o Pessoal:                              |                       |                       |
|                          | Remunerações                                       | 55 862 455,04         | 55 408 914,17         |
|                          | Encargos Sociais:                                  |                       |                       |
| 643+644                  | Pensões                                            | 13 010 801,78         | 13 297 376,72         |
| 645/8                    | Outros                                             | 18 882 222,45         | 32 767 192,36         |
|                          |                                                    |                       | 101 473 483,25        |
| 662+663                  | Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo  | 21 328 715,07         | 22 568 510,36         |
| 666+667                  | Ajustamentos                                       | 9 935,37              | 67 201,69             |
| 67                       | Provisões                                          | 140 941,55            | 21 479 591,99         |
|                          |                                                    |                       | 164 603,31            |
| 63                       | Impostos                                           | 375 395,50            | 22 800 315,36         |
|                          |                                                    |                       | 376 334,48            |
| 65                       | Outros Custos e Perdas Operacionais                | 271 595,22            | 646 990,72            |
|                          |                                                    |                       | 247 108,74            |
|                          | (A)                                                | 158 207 178,30        | 623 443,22            |
|                          |                                                    |                       | 168 377 770,63        |
| 683                      | Amortizações e Ajustamentos de Aplicações e        |                       |                       |
| +684                     | Investimentos Financeiros                          | 86 205,42             | 1 214 669,51          |
|                          | Juros e Custos Similares:                          |                       |                       |
|                          | Relativos a Empresas do Grupo                      | 9 142 528,60          | 6 512 565,00          |
|                          | Outros                                             | 17 067 001,85         | 26 295 735,87         |
|                          | (C)                                                | 184 502 914,17        | 12 112 201,64         |
|                          |                                                    |                       | 19 839 436,15         |
|                          |                                                    |                       | 188 217 206,78        |
| 69                       | Custos e Perdas Extraordinários                    | 229 880,13            | 334 042,36            |
|                          | (E)                                                | 184 732 794,30        | 188 551 249,14        |
| 86                       | Imposto sobre o Rendimento do Exercício            | 90 548,13             | 79 651,76             |
|                          | (G)                                                | 184 823 342,43        | 188 630 900,90        |
| 88                       | Resultado Líquido do Exercício                     | -39 302 996,74        | -52 178 883,44        |
|                          |                                                    | <b>145 520 345,69</b> | <b>136 452 017,46</b> |



| Código das Contas POC | PROVEITOS E GANHOS                                                     | Exercícios     |                |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
|                       |                                                                        | 2007           | 2006           |
| <b>B</b>              | <b>Proveitos e Ganhos</b>                                              |                |                |
| 71                    | Vendas:                                                                |                |                |
|                       | Mercadorias                                                            | 18 116,11      | 12 541,24      |
|                       | Produtos                                                               | —              | —              |
| 72                    | Prestações de Serviços                                                 | 83 515 458,55  | 83 533 574,66  |
|                       |                                                                        | 77 605 606,38  | 77 618 147,62  |
| (3)                   | Variação da Produção                                                   | -57 114,99     | -42 412,70     |
| 75                    | Trabalhos para a Própria Empresa                                       | 1 293 034,64   | 1 376 348,54   |
| 73                    | Proveitos Suplementares                                                | 3 270 164,37   | 2 017 603,94   |
| 74                    | Subsídios à Exploração                                                 | 46 353 101,50  | 43 433 749,21  |
| 76                    | Outros Proveitos e Ganhos Operacionais                                 | 790 577,84     | 984 343,53     |
| 77                    | Reversões de Amortizações e Ajustamentos                               | 56 689,76      | 50 470 533,47  |
|                       |                                                                        | 4 059,89       | 46 439 756,57  |
|                       | (B)                                                                    | 135 240 027,78 | 125 391 840,03 |
| 782                   | Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas                               | 66 679,11      | 1 498 285,53   |
| 784                   | Rendimentos de Participações de Capital                                | —              | —              |
|                       | Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras: |                |                |
|                       | Relativos a Empresas do Grupo                                          | —              | —              |
|                       | Outros                                                                 | 218 463,54     | 224 244,71     |
|                       | Outros Juros e Proveitos Similares:                                    |                |                |
|                       | Relativos a Empresas do Grupo                                          | —              | —              |
|                       | Outros                                                                 | 7 941 055,13   | 8 226 197,78   |
|                       |                                                                        | 7 336 009,95   | 9 058 540,19   |
|                       | (D)                                                                    | 143 466 225,56 | 134 450 380,22 |
| 79                    | Proveitos e Ganhos Extraordinários                                     | 2 054 120,13   | 2 001 637,24   |
|                       | (F)                                                                    | 145 520 345,69 | 136 452 017,46 |

|                                |                             |                |                |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|
| <b>Resumo:</b>                 |                             |                |                |
| Resultados Operacionais        | (B) - (A) =                 | -22 967 150,52 | -42 985 930,60 |
| Resultados Financeiros         | [(D) - (B)] - [(C) - (A)] = | -18 069 538,09 | -10 780 895,96 |
| Resultados Correntes           | (D) - (C) =                 | -41 036 688,61 | -53 766 826,56 |
| Resultados Antes de Impostos   | (F) - (E) =                 | -39 212 448,61 | -52 099 231,68 |
| Resultado Líquido do Exercício | (F) - (G) =                 | -39 302 996,74 | -52 178 883,44 |

#### O Conselho de Administração

○ Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues  
 Vogais: Dr.ª Maria Isabel Cabaço Antunes  
 Dr.ª Maria Adelina Pinto Dias Rocha  
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva  
 Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino

#### O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES Exercício de 2007

(Unidade: Euro)

|                                                | 2007                  | 2006                  |
|------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Vendas e Prestações de Serviços (1)            | 130.253.304,79        | 121.474.841,67        |
| Custos das Vendas e das Prestações de Serviços | -116.771.800,97       | -113.932.521,58       |
| <b>Resultados Brutos</b>                       | <b>13.481.503,82</b>  | <b>7.542.320,10</b>   |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais         | 3.750.803,34          | 2.583.062,52          |
| Custos de Distribuição                         | -5.800.181,12         | -5.630.203,49         |
| Custos Administrativos                         | -14.038.527,67        | -15.133.600,07        |
| Outros Custos e Perdas Operacionais            | -20.360.748,89        | -32.347.509,65        |
| <b>Resultados Operacionais</b>                 | <b>-22.967.150,52</b> | <b>-42.985.930,60</b> |
| Custo Líquido de Financiamento                 | -18.290.376,15        | -12.499.645,26        |
| Ganhos (perdas) em Filiais e Associadas        | 66.679,11             | 1.498.285,53          |
| Ganhos (perdas) em Outros Investimentos        | 154.092,27            | 220.973,60            |
| Ganhos (perdas) não Usuais                     | 1.824.306,68          | 1.667.085,05          |
| <b>Resultados Correntes</b>                    | <b>-39.212.448,61</b> | <b>-52.099.231,68</b> |
| Impostos sobre os Resultados Correntes         | -90.548,13            | -79.651,76            |
| Resultados Correntes Após Impostos             | -39.302.996,74        | -52.178.883,44        |
| Resultados Extraordinários                     |                       |                       |
| Impostos sobre Resultados Extraordinários      |                       |                       |
| <b>Resultados Líquidos</b>                     | <b>-39.302.996,74</b> | <b>-52.178.883,44</b> |
| <b>Resultados por Acção</b>                    | <b>-1,199</b>         | <b>-1,592</b>         |

|                  |               |                                                                  |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------|
| (1) 2007 Inclui: | 46 353 101,50 | Subsídios à Exploração, sendo                                    |
|                  | 46 308 068,56 | afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e         |
|                  | 45 032,94     | de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração |
| 2006 Inclui:     | 43 433 749,21 | Subsídios à Exploração, sendo                                    |
|                  | 43 293 828,44 | afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e         |
|                  | 139 920,77    | de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração |



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Dezembro de 2007 (Método Directo)

(Unidade: Euro)

|                                                              | Exercícios           |                       |
|--------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                              | 2007                 | 2006                  |
| <b>Actividades Operacionais</b>                              |                      |                       |
| Recebimentos de Terceiros                                    | 100.335.771,00       | 94.084.924,88         |
| Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios              | 48.044.621,13        | 45.418.049,68         |
| Pagamentos a Fornecedores                                    | -74.049.049,21       | -74.762.955,84        |
| Pagamentos ao Pessoal                                        | -52.967.679,01       | -67.073.963,44        |
| Pagamentos ao Estado                                         | -26.056.011,73       | -26.575.779,62        |
| Fluxos Gerados pelas Operações                               | -4.692.347,82        | -28.909.724,34        |
| Pagamento (-)/Recebimento do IRC                             | -1.174.302,61        | -441.116,50           |
| Fluxos Gerados Antes das Rubricas Extraordinárias            | -5.866.650,43        | -29.350.840,84        |
| Receb. Relacionados com Rubricas Extraordinárias             | 5.156.243,06         | 23.074.567,32         |
| Pagam. Relacionados com Rubricas Extraordinárias             | -48.405,06           | -18.286,39            |
| Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa            | 1.293.034,64         | 1.376.348,54          |
| <b>Fluxos das Actividades Operacionais (1)</b>               | <b>534.222,21</b>    | <b>-4.918.211,37</b>  |
| <b>Actividades de Investimento</b>                           |                      |                       |
| Recebimentos provenientes de:                                |                      |                       |
| Imobilizações Corpóreas                                      | —                    | 413,22                |
| Imobilizações Financeiras                                    | 312.977,55           | 425,41                |
| Subsídios ao Investimento                                    | 226.266,00           | 495.695,65            |
| Juros                                                        | 75.784,27            | 69.922,83             |
| Pagamentos respeitantes a:                                   |                      |                       |
| Fornecedores de Imobilizado                                  | -2.878.206,82        | -36.127.316,43        |
| Investimentos Financeiros                                    | —                    | —                     |
| Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas                        | —                    | —                     |
| Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa            | -1.293.034,64        | -1.376.348,54         |
| <b>Fluxos das Actividades de Investimento (2)</b>            | <b>-3.556.213,64</b> | <b>-36.937.207,86</b> |
| <b>Actividades de Financiamento</b>                          |                      |                       |
| Recebimentos provenientes de:                                |                      |                       |
| Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo                    | 30.000.000,00        | 160.658.301,84        |
| Utilização de Empréstimos a Curto Prazo                      | 112.030.000,00       | 137.482.978,97        |
| Livranças                                                    | —                    | —                     |
| Empréstimos Obrigacionistas                                  | —                    | —                     |
| Aumento de Capital                                           | —                    | —                     |
| Receitas Financeiras                                         | 7.846.428,34         | 1.556.740,19          |
| Pagamentos respeitantes a:                                   |                      |                       |
| Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazo             | -8.235.178,98        | -43.893.480,78        |
| Amortização de Empréstimos a Curto Prazo                     | -112.030.000,00      | -191.300.936,91       |
| Amortização de Livranças                                     | —                    | —                     |
| Amortização de Empréstimos Obrigacionistas                   | —                    | —                     |
| Encargos Financeiros                                         | -25.308.609,72       | -16.069.852,59        |
| <b>Fluxos das Actividades de Financiamento (3)</b>           | <b>4.302.639,64</b>  | <b>48.433.750,72</b>  |
| <b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b> | <b>1.280.648,21</b>  | <b>6.578.331,49</b>   |
| Caixa e seus Equivalentes no Início do Período               | 2.740.255,48         | -3.838.076,01         |
| Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período                  | 4.020.903,69         | 2.740.255,48          |

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício de 2007

1. Nada a referir.
2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

(Unidade: Euro)

| Rubricas                                        | 31.12.2007          | 31.12.2006          |
|-------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Numerário                                       | 21.459,63           | 20.809,28           |
| Depósitos Bancários, Imediatamente Mobilizáveis | 3.999.444,06        | 2.719.446,20        |
| Equivalentes de Caixa:                          |                     |                     |
| Descobertos Bancários                           | —                   | —                   |
| Overdrafts                                      | —                   | —                   |
| Hot Money                                       | —                   | —                   |
| <i>Caixa e seus Equivalentes</i>                | <i>4.020.903,69</i> | <i>2.740.255,48</i> |
| Outras Disponibilidades                         | —                   | —                   |
| Disponibilidades Constantes do Balanço          | 4.020.903,69        | 2.740.255,48        |

3. Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de € 160 707 925,81.

4. Nada a referir.

5. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, nas rubricas das Actividades Operacionais e de Investimento consta uma parcela referente a “Trabalhos para a Própria Empresa”, que embora correndo pelos fluxos Operacionais, respeitam na verdade a actividades de investimento.



## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Exercício de 2007

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., ("Empresa" ou Carris) é uma sociedade anónima de capitais públicos foi constituída em Setembro de 1872 e tem por actividade principal a exploração de transportes colectivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. A CARRIS não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho, por considerar que:

(i) os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004, se encontram indirectamente reflectidos na sua totalidade nas demonstrações financeiras individuais da CARRIS, em 31 de Dezembro de 2007, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a CARRIS, encontrando-se aquele montante, bem como os juros a ele relativos registados nas suas demonstrações individuais em 31 de Dezembro de 2007;

(ii) os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também seriam materialmente irrelevantes para o objectivo referido no n.º 13.2.2 das normas de consolidação de contas.

A numeração das notas obedece à sequência definida no POC e aquelas que não constam neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1. Com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2004, a convenção do custo histórico foi derrogada na valorização das imobilizações corpóreas, por via da reavaliação para valores de mercado dos terrenos e edifícios de natureza e

uso semelhantes, utilizando para o efeito avaliações elaboradas anualmente por uma entidade especializada e independente. O custo de aquisição dos supra-mencionados terrenos e edifícios havia já sido reavaliado ao abrigo de diploma legal, com base em coeficientes de inflação, no exercício de 1997.

Outros edifícios, por estarem implantados em propriedade alheia ou porque a sua utilização em termos de actividades alternativas seria apenas parcial, não foram sujeitos a reavaliação livre.

Em 31 de Dezembro de 2004, por efeito do registo da reavaliação livre acima indicada, o imobilizado corpóreo, os passivos por impostos diferidos e as reservas de reavaliação foram aumentadas nos montantes de € 46.223.016, € 10.373.465 e € 35.849.551, respectivamente, não tendo as amortizações do exercício findo naquela data sido afectadas por aquela reavaliação.

No exercício de 2007, o efeito da actualização daquelas reavaliações livres consistiu num aumento das imobilizações corpóreas e das reservas de reavaliação nos montantes de 3.242.924,17 euros e 3.042.759,92 euros, respectivamente, e num aumento dos passivos por impostos diferidos no montante de 182.332,42 euros, tendo as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 sido aumentadas no montante de 2.462.736,91 euros em resultado da amortização das reavaliações livres registadas até 31 de Dezembro de 2006.

O montante dos terrenos e edifícios que não foram sujeitos à reavaliação livre em 31 de Dezembro de 2007 ascendem a € 429.152,96 e € 1.328.241,52, respectivamente.

3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados, relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados:

- As demonstrações financeiras reflectem os registos contabilísticos da Empresa efectuados no pressuposto da continuidade das operações, da especialização do exercício, e em obediência aos demais princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto o constante na nota 31 (Directriz Contabilística n.º 19).

- As demonstrações financeiras da CARRIS foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que se refere aos terrenos e edifícios reavaliados que se encontram, assim, registados ao seu justo valor (valor de mercado).

- **Investimentos financeiros:**

- Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, com excepção da participação financeira de 100% na Aurora Finance BV, a qual se encontra registada ao custo de aquisição, por ser entendimento da Administração da CARRIS que os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial nesta empresa do grupo, não seriam materialmente relevantes.

- De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício ou "ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas". Adicionalmente, os dividendos recebidos dessas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

- Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica "Ajustamentos de investimentos financeiros".

- **Especialização de exercícios:**

- A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Impostos diferidos:**

- Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

- Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).





#### • **Ajustamentos ao valor das contas a receber:**

• Os ajustamentos ao valor das contas a receber são registados em conformidade com o Artigo 34.º do Código do IRC, o qual se aproxima do valor estimado de perdas na realização das contas a receber. Adicionalmente, em anos anteriores a Empresa procedeu ao registo de ajustamentos para fazer face a dívidas da Câmara Municipal de Lisboa no valor de € 1.882.166,00.

#### • **Existências:**

• As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, existindo um ajustamento de € 23.562,88 que corresponde ao saldo da conta dos materiais considerados obsoletos.

• Como método de custeio das saídas usa-se o custo médio ponderado.

#### • **Imobilizações corpóreas:**

• Para o activo imobilizado corpóreo, quer esteja valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção (custo histórico), quer esteja reavaliado livremente ou de acordo com as disposições legais (nota 12), utiliza-se como método de cálculo das amortizações o das quotas constantes, sendo a vida útil dos bens como seguidamente se indica:

| Descrição                      | Anos    |
|--------------------------------|---------|
| Edifícios e Outras Construções | 8 - 100 |
| Equipamento Básico:            |         |
| Autocarros                     | 8 - 12  |
| Via Férrea                     | 16      |
| Carros Eléctricos              | 16      |
| Carros Eléctricos Articulados  | 30      |
| Rotáveis de Autocarros         | 8 - 12  |
| Rotáveis de Eléctricos         | 16      |
| Outros                         | 3 - 20  |
| Equipamento de Transporte      | 4 - 6   |
| Ferramentas e Utensílios       | 1 - 14  |
| Equipamento Administrativo     | 1 - 8   |

• Os bens do activo imobilizado adquiridos em regime de locação financeira estão contabilizados em conformidade com a Directriz Contabilística nº. 25, e como tal registados no Activo Imobilizado Corpóreo.

#### • **Imobilizações incorpóreas:**

• O Activo Imobilizado Incorpóreo, quando exista, está registado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

#### • **Custos com conservação e reparação:**

• Os custos com a conservação plurienal e grandes reparações em edifícios, autocarros e eléctricos e com as grandes reparações de órgãos rotáveis de autocarros são capitalizados. Estes custos são amortizados segundo o método das quotas constantes, num período de dez anos para as grandes reparações em edifícios e de quatro anos para as restantes.

• Os restantes custos de manutenção e reparação são considerados custos no exercício em que são incorridos.

#### • **Indemnizações compensatórias:**

• As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

• Em 2007 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo, ascenderam a € 46.308.068,56 (€ 43.293.828,44 em 2006).

#### • **Subsídios a fundo perdido:**

• Os subsídios atribuídos à Empresa a fundo perdido, para financiamento de imobilizações, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

6. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2004 a 2007 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Nos termos do Artigo 81.º do Código do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2007, existiam os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

(Unidade: milhar de euro)

| Anos | Prejuízo Fiscal Declarado | Ano Limite para Dedução |
|------|---------------------------|-------------------------|
| 2002 | 69.195                    | 2008                    |
| 2003 | 68.808                    | 2009                    |
| 2004 | 59.226                    | 2010                    |
| 2005 | 51.573                    | 2011                    |
| 2006 | 49.114                    | 2012                    |

Tendo em conta o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e dos passivos, não se procedeu ao registo de activos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, por se entender que as operações futuras não irão gerar matéria colectável que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

Contudo, tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte, os passivos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2007 e respeitantes às reservas de reavaliação livres e legais sobre bens amortizáveis foram registados atendendo ao seu valor líquido contabilístico posteriormente ao exercício de 2013, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 26,5% e considerado as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, no que respeita ao apuramento da Derrama para os exercícios de 2009 a 2013.

No que respeita às reavaliações livres efectuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal actualizada por coeficientes de actualização monetária dos terrenos reportada a 31 de Dezembro de 2007, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 26,5%.

A Empresa registou no exercício de 2007 um aumento ao saldo da rubrica de passivos por impostos diferidos como segue:





## ● IMOBILIZADO REAVALIADO COM VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO POSTERIOR A 2013 (Unidade: euro)

|                                                       | Base<br>Tributável | Passivo por<br>Impostos Diferidos |
|-------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------|
| Reavaliações efectuadas ao abrigo de Diplomas Legais: |                    |                                   |
| <b>2007</b>                                           |                    |                                   |
| Edifícios                                             | 1.585.936,49       |                                   |
| Outro Imobilizado                                     | 322.104,09         |                                   |
|                                                       | 1.908.040,58       | 202.252,30                        |
| <b>2006</b>                                           |                    |                                   |
| Edifícios                                             | 1.709.531,68       |                                   |
| Outro Imobilizado                                     | 358.593,80         |                                   |
|                                                       | 2.068.125,48       | 219.221,30                        |
|                                                       | <b>Variação</b>    | <b>-16.969,00</b>                 |
| Reavaliação Livre:                                    |                    |                                   |
| <b>2007</b>                                           |                    |                                   |
| Terrenos                                              | 34.792.288,61      |                                   |
| Edifícios                                             | 4.750.323,47       |                                   |
|                                                       | 39.542.612,08      | 10.478.792,20                     |
| <b>2006</b>                                           |                    |                                   |
| Terrenos                                              | 34.600.311,73      |                                   |
| Edifícios                                             | 4.252.847,18       |                                   |
|                                                       | 38.853.158,91      | 10.296.087,11                     |
|                                                       | <b>Variação</b>    | <b>182.705,10</b>                 |

## EFEITO DA DERRAMA

Reavaliações efectuadas ao abrigo de Diplomas Legais:

|                       |                 |                   |
|-----------------------|-----------------|-------------------|
| <b>2009</b>           |                 |                   |
| Edifícios             | 2.135.434,09    |                   |
| Outro Imobilizado     | 577.577,80      |                   |
|                       | 2.713.011,89    | 16.278,07         |
| <b>2013</b>           |                 |                   |
| Edifícios             | 1.585.936,49    |                   |
| Outro Imobilizado     | 322.104,09      |                   |
|                       | 1.908.040,58    | 11.448,24         |
|                       | <b>Variação</b> | <b>4.829,83</b>   |
| Reavaliação Livre:    |                 |                   |
| <b>2009</b>           |                 |                   |
| Edifícios             | 8.346.258,23    | 125.193,87        |
| <b>2013</b>           |                 |                   |
| Edifícios             | 4.750.323,47    | 71.254,85         |
|                       | <b>Variação</b> | <b>53.939,02</b>  |
| <b>Variação Total</b> |                 | <b>224.504,95</b> |

Como em 2006 foi registado um passivo por impostos diferidos, derivado da Derrama, no montante de € 42.172,52, neste exercício foi registado o seu aumento para € 58.768,85.

**7.** O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.576 empregados com contratos sem prazo ou de 2.756 considerando-se também os contratados a prazo. Em 2006 eram, respectivamente, 2.569 e 2.675.

Adicionalmente informa-se que o número de efectivos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram respectivamente de 2.778 e 2.681.

**10.** Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, constam dos mapas I e II anexos.

**12.** As reavaliações do imobilizado corpóreo foram efectuadas ao abrigo dos D.L. 430/78 de 27 de Abril, D.L. 219/82 de 2 de Junho, D.L. 399-G/84 de 28 de Dezembro, D.L. 118-B/86 de 27 de Maio, D.L. 111/88 de 2 de Abril, D.L. 49/91 de 25 de Janeiro, D.L. 264/92 de 24 de Novembro e D.L. 31/98 de 11 de Fevereiro.

Com efeitos a 31 de Dezembro de 2004, a Empresa procedeu à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhante, para o seu valor de mercado, determinado por avaliações efectuadas pela Luso-Roux, S.A.. Desde aquela data, a Empresa tem vindo a obter anualmente actualizações daquelas reavaliações livres, as quais têm vindo a ser efectuadas pela mesma entidade.

As amortizações dos exercícios em que se procede ao registo das actualizações daquelas reavaliações não se encontram afectadas pelas mesmas. Desta forma, as amortizações do exercício de 2007 foram aumentadas no montante de € 2.462.736,91 em resultado da amortização das reservas de reavaliação registadas até 31 de Dezembro de 2006.

Em 2007, por efeito da actualização da avaliação reportada a 31 de Dezembro, a Empresa registou um aumento nos saldos das rubricas de imobilizações corpóreas e da reser-

va de reavaliação de € 3.242.924,17 e € 3.042.759,92 respectivamente e um aumento no saldo da rubrica do passivo por impostos diferidos no montante de € 182.332,42.

**13.** As reavaliações efectuadas estão discriminadas no mapa III em anexo.

Como resultado das reavaliações legais efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram aumentadas em € 983.064,30. Deste montante, € 393.225,72 não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, e como resultado das reavaliações livres reportadas a 31 de Dezembro de 2006, as amortizações do exercício de 2007 foram aumentadas em € 2.462.736,91, não sendo as mesmas aceites na sua totalidade para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC.

**14.** Com relação às imobilizações corpóreas em curso:

a) Todo o imobilizado esteve afecto à actividade de transportes;

O equipamento administrativo em poder de terceiros tem o valor de € 130.094,12 e os edifícios e outras construções implantados em propriedade alheia têm o valor de € 871.520,70.

**15.** Durante o exercício de 2007 venceram-se as últimas rendas relativas aos contratos de locação financeira referentes a 55 autocarros, com o valor contabilístico total de € 8.743.912,40.

- Foram pagas rendas no montante de € 1.323.799,83, relativas a estes contratos, sendo € 35.025,74 de juros e € 1.288.774,18 de amortizações de capital.

- As amortizações acumuladas derivadas da imobilização destes autocarros, à data de 31/12/2007, apresentavam o valor de € 5.980.367,15.

Durante o ano de 2007 a Empresa celebrou contratos de locação financeira relativos a viaturas ligeiras, cujo valor total ascendeu a € 497.774,02.

- No exercício foram registadas amortizações para estas viaturas no valor de € 99.554,86.

- Foram pagas rendas no montante de € 68.166,53, sendo € 12.528,64 de juros e € 55.637,89 de amortizações de capital.

- Em 31/12/2007, a CARRIS mantinha responsabilidades por rendas vincendas derivadas destes contratos de locação financeira no montante de € 489.402,14, conforme segue:

| Ano  | Amort. Capital    | Juros            | Renda             |
|------|-------------------|------------------|-------------------|
| 2008 | 84.893,57         | 17.240,43        | 102.134,00        |
| 2009 | 88.102,08         | 13.488,17        | 101.590,25        |
| 2010 | 91.923,75         | 9.666,50         | 101.590,25        |
| 2011 | 95.878,69         | 5.711,56         | 101.590,25        |
| 2012 | 81.338,04         | 1.159,35         | 82.497,39         |
|      | <b>442.136,13</b> | <b>47.266,01</b> | <b>489.402,14</b> |

**16.** As empresas do grupo e associadas são:

**Grupo:**

- **CARRISTUR** - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., com sede na Rua 1ª de Maio, 103 - 1300 Lisboa, sendo a fracção do capital de 100% no valor de € 2.987.185,86.

As contas desta empresa, no exercício de 2007, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: euro)

| Descrição                | Valor         |
|--------------------------|---------------|
| Total do Activo Líquido  | 11.044.690,92 |
| Total do Capital Próprio | 3.109.982,44  |
| Total dos Proveitos      | 11.159.855,97 |
| Resultados Líquidos      | 66.679,11     |



- **AURORA FINANCE B. V.**, com sede em Rokin 55, 1012KK Amsterdão, com o capital social de € 18.000,00 detido totalmente pela CARRIS, cuja participação está registada pelo custo de aquisição.

As contas provisórias desta empresa, no exercício de 2007, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: euro)

| Descrição                | Valor          |
|--------------------------|----------------|
| Total do Activo Líquido  | 215.221.786,00 |
| Total do Capital Próprio | 221.786,00     |
| Total dos Proveitos      | 9.250.181,00   |
| Resultados Líquidos      | 71.138,00      |

Esta empresa constitui um special purpose vehicle (SPV) e foi criada com o propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista no mercado internacional, o qual foi integralmente repassado para a CARRIS.

#### Associadas:

**PUBLICARRIS** - Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. com sede na Rua Mário Castelhana nº. 40 - Queluz de Baixo, 2749-502 Barcarena, sendo a fracção do capital de 45% no valor de € 4.752,13.

As contas desta sociedade, no exercício de 2007, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: euro)

| Descrição                | Valor        |
|--------------------------|--------------|
| Total do Activo Líquido  | 1.164.877,72 |
| Total do Capital Próprio | 10.560,30    |
| Total dos Proveitos      | 1.853.515,78 |
| Resultados Líquidos      | -191.567,60  |

As participações financeiras na Carristur e na Publicarris encontram-se registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Deve referir-se, contudo, que as contas destas empresas ainda não se encontram aprovadas em

assembleia geral, não sendo contudo expectável alterações significativas nas respectivas demonstrações financeiras. Por outro lado, a participação na Aurora Finance BV encontra-se registada ao custo de aquisição, atendendo a que a Administração da CARRIS considera que os efeitos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial nesta participação financeira não seriam materialmente relevantes.

**21.** Os movimentos de ajustamento ocorridos nas rubricas do activo circulante encontram-se expressas no mapa IV em anexo.

**22.** De artigos do Museu da Carris, encontram-se fora do mesmo, à consignação, existências no montante global de € 2.747,92.

**23.** O valor global dos créditos de cobrança duvidosa discrimina-se como segue:

(Unidade: euro)

| Descrição                             | Valor        |
|---------------------------------------|--------------|
| Clientes de Cobrança Duvidosa         | 1.513,35     |
| Devedores e Credores Diversos         | 2.659.580,45 |
| Outros Devedores de Cobrança Duvidosa | 106.394,55   |

**25.** Os valores globais das dívidas respeitantes ao pessoal, activas e passivas são as seguintes:

(Unidade: euro)

| Descrição | Valor     |
|-----------|-----------|
| Activas   | 12.322,35 |
| Passivas  | 32.016,69 |

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos encargos a liquidar com férias e subsídio de férias que se vencem em 1 de Janeiro de 2008, no montante de € 7.866.773,71.

**28.** Não existem pagamentos em mora ao Estado e outros entes públicos.

**29.** As dívidas a terceiros que se vencem a mais de 5 anos, constam das seguintes rubricas do Balanço:

|                                     |                  |
|-------------------------------------|------------------|
| • Dívidas a Instituições de Crédito | € 177.500.000,00 |
| • Dívidas a Empresas do Grupo       | € 120.400.000,00 |

**31.** Responsabilidade da Empresa por complementos de pensões de reforma e sobrevivência emergentes do Acordo de Empresa – reservas matemáticas correspondentes, conforme estudo actuarial realizado por entidade independente:

(Unidade: milhar de euro)

|                            | 2007           | 2006           |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Reformados e Sobreviventes | 128.057        | 135.686        |
| Trabalhadores no Activo    | 42.610         | 30.969         |
|                            | <b>170.667</b> | <b>166.655</b> |

O acréscimo de cerca de 2,4% do total das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007 face a 2006 deve-se:

- A um decréscimo das responsabilidades com a população inactiva (cerca de -5,6%) originado pelo seu envelhecimento natural (-35 inactivos) e alteração da taxa de desconto de 5% para 5,2%;

- A um acréscimo de 37,6% das responsabilidades pela população activa derivado do acréscimo de efectivos (mais 128) e da alteração da fórmula de cálculo da Pensão da Segurança Social (DL n.º 187/2007).

Pressupostos actuariais e financeiros considerados:

|                           |                       |
|---------------------------|-----------------------|
| • Data de referência      | 31/12/2007            |
| • Idade normal de reforma | 65 anos               |
| • Pensões de reforma      | Pagas 14 vezes no ano |
| • Tábua de mortalidade    | TV88/90               |

|                                          |                           |
|------------------------------------------|---------------------------|
| • Tábua de invalidez                     | EVK80                     |
| • Taxa de desconto                       | 5,2%                      |
| • Taxa de crescimento dos salários       | 3%                        |
| • Taxa de crescimento dos salários da SS | 3%                        |
| • Taxa de inflação                       | 2%                        |
| • Taxa de crescimento das pensões        | 0%                        |
| • Percentagem de casados                 | 80%                       |
| • Diferença etária para o cônjuge        | 3 anos (homem mais velho) |

Durante o exercício de 2007 a Companhia pagou € 12.987.762,47 relativos a complementos de pensões (€ 13.274.879,10 em 2006).

**32.** Em 31.12.2007, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 3.324.239,94 conforme segue:

(Unidade: euro)

| Descrição                             | Valor               |
|---------------------------------------|---------------------|
| Garantias a favor da D. G. Impostos   | 2.718.515,88        |
| Garantias a favor dos Tribunais       | 23.737,58           |
| Garantias a favor de Outras Entidades | 581.986,48          |
|                                       | <b>3.324.239,94</b> |

Existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 71.537.843,81.

**34.** O desdobramento da conta de provisões e a explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, constam do mapa V em anexo.

**36.** O Capital da Empresa está dividido em 32.771.998 acções ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de 4,99 euros.

**37.** O Estado Português é detentor de 100% do Capital Social da Empresa.



### 39. Variação na conta de Reservas de Reavaliação:

(Unidade: euro)

| Saldo Inicial | Aumentos     | Diminuições | Saldo Final   |
|---------------|--------------|-------------|---------------|
| 44.402.997,45 | 3.042.759,92 | 0,00        | 47.445.757,37 |

O aumento refere-se ao resultado da reavaliação livre de terrenos e edifícios no montante de € 3.242.924,17 e ao aumento de impostos diferidos da mesma reavaliação no montante de € 200.164,25.

### 40. Variação nas contas do Capital Próprio:

(Unidade: euro)

| Rubricas                                                  | Saldo Inicial          | Débito               | Crédito              | Saldo Final            |
|-----------------------------------------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| Capital                                                   | 163 532 270,02         |                      |                      | 163 532 270,02         |
| Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas | 1 448 240,18           |                      |                      | 1 448 240,18           |
| Reservas de Reavaliação                                   | 44 402 997,45          | 200 164,25           | 3 242 924,17         | 47 445 757,37          |
| Resultados Transitados                                    | -539 761 524,59        | 52 178 883,44        | 61 810,13            | -591 878 597,90        |
| Resultados Líquidos                                       | -52 178 883,44         | 39 302 996,74        | 52 178 883,44        | -39 302 996,74         |
| <b>TOTAL</b>                                              | <b>-382 556 900,38</b> | <b>91 682 044,43</b> | <b>55 483 617,74</b> | <b>-418 755 327,07</b> |

A rubrica de resultados transitados regista a crédito o valor de € 56.117,47 relativo à regularização da aplicação do método da equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2006 no que respeita à participada Carristur e € 5.692,66 relativos ao apuramento de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006.

**41.** A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa VI em anexo.

**42.** A demonstração da variação da produção consta do mapa VII - I em anexo.

A demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços consta do mapa VII - II em anexo.



**43.** As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa relacionadas com o exercício das respectivas funções foram:

|                                                  |                     |
|--------------------------------------------------|---------------------|
| • Remunerações do Conselho de Administração:     | € 418.617,49        |
| • Senhas de presença da Mesa da Assembleia Geral | € 1.398,15          |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>€ 420.015,64</b> |

**44.** A repartição do valor líquido das prestações de serviços, somente no mercado interno, é a seguinte:

(Unidade: euro)

| Descrição                           | Valor                |
|-------------------------------------|----------------------|
| Serviço Público                     | 75.433.042,53        |
| Alugueres                           | 2.872.354,08         |
| Aluguer de Espaços para Publicidade | 800.001,00           |
| Outras                              | 4.410.060,94         |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>83.515.458,55</b> |

**45.** A demonstração dos resultados financeiros consta do mapa VIII em anexo.

**46.** A demonstração dos resultados extraordinários consta do mapa IX em anexo.

**47.** Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2ª série do D.R. nº. 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício, as seguintes:

(Unidade: euro)

| Descrição                            | Valor             |
|--------------------------------------|-------------------|
| Custo das Matérias Consumidas        | 2.420,00          |
| Fornecimentos e Serviços Externos    | 260,56            |
| Custos com Pessoal                   | 579.424,67        |
| Amortizações do Imobilizado Corpóreo | 20,13             |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>582.125,36</b> |



Houve, em média, 10 trabalhadores afectos, a tempo inteiro, a estas estruturas.

#### 48. Outras Informações

a) Em 31 de Dezembro de 2007, a composição dos empréstimos era a seguinte:

(Unidade: euro)

| Empréstimos                       | Curto Prazo         | Médio Prazo (1 a 5 anos) | Longo Prazo (> 5 anos) |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------------|------------------------|
| <b>Empréstimos por Obrigações</b> |                     |                          |                        |
| <b>Não Convertíveis</b>           |                     |                          |                        |
| Emissão de 2003                   | —                   | 100 000 000,00           | —                      |
|                                   | —                   | <b>100 000 000,00</b>    | —                      |
| <b>Empréstimos Bancários</b>      |                     |                          |                        |
| Empréstimos Internos              | 6.611.333,96        | 17.500.000,00            | 122.500.000,00         |
| Empréstimos Externos              | —                   | 35 000 000,00            | 55 000 000,00          |
|                                   | <b>6.611.333,96</b> | <b>52.500.000,00</b>     | <b>177.500.000,00</b>  |
| Empréstimos Empresas do Grupo     | —                   | 94.600.000,00            | 120.400.000,00         |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>6.611.333,96</b> | <b>247.100.000,00</b>    | <b>297.900.000,00</b>  |

O empréstimo obrigacionista de 2003, no montante de € 100.000.000,00, tomado na íntegra pelo Depfa, S.A. - ACS Bank, tem garantia do Estado português e é reembolsado em 4 semestralidades de € 25.000.000 a partir de 28 de Julho de 2009.

O empréstimo de € 215.000.000,00, com aval integral do Estado Português, foi contraído à Aurora Finance, SV, sediada em Amesterdão, que constitui um special purpose vehicle (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integralmente pelo Depfa, S.A. - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo será reembolsado em 25 prestações trimestrais de € 8.600.000 com início em 17 de Maio de 2010.

Também têm garantia do Estado Português os dois empréstimos do BEI de € 60.000.000,00 e € 30.000.000,00 a reembolsar em 18 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 15 de Março de 2009 e em 15

de Setembro de 2010 e as últimas em 15 de Setembro de 2017 e 15 de Março de 2019, respectivamente.

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos, referente a empréstimos, € 6.400.931,21 de encargos financeiros, cujo pagamento apenas é devido em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2007 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 4,65% e 5,585%. Os empréstimos por obrigações venciam juros à taxa de 4,443%.

Conforme referido na nota 32, a Companhia tem responsabilidades por garantias prestadas em empréstimos obtidos.

Foi contratado com o BPN em Outubro de 2005 um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 215.000.000,00, cabendo à empresa efectuar pagamentos de juros trimestrais a taxas fixas de acordo com o seguinte plano:

---

|           |                              |
|-----------|------------------------------|
| • 1,90% - | de 17-11-2005 até 19-02-2007 |
| • 2,55% - | de 19-02-2007 até 17-02-2009 |
| • 3,60% - | de 17-02-2009 até 17-02-2010 |
| • 4,20% - | de 17-02-2010 até 17-02-2011 |
| • 4,50% - | de 17-02-2011 até 17-02-2012 |
| • 4,75% - | de 17-02-2012 até 18-02-2013 |
| • 5,00% - | de 18-02-2013 até 17-05-2016 |

Por sua vez, a entidade bancária pagará à Empresa, nas mesmas datas, juros à taxa Euribor, 3 meses, com um spread de 7 bp na taxa flutuante.

Atendendo a que, para fins contabilísticos, este contrato de SWAP de taxa de juro não se configura como de cobertura, a Empresa procede ao registo da variação do justo valor deste instrumento financeiro à data do balanço ("marked to market"), calculado por uma entidade especializada, directamente por contrapartida de resultados do exercício. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o justo valor deste SWAP ascendia a € 6.335.493 e € 5.180.000, respectivamente, encontrando-se registado na rubrica "Acréscimos de proveitos", tendo a variação do saldo desta rubrica, no montante de € 1.155.493, sido registado, no exercício de 2007, por contrapartida da rubrica "Proveitos e ganhos financeiros".

Em 2006, foi igualmente celebrado com o Banco Santander Totta um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 90.000.000,00, com data de início em 15 de Setembro, cabendo à Empresa efectuar pagamentos trimestrais à taxa de 1,835% (a qual poderá ser acrescida no futuro atendendo às bandas definidas contratualmente) e receber da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor a 3 meses.

As características deste SWAP também não se configuraram de cobertura, pelo que o efeito do reconhecimento do seu justo valor ("marked to market") em 31 de Dezembro de 2007, também calculado por uma entidade especializada, consistiu no registo de um proveito financeiro de € 1.054.866,40, actualizando o valor deste SWAP, nesta data, para € 1.249.303,00, registado na rubrica "Acréscimos de proveitos".

Em 2007, foi celebrado com o Banco Santander Totta um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de Março, cabendo à Empresa efectuar pagamentos trimestrais à taxa de 2,72% no 1º ano, 3,15% no 2º ano e 2,95%, acrescido de um spread, a partir do 3º ano, recebendo da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses.





As características deste SWAP também não o permitem considerar contabilisticamente como de cobertura pelo que, em 31 de Dezembro de 2007, o reconhecimento do justo valor deste instrumento financeiro ("marked to market"), calculado por uma entidade especializada, consistiu no registo de um custo financeiro de € 716.399,00, o qual foi registado por contrapartida da rubrica "Acréscimos de custos".

Em 2007 foi igualmente celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento um contrato de SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de Julho, cabendo à Empresa efectuar pagamentos semestrais à taxa de 3,52% no 1º ano e de 3,52% acrescido de um spread nos anos seguintes e, receber da entidade bancária, pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses.

As características deste SWAP também não o permitem considerar contabilisticamente como de cobertura pelo que, em 31 de Dezembro de 2007, o reconhecimento do justo valor deste instrumento financeiro ("marked to market"), calculado por uma entidade especializada, consistiu no registo de um proveito financeiro de € 133.249,00, o qual foi registado por contrapartida da rubrica "Acréscimos de proveitos".

**b)** A rubrica do Balanço "Títulos e Outras Aplicações Financeiras" inclui o montante de € 1.107.624,36, respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentes de trabalho de que foi auto seguradora até 8 de Janeiro de 1999.

**c)** A rubrica "Outros Devedores" integra o montante de € 8.959.074,22 referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes, fruto da repartição de receitas de passes.

#### 49. Acréscimos e Diferimentos:

(Unidade: euro)

|                                                |               |
|------------------------------------------------|---------------|
| • Acréscimo de Proveitos:                      |               |
| • Juros a Receber de Títulos da Dívida Pública | 18.302,72     |
| • Juros a Receber - SWAPs*                     | 7.718.045,00  |
| • Outros                                       | 327.026,97    |
|                                                | 8.063.374,69  |
| • Custos Diferidos:                            |               |
| • Despesas com Empréstimos Obrigacionistas     | 56.250,00     |
| • Despesas com Outros Empréstimos              | 1.468.945,00  |
| • Rendas                                       | 1.020,74      |
| • Assinatura de Publicações para o ano de 2008 | 2.316,33      |
| • Serviços Contratados Diversos                | 81.623,55     |
|                                                | 1.610.155,62  |
| • Acréscimo de Custos:                         |               |
| • Remunerações a Liquidar                      | 9.238.946,66  |
| • Juros a Liquidar                             | 6.400.931,21  |
| • Juros a Pagar - SWAPs*                       | 716.399,00    |
| • Fornecimentos e Serviços Externos Diversos   | 254.260,11    |
| • Outros                                       | 151.254,23    |
|                                                | 16.761.791,21 |
| • Proveitos Diferidos:                         |               |
| • Títulos de Transporte                        | 1.310.960,59  |
| • Subsídios ao Investimento                    | 2.308.854,92  |
| • Rendas, Aluguers e Outros                    | 101.556,96    |
|                                                | 3.721.372,47  |
| • Passivo por Impostos Diferidos               | 10.739.813,36 |

\* Refere-se ao justo valor dos SWAPs, indicados na Nota 48.

● **ACTIVO BRUTO** Nota 10 do POC  
(Unidade: Euro)

| Rubricas                                       | Saldo Inicial         | Reav./Ajust.        | Aumentos            |                     |                     |
|------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                                                |                       |                     | Total               | TPPE                | Aquis. 1.º Mão      |
| <b>Imobilizações Incorpóreas:</b>              |                       |                     |                     |                     |                     |
| Despesas de Instalação                         | 460.000,00            |                     |                     |                     |                     |
| Despesa de Investigação e de Desenvolvimento   |                       |                     |                     |                     |                     |
| Propriedade Industrial e Outros Direitos       |                       |                     |                     |                     |                     |
| Trespases                                      |                       |                     |                     |                     |                     |
| Imobilizações em Curso                         |                       |                     |                     |                     |                     |
| Adiantamentos por C/ Imobilizações Incorpóreas |                       |                     |                     |                     |                     |
|                                                | 460.000,00            | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00                |
| <b>Imobilizações Corpóreas:</b>                |                       |                     |                     |                     |                     |
| Terrenos e Recursos Naturais                   | 39.607.251,96         |                     |                     |                     |                     |
| Edifícios e Outras Construções                 | 110.043.977,56        | 3.242.924,17        | 544.865,50          |                     | 544.865,50          |
| Equipamento Básico                             | 216.238.296,99        |                     | 1.366.230,98        | 1.062.787,45        | 303.443,53          |
| Equipamento de Transporte                      | 2.134.471,95          |                     | 510.499,02          |                     | 510.499,02          |
| Ferramentas e Utensílios                       | 12.342.458,66         |                     | 117.728,69          | 1.148,39            | 116.580,30          |
| Equipamento Administrativo                     | 14.234.046,87         |                     | 345.860,73          |                     | 345.860,73          |
| Taras e Vasilhame                              |                       |                     |                     |                     |                     |
| Outras Imobilizações Corpóreas                 | 36.436,38             |                     |                     |                     |                     |
| Imobilizações em Curso                         | 1.230.314,39          |                     | 1.104.279,00        | 229.098,80          | 875.180,20          |
| Adiantamentos por C/ Imobilizações Corpóreas   |                       |                     |                     |                     |                     |
|                                                | 395.867.254,76        | 3.242.924,17        | 3.989.463,92        | 1.293.034,64        | 2.696.429,28        |
| <b>Investimentos Financeiros:</b>              |                       |                     |                     |                     |                     |
| Partes de Capital em Empresas do Grupo         | 3.005.185,86          | 122.796,58          |                     |                     |                     |
| Partes de Capital em Empresas Associadas       | 172.724,21            | -167.972,08         |                     |                     |                     |
| Empréstimos a Empresas Associadas              |                       |                     |                     |                     |                     |
| Investimentos em Imóveis                       |                       |                     |                     |                     |                     |
| Titulos e Outras Aplicações Financeiras        | 1.854.765,07          |                     |                     |                     |                     |
| Outros Empréstimos Concedidos                  | 1.284.836,59          |                     | 68.919,17           |                     |                     |
| Imobilizações em Curso                         |                       |                     |                     |                     |                     |
| Adiantamentos por C/ Investimentos Financeiros |                       |                     |                     |                     |                     |
|                                                | 6.317.511,73          | -45.175,50          | 68.919,17           | 0,00                | 0,00                |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>402.644.766,49</b> | <b>3.197.748,67</b> | <b>4.058.383,09</b> | <b>1.293.034,64</b> | <b>2.696.429,28</b> |



| Alienações   | Transferências | Abates        | Saldo Final    | Valor de Realização |
|--------------|----------------|---------------|----------------|---------------------|
|              |                | -460.000,00   | 0,00           |                     |
|              |                |               |                |                     |
|              |                |               |                |                     |
|              |                |               |                |                     |
| 0,00         | 0,00           | -460.000,00   | 0,00           | 0,00                |
|              |                |               | 39.607.251,96  |                     |
| 30.937,93    | 4.712,60       | -57.220,84    | 113.748.321,06 | 1.500,00            |
| 3.416.828,27 | 196.054,78     | -813.702,35   | 213.570.052,13 | 1.139.773,53        |
| 147.157,52   |                | -133.705,45   | 2.364.108,00   | 13.185,00           |
| 216,08       |                | -18.188,62    | 12.441.782,65  | 27,20               |
| 2.336,23     |                | -628.992,60   | 13.948.578,77  | 630,59              |
|              |                |               | 36.436,38      |                     |
|              | -200.767,38    | -3.000,00     | 2.130.826,01   |                     |
|              |                |               |                |                     |
| 3.597.476,03 | 0,00           | -1.654.809,86 | 397.847.356,96 | 1.155.116,32        |
|              |                |               | 3.127.982,44   |                     |
|              |                |               | 4.752,13       |                     |
|              |                |               |                |                     |
| 312.977,55   |                |               | 1.541.787,52   | 300.675,38          |
|              |                |               | 1.353.755,76   |                     |
|              |                |               |                |                     |
| 312.977,55   | 0,00           | 0,00          | 6.028.277,85   | 300.675,38          |
|              |                |               |                |                     |
| 3.910.453,58 | 0,00           | -2.114.809,86 | 403.875.634,81 | 1.455.791,70        |

● AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS Nota 10 do POC  
(Unidade: Euro)

| Rubricas                                      | Saldo Inicial         | Reforço (a)          | Anulação/<br>Reversão (b) | Saldo Final           |
|-----------------------------------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------|-----------------------|
| <b>Imobilizações Incorpóreas:</b>             |                       |                      |                           |                       |
| Despesas de Instalação                        | 460.000,00            |                      | 460.000,00                | 0,00                  |
| Despesas de Investigação e de Desenvolvimento |                       |                      |                           |                       |
| Propriedade Industrial e Outros Direitos      |                       |                      |                           |                       |
| Trespases                                     |                       |                      |                           |                       |
|                                               | 460.000,00            | 0,00                 | 460.000,00                | 0,00                  |
| <b>Imobilizações Corpóreas:</b>               |                       |                      |                           |                       |
| Terrenos e Recursos Naturais                  |                       |                      |                           |                       |
| Edifícios e Outras Construções                | 87.956.851,07         | 4.699.237,41         | 86.909,94                 | 92.569.178,54         |
| Equipamento Básico                            | 135.708.604,25        | 13.496.102,56        | 3.494.766,13              | 145.709.940,68        |
| Equipamento de Transporte                     | 2.056.605,72          | 127.672,72           | 280.862,97                | 1.903.415,47          |
| Ferramentas e Utensílios                      | 7.043.125,18          | 2.147.742,08         | 18.399,45                 | 9.172.467,81          |
| Equipamento Administrativo                    | 11.360.509,99         | 857.960,30           | 622.878,45                | 11.595.591,84         |
| Taras e Vasilhame                             |                       |                      |                           |                       |
| Outras Imobilizações Corpóreas                |                       |                      |                           |                       |
|                                               | 244.125.696,21        | 21.328.715,07        | 4.503.816,94              | 260.950.594,34        |
| <b>Investimentos Financeiros:</b>             |                       |                      |                           |                       |
| Títulos e Outras Aplicações Financeiras       | 420.244,42            |                      | 10.167,11                 | 410.077,31            |
| Outros Empréstimos Concedidos                 | 1.284.836,59          |                      | 0,00                      | 1.284.836,59          |
|                                               | 1.705.081,01          | 0,00                 | 10.167,11                 | 1.694.913,90          |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>246.290.777,22</b> | <b>21.328.715,07</b> | <b>4.973.984,05</b>       | <b>262.645.508,24</b> |

(a) Corresponde às amortizações e ajustamentos registados no Exercício.

(b) Inclui reduções por Abates ou Alienações e Reversões de ajustamentos.

● QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVIAÇÕES Nota 13 do POC  
(Unidade: Euro)

| Rubricas                        | Custos<br>Históricos (a) | Reavaliações<br>Decreto Lei (a) (b) | Reavaliação<br>Livre anos ant. (a) | Reavaliação<br>Livre 2007 (a) | Valores Contabilísticos<br>Reavaliados (a) |
|---------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------------|
| <b>Imobilizações Corpóreas:</b> |                          |                                     |                                    |                               |                                            |
| Terrenos e Recursos Naturais    | 1.942.258,83             | 2.204.272,91                        | 35.460.720,22                      | —                             | 39.607.251,96                              |
| Edifícios e Outras Construções  | 7.905.623,50             | 2.510.540,83                        | 7.520.054,02                       | 3.242.924,17                  | 21.179.142,52                              |
| Equipamento Básico              | 66.996.527,17            | 863.584,28                          | —                                  | —                             | 67.860.111,45                              |
| Equipamento de Transporte       | 460.692,53               | —                                   | —                                  | —                             | 460.692,53                                 |
| Ferramentas e Utensílios        | 3.269.314,84             | —                                   | —                                  | —                             | 3.269.314,84                               |
| Equipamento Administrativo      | 2.352.986,93             | —                                   | —                                  | —                             | 2.352.986,93                               |
| Outras Imobilizações Corpóreas  | 36.436,38                | —                                   | —                                  | —                             | 36.436,38                                  |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>82.963.840,18</b>     | <b>5.578.398,02</b>                 | <b>42.980.774,24</b>               | <b>3.242.924,17</b>           | <b>134.765.936,61</b>                      |

(a) Líquidos de Amortizações.

(b) Englobam as Sucessivas Reavaliações Autorizadas por Decreto-Lei.



● MAPA DE AJUSTAMENTOS Nota 21 do POC  
(Unidade: Euro)

| Rubricas                                                    | Saldo Inicial | Reforço   | Reversão  | Saldo Final  |
|-------------------------------------------------------------|---------------|-----------|-----------|--------------|
| <b>Existências:</b>                                         |               |           |           |              |
| Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo                  | 76 072,01     | —         | 52 509,13 | 23 562,88    |
| Produtos e Trabalhos em Curso                               | —             | —         | —         | —            |
| Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos               | —             | —         | —         | —            |
| Produtos Acabados e Intermédios                             | —             | —         | —         | —            |
| Mercadorias                                                 | —             | —         | —         | —            |
|                                                             | 76 072,01     | —         | 52 509,13 | 23 562,88    |
| <b>Dívidas de Terceiros:</b>                                |               |           |           |              |
| Clientes, c/c                                               | —             | —         | —         | —            |
| Clientes - Títulos a Receber                                | —             | —         | —         | —            |
| Clientes de Cobrança Duvidosa                               | 1 373,98      | 139,37    | —         | 1 513,35     |
| Empresas do Grupo                                           | —             | —         | —         | —            |
| Empresas Participadas e Participantes                       | —             | —         | —         | —            |
| Outros Accionistas (Sócios)                                 | —             | —         | —         | —            |
| Estado e Outros Entes Públicos                              | —             | —         | —         | —            |
| Outros Devedores                                            | 1 982 568,65  | 10 225,20 | 4 609,83  | 1 988 184,02 |
| Subscritores de Capital                                     | —             | —         | —         | —            |
|                                                             | 1 983 942,63  | 10 364,57 | 4 609,83  | 1 989 697,37 |
| <b>Títulos Negociáveis:</b>                                 |               |           |           |              |
| Ações em Empresas de Grupo                                  | —             | —         | —         | —            |
| Obrigações e Títulos de Participação em Empresas do Grupo   | —             | —         | —         | —            |
| Ações em Empresas Associadas                                | —             | —         | —         | —            |
| Obrigações e Títulos de Participação em Empresas Associadas | —             | —         | —         | —            |
| Outros Títulos Negociáveis                                  | —             | —         | —         | —            |
| Outras Aplicações de Tesouraria                             | —             | —         | —         | —            |
|                                                             | —             | —         | —         | —            |

● MAPA DE PROVISÕES Nota 34 do POC  
(Unidade: Euro)

| Contas                                            | Saldo Inicial | Aumento    | Redução    | Saldo Final  |
|---------------------------------------------------|---------------|------------|------------|--------------|
| 291 - Provisões para Pensões                      | 1.167.273,00  | 0,00       | 14.805,00  | 1.152.468,00 |
| 292 - Provisões para Impostos                     | 203.285,00    | 2.049,00   | 0,00       | 205.334,00   |
| 293 - Provisões para Processos Judiciais em Curso | 529.413,15    | 100.867,75 | 0,00       | 630.280,90   |
| 298 - Outras Provisões                            | 1.904.150,42  | 38.024,80  | 223.950,82 | 1.718.224,40 |
|                                                   | 3.804.121,57  | 140.941,55 | 238.755,82 | 3.706.307,30 |

● DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS Nota 41 do POC  
(Unidade: Euro)

| Movimentos                   | Mercadorias | Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo |
|------------------------------|-------------|-------------------------------------------|
| Existências Iniciais         | 106.126,08  | 4.817.013,11                              |
| Compras                      | 16.458,47   | 22.133.955,78                             |
| Regularização de Existências | 2.360,59    | 0,00                                      |
| Existências Finais           | 112.636,81  | 4.169.686,34                              |
| Custos no Exercício          | 12.308,33   | 22.781.282,55                             |

● DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO Nota 42 do POC  
(Unidade: Euro)

| Movimentos                       | Produtos Acabados e Intermédios | Subprodutos, Desperdícios Resíduos e Refugos | Produtos e Trabalhos em Curso |
|----------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------|
| Existências Finais               | —                               | —                                            | 104.234,08                    |
| Regularização de Existências     | —                               | —                                            | —                             |
| Existências Iniciais             | —                               | —                                            | 161.349,07                    |
| Aumento/Redução no Exercício (-) | —                               | —                                            | -57.114,99                    |

● DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Nota 42 do POC  
(Unidade: Euro)

| Movimentos                                    | Produtos Acabados e Intermédios | Subprodutos, Desperdícios Resíduos e Refugos | Prestação de Serviços |
|-----------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------|
| Existências Iniciais                          | 161.349,07                      | —                                            | —                     |
| Entradas Provenientes da Produção             | 2.337.016,27                    | —                                            | 114.377.669,71        |
| Regularização de Existências                  | —                               | —                                            | —                     |
| Saídas para a Produção e Imobilizado          | —                               | —                                            | —                     |
| Existências Finais                            | -104.234,08                     | —                                            | —                     |
| Custo das Vendas e das Prestações de Serviços | 2.394.131,26                    | —                                            | 114.377.669,71        |



● DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS Nota 45 do POC  
(Unidade: Euro)

| Custos e Perdas                                     | Exercícios     |                |
|-----------------------------------------------------|----------------|----------------|
|                                                     | 2007           | 2006           |
| 681 Juros Suportados                                | 25 010 225,10  | 17 198 889,32  |
| 682 Perdas em Empresas do Grupo e Associadas        | —              | —              |
| 683 Amortizações de Investimentos em Imóveis        | —              | —              |
| 684 Ajustamentos de Aplicações Financeiras          | 86 205,42      | 1 214 669,51   |
| 685 Diferenças de Câmbio Desfavoráveis              | 24,55          | 509,83         |
| 686 Descontos de Pronto Pagamento Concedidos        | —              | —              |
| 687 Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria | —              | —              |
| 688 Outros Custos e Perdas Financeiros              | 1 199 280,80   | 1 425 367,49   |
| Resultados Financeiros                              | -18 069 538,09 | -10 780 895,96 |
|                                                     | 8 226 197,78   | 9 058 540,19   |

● DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS Nota 46 do POC  
(Unidade: Euro)

| Custos e Perdas                                 | Exercícios   |              |
|-------------------------------------------------|--------------|--------------|
|                                                 | 2007         | 2006         |
| 691 Donativos                                   | 143 055,96   | 80 104,27    |
| 692 Dívidas Incobráveis                         | 3 683,31     | —            |
| 693 Perdas em Existências                       | 33,70        | —            |
| 694 Perdas em Imobilizações                     | 35 952,90    | 202 461,49   |
| 695 Multas e Penalidades                        | 18 975,45    | 4 872,32     |
| 696 Aumentos de Amortizações                    | —            | —            |
| 697 Correções Relativas a Exercícios Anteriores | —            | —            |
| 698 Outros Custos e Perdas Extraordinários      | 28 178,81    | 46 604,28    |
| Resultados Extraordinários                      | 1 824 240,00 | 1 667 594,88 |
|                                                 | 2 054 120,13 | 2 001 637,24 |



| Proveitos e Ganhos                                    | Exercícios   |              |
|-------------------------------------------------------|--------------|--------------|
|                                                       | 2007         | 2006         |
| 781 Juros Obtidos                                     | 8 036 375,77 | 7 395 805,56 |
| 782 Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas          | 66 679,11    | 1 498 285,53 |
| 783 Rendimentos de Imóveis                            | 95 516,45    | 145 029,63   |
| 784 Rendimentos de Participações de Capital           | —            | —            |
| 785 Diferenças de Câmbio Favoráveis                   | 91,23        | —            |
| 786 Descontos de Pronto Pagamento Obtidos             | 17 367,45    | 19 419,47    |
| 787 Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria   | —            | —            |
| 788 Reversões e Outros Proveitos e Ganhos Financeiros | 10 167,77    | —            |
|                                                       | 8 226 197,78 | 9 058 540,19 |

| Proveitos e Ganhos                              | Exercícios   |              |
|-------------------------------------------------|--------------|--------------|
|                                                 | 2007         | 2006         |
| 791 Restituição de Impostos                     | 1 496,39     | 68,38        |
| 792 Recuperação de Dívidas                      | —            | —            |
| 793 Ganhos em Existências                       | —            | —            |
| 794 Ganhos em Imobilizações                     | 433 298,10   | 432 134,07   |
| 795 Benefícios de Penalidades Contratuais       | 119 225,60   | 136 687,13   |
| 796 Reduções de Provisões                       | 238 755,82   | 175 843,21   |
| 797 Correções Relativas a Exercícios Anteriores | —            | —            |
| 798 Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários   | 1 261 344,22 | 1 256 904,45 |
|                                                 | 2 054 120,13 | 2 001 637,24 |

• DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS

(Unidade: Euro)

| Origem dos Fundos                                           |                |                |
|-------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Internas:</b>                                            |                |                |
| Resultado Líquido do Exercício                              | -39.302.996,74 |                |
| Amortizações do Exercício                                   | 21.328.715,07  |                |
| Variação de Ajustamentos                                    | -56.921,50     |                |
| Variação de Provisões                                       | -97.814,27     | -18.129.017,44 |
| <b>Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:</b>        |                |                |
| Diminuições de Investimentos Financeiros:                   |                |                |
| Partes de Capital em Empresas Associadas                    | 167.972,08     |                |
| Títulos e Outras Aplicações Financeiras                     | 312.977,55     | 480.949,63     |
| Aumentos de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:            |                |                |
| Dívidas a Instituições de Crédito                           | 23.388.666,03  |                |
| Fornecedores de Imobilizado, c/c                            | 357.242,58     | 23.745.908,61  |
| <b>Diminuições de Imobilizações:</b>                        |                |                |
| Cessão de Imobilizações (Pelo Valor Contabilístico Líquido) |                |                |
| Imobilizações Corpóreas:                                    |                |                |
| Terrenos e Recursos Naturais                                | —              |                |
| Edifícios e Outras Construções                              | 1.248,83       |                |
| Equipamento Básico                                          | 735.764,49     |                |
| Equipamento de Transporte                                   | —              |                |
| Ferramentas e Utensílios                                    | 5,25           |                |
| Equipamento Administrativo                                  | 8.450,38       |                |
| Outras Imobilizações Corpóreas                              | —              |                |
| Imobilizações em Curso                                      | 3.000,00       | 748.468,95     |
|                                                             |                | 6.846.309,75   |

| Aplicação dos Fundos                          |              |              |
|-----------------------------------------------|--------------|--------------|
| Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo: |              |              |
| Aumentos de Investimentos Financeiros:        |              |              |
| Partes de Capital em Empresas do Grupo        | 66.679,11    |              |
| Outros Empréstimos Concedidos                 | 68.919,17    | 135.598,28   |
| Aumentos de Imobilizações:                    |              |              |
| Trabalhos da Empresa para Ela Própria         | 1.293.034,64 |              |
| Aquisição de Imobilizações                    | 2.696.429,28 | 3.989.463,92 |
| Aumento dos Fundos Circulantes                |              |              |
|                                               |              | 2.721.247,55 |
|                                               |              | 6.846.309,75 |

• DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES  
(Unidade: Euro)

| <b>Aumento das Existências</b>                        |              | <b>Diminuições das Existências</b>                     |              |
|-------------------------------------------------------|--------------|--------------------------------------------------------|--------------|
| Mercadorias                                           | 6.510,73     | Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo              | 647.326,77   |
|                                                       |              | Produtos e Trabalhos em Curso                          | 57.114,99    |
| <b>Aumentos das Dívidas de Terceiros a C. Prazo</b>   |              | <b>Diminuições das Dívidas de Terceiros a C. Prazo</b> |              |
| Clientes c/c                                          | 1.298.184,92 | Estado e Outros Entes Públicos                         | 2.403.009,91 |
| Empresas Participadas e Participantes                 | 81.766,66    | Outros Devedores                                       | 635.791,18   |
| Adiantamentos a Fornecedores                          | 29.199,20    |                                                        |              |
| <b>Diminuições das Dívidas a Terceiros a C. Prazo</b> |              | <b>Aumentos das Dívidas a Terceiros a C. Prazo</b>     |              |
| Dívidas a Instituições de Crédito                     | 1.623.845,01 | Fornecedores c/c                                       | 183.896,02   |
| Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência     | 1.211.759,74 | Estado e Outros Entes Públicos                         | 161.698,27   |
| Empresas do Grupo                                     | 72.000,00    |                                                        |              |
| Fornecedores de Imobilizado, c/c                      | 970.885,94   |                                                        |              |
| Outros Credores                                       | 27.539,73    |                                                        |              |
| <b>Aumentos das Disponibilidades</b>                  |              | <b>Aumentos de Acréscimos e Diferimentos</b>           |              |
| Depósitos Bancários                                   | 1.279.997,86 | Acréscimos de Custos                                   | 2.938.648,52 |
| Caixa                                                 | 650,35       |                                                        |              |
| <b>Diminuições de Acréscimos e Diferimentos</b>       |              | <b>Aumento dos Fundos Circulantes</b>                  | 2.721.247,55 |
| Proveitos Diferidos                                   | 723.398,08   |                                                        |              |
| Passivos por Impostos Diferidos                       | 12.139,17    |                                                        |              |
| <b>Aumentos de Acréscimos e Diferimentos</b>          |              |                                                        |              |
| Acréscimos de Proveitos                               | 2.385.589,67 |                                                        |              |
| Custos Diferidos                                      | 25.266,15    |                                                        |              |
|                                                       |              |                                                        |              |
|                                                       | 9.748.733,21 |                                                        | 9.748.733,21 |







## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais aplicáveis, submeto à esclarecida apreciação de V. Exas. os meus Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., relativos ao exercício de 2007.

### RELATÓRIO

1. Acompanhei com regularidade, ao longo do exercício, a actividade da Empresa através da leitura e análise das actas do Conselho de Administração, de reuniões com este Órgão ou isoladamente com os seus membros, e de reuniões com os Serviços da Empresa. Fi-lo também através do exame de contratos, livros, registos contabilísticos e, por amostragem, documentos de suporte das operações.

2. Os relatórios dos trabalhos efectuados pelo Gabinete de Planeamento Controlo de Gestão e Auditoria e a certificação das contas emitida pelos Auditores Independentes Multinacionais foram também documentos úteis para o desempenho das minhas funções.

3. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-me os esclarecimentos que lhes solicitei sobre as análises e verificações a que procedi.

4. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras.

5. É minha convicção de que os documentos de prestação de contas observam as disposições legais aplicáveis e os princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto nos significativos efeitos da situação descrita na Reserva que consta da Certificação Legal das Contas, a qual deve ser considerada na compreensão da situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2007, e também do resultado apurado e dos fluxos de caixa relativos ao exercício de 2007. Devem também ser consideradas as Ênfases que constam da Certificação Legal das Contas.

6. Os critérios valorimétricos e as políticas contabilísticas utilizados são referidos na Nota 3 do Anexo.

7. O Capital Próprio da Empresa, em 31 de Dezembro de 2007, apresenta um valor negativo de 418 755 327,07 euros, sem considerar a reserva quantificada que consta da Certificação Legal das Contas, no montante de 170 667 milhares de euros, relativa às responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas avaliadas naquela data. Esta situação coloca a continuidade da Empresa dependente do apoio financeiro do seu accionista Estado que em 2007 atribuiu 46 308 068,56 euros de indemnização compensatória, valor superior em 3 014 240,12 euros ao dado no exercício anterior, mas insuficiente para afastar as preocupações financeiras da gestão da Empresa, pois o Capital Próprio negativo aumentou de 382 556 900,38 euros em 2006, para 418 755 327,07 euros em 2007. Torna-se, por isso, muito importante a definição de uma estratégia do accionista Estado com vista ao saneamento da situação financeira apresentada, tendo sobretudo em atenção a avaliação cuidadosa dos preços sociais praticados pela Empresa, face aos custos reais do serviço prestado, a resolução da pesada responsabilidade não fundada nem provisionada dos complementos de pensões e, cumulativamente, a abrangência da Empresa pelo Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

8. O prejuízo líquido do exercício de 2007 baixou cerca de 12 876 milhares de euros em relação ao do exercício de 2006, tendo os resultados operacionais negativos de 2007 baixado em relação aos do exercício de 2006 cerca de 20 019 milhares de euros. As causas destas baixas situam-se principalmente nas seguintes rubricas da Demonstração de Resultados:

#### Aumentos nos Custos e Perdas

|                                                         |                           |
|---------------------------------------------------------|---------------------------|
| Aumento nas matérias consumidas                         | 623 milhares de euros     |
| Aumento nos Fornecimentos e Serviços Externos           | 4 219 milhares de euros   |
| Baixa nos Custos com o Pessoal                          | -13 718 milhares de euros |
| Baixa nos Ajustamentos de Aplicações e Inv. Financeiros | -1 129 milhares de euros  |
| Aumento nos Juros e Custos Similares                    | 6 456 milhares de euros   |

**TOTAL** -3 549 milhares de euros



#### Aumentos nos Proveitos e Ganhos

|                                                    |                          |
|----------------------------------------------------|--------------------------|
| Aumento nas Vendas e Prestações de Serviços        | 5 915 milhares de euros  |
| Aumento nos Proveitos Suplementares                | 1 253 milhares de euros  |
| Aumento nos Subsídios à Exploração                 | 2 919 milhares de euros  |
| Baixa nos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas | -1 431 milhares de euros |
| Aumento nos Juros e Proveitos Similares            | 605 milhares de euros    |

**TOTAL** **9 261 milhares de euros**

9. O Conselho de Administração descreve com muita clareza, no seu bem elaborado Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras apresentados, a sua acção na condução dos negócios da Empresa, e os principais factores que condicionaram e influenciaram a actividade, o resultado, os fluxos de caixa e a situação financeira em 2007. Perspectiva, também, a evolução, os desafios e os objectivos futuros a atingir pela CARRIS.

10. O Relatório de Gestão de 2007 apresenta pela primeira vez um capítulo, o sétimo, intitulado Governo Societário, sobre a aplicação dos princípios de bom governo, que representa uma modernidade de transparência que é de louvar, e que a sociedade civil espera que se alastre a grande parte das empresas, sobretudo àquelas com grande peso na vida dos cidadãos, nomeadamente empresas do sector público, empresas concessionárias, empresas cotadas e empresas ou instituições, de qualquer natureza, quando grandes fornecedoras do sector público ou de serviços obrigatórios ou indispensáveis aos cidadãos, gestoras de poupanças ou beneficiárias de regimes favoráveis concedidos pelo Estado. Neste capítulo, o Conselho de Administração da CARRIS trata especificamente de nove pontos fundamentais: 1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa; 2. Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita; 3. Informações sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas; 4. Informações sobre outras transacções; 5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais; 6. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais; 7. Análise da sustentabilidade da CARRIS nos domínios económico, social e ambiental; 8. Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo devidamente fundamentada; 9. Código de ética. Na minha opinião, este capítulo, muito bem elaborado, é merecedor de

uma leitura atenta e instrutiva, e o Conselho de Administração que o apresentou é merecedor de um louvor especial pela relevância do assunto e pela forma como o tratou.

11. Emiti a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual que me competem como Revisor Oficial de Contas.

12. Agradeço ao Conselho de Administração a referência positiva feita no Capítulo 11 – Considerações finais do seu Relatório à minha cooperação e lealdade. Tal referência só pode ter justificação no profissionalismo interessado e participativo que, sem prejuízo da minha total independência, utilizo sempre no exercício das funções que me competem.

#### PARECER

Sem prejuízo do exposto atrás no Relatório, sou de parecer que merecem a Vossa aprovação:

1. O Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2007 apresentados pelo Conselho de Administração.
2. A Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

Dr. Leontino Raimundo Aleixo  
ROC N.º 98





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as Demonstrações Financeiras da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de Balanço de 179 991 710, 02 euros e um total de Capital Próprio negativo de 418 755 327,07 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 39 302 996, 74 euro), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CARRIS a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas Demonstrações Financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da CARRIS, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

### RESERVA

7. O acordo de Empresa em vigor dá direito a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. A CARRIS apenas regista como um custo do exercício os complementos nele pagos. Em 2007 o pagamento de complementos de pensões totalizou 12 987 762, 47 euros. Não tem sido constituído fundo nem criada qualquer provisão para fazer face às responsabilidades com os complementos de pensões. Estas responsabilidades foram avaliadas por cálculo actuarial referido a 31 de Dezembro de 2007 em 170 667 milhares de euros, sendo 128 057 milhares de euros relativos a reformados e sobreviventes, e 42 610 milhares de euros respeitantes a trabalhadores no activo. O valor actual das responsabilidades por serviços até 31.12.2007 dos trabalhadores no activo foi determinado pelo Método do "Projected Unit Credit". Os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades antes referidas estão descritos na Nota 31 do Anexo.

### OPINIÃO

8. Em minha opinião, e dada a relevância e significado dos efeitos da situação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as



referidas Demonstrações Financeiras não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## ÊNFASES

**9.** Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:

**9.1.** A actividade de transportes colectivos urbanos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar prejuízos que em 31.12.2007 totalizam 631 181 594,64 euros, sendo 591 878 597,90 euros relativos a exercícios anteriores e 39 302 996,74 euros referentes ao exercício de 2007. O Estado Português tem vindo a contribuir para financiar a situação através de indemnizações compensatórias e de dotações para capital. Em 2007 os subsídios à exploração totalizaram 46 353 101,50 euros, dos quais a indemnização compensatória representa 46 308 068,56 euros (valor este superior em 3 014 240,12 euros ao de 2006). Em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 não foram feitas dotações de capital. O Capital Próprio da CARRIS em 31.12.2007 apresenta um valor negativo de 418 755 327,07 euros. Se a este montante adicionarmos a reserva quantificada referida no parágrafo n.º 7, o Capital Próprio atinge o valor negativo de 589 422 327,07 euros. Portanto, a continuidade das operações socialmente indispensáveis que a CARRIS desenvolve está dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado (accionista a 100%), compensando, de uma forma objectiva, a insuficiência dos preços sociais praticados para a cobertura dos custos suportados e saneando a situação financeira deficitária existente em 31 de Dezembro de 2007. (Vidé a Demonstração dos Resultados por Funções e as Notas 3 e 40 do Anexo).

**9.2.** A Empresa procedeu, com efeitos à data de 31 de Dezembro de 2007, a nova reavaliação livre para o valor de mercado da quase totalidade dos seus terrenos e edifícios, afectos ao desempenho da actividade de transportes colec-

tivos urbanos, englobados na rubrica de Imobilizações Corpóreas, o qual foi determinado por avaliações feitas por uma empresa especializada independente, no montante de 3 242 924,17 euros (Terrenos: zero euros e Edifícios e Outras Construções: 3 242 924,17 euros). Como resultado da reavaliação efectuada e de uma correcção feita nos impostos diferidos (200 164,25 euros), as Imobilizações Corpóreas e as Reservas de Reavaliação-Outras foram aumentadas, respectivamente, de 3 242 924,17 e 3 042 759,92 euros. O Capital Próprio da Empresa teve, como consequência, um aumento em 2007 no valor de 3 042 759,92 euros correspondente ao aumento em 2007 da Reserva de Reavaliação já existente desde 2004. A reavaliação feita em 31 de Dezembro de 2007, não teve efeito nos custos (amortizações do exercício) em 2007 e não afectou, por isso, o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2007. No entanto, as reavaliações livres dos mesmos activos que tinham sido efectuadas em 31 de Dezembro de 2004, 2005 e 2006 tiveram efeito nos custos (amortizações do exercício) em 2007, no valor de 2 462 736,91 euros, e afectou, neste montante, o Resultado Líquido apurado em 2007. (Vidé Notas 1, 6, 12, 13, 39 e 40 do Anexo).

**9.3.** A empresa do Grupo CARRISTUR e a empresa Associada PUBLICARRIS desde o exercício de 2004 que estão registadas em Investimentos Financeiros pelo método da equivalência patrimonial, com os efeitos contabilísticos daí resultante. A empresa do Grupo AURORA FINANCE B.V., com sede em Rokin 55, 1012 KK, Amesterdão, com o capital social de 18 000,00 euros, detido totalmente pela CARRIS, está registada em Investimentos pelo custo da aquisição, porque constitui apenas um *special purpose vehicle* (SPV), e foi criada com o único propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista de 215 000 milhares de euros, avalizado pelo Estado Português, tem um Capital Social diminuto e a duração é limitada ao tempo de vida do empréstimo contraído. Os dados principais das Contas do exercício de 2007 destas três empresas constam da Nota 16 do Anexo.

**9.4.** A Empresa registou em 2007 em Proveitos e Ganhos Financeiros (juros obtidos) por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos (Acréscimos de Proveitos) o montante de 7 718 045,00 euros beneficiando o Resultado Líquido do Exercício no mesmo valor. Este registo resultou de três con-

tractos de SWAP (BPN, Banco Santander Totta e BES) de taxa de juro celebrados em 2005, 2006 e 2007, relacionados com três empréstimos obtidos (215 000, 90 000 e 100 000 milhares de euros), instrumentos financeiros que foram registados em 31 de Dezembro de 2007 na contabilidade pelo seu justo valor, visto não se configurarem como de cobertura completa, tendo como efeito o cálculo e registo do proveito referido. Do mesmo modo, outro contrato de SWAP realizado em 2007 com o Banco Santander Totta, relacionado com um empréstimo de 100 000 milhares de euros, implicou um registo em 2007 em Custos e Perdas Financeiras, por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos (Acréscimos de Custos), no montante de 716 399 euros, afectando o Resultado Líquido do Exercício no mesmo valor. Concluindo, o efeito líquido dos contratos de SWAP realizados em 2005, 2006 e 2007 no Resultado Líquido do Exercício de 2007 foi um benefício de 7 001 646 euros. (Vidé Nota 48, alínea a, e Nota 49 do Anexo).

**9.5.** O Balanço em 31 de Dezembro de 2007 apresentado pelo Conselho de Administração mostra a perda da totalidade do Capital Social situação que é ampliada com a reserva do parágrafo n.º 7 atrás, pelo que a Empresa está abrangida pelo artigo 35º do CSC. A situação referida e o prejuízo incorrido em 2007 revelam a existência de uma incerteza material que pode levantar dúvidas acerca da capacidade da Empresa prosseguir a sua actividade numa óptica de continuidade sem a concretização de suporte financeiro adequado do seu accionista único e sem a realização de resultados positivos no futuro. (Vidé Nota 40 do Anexo).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

Dr. Leontino Raimundo Aleixo

ROC N.º 98







Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

**Sede Executiva:**

Al. António Sérgio nº. 62  
Complexo de Miraflores  
2795-221 Linda-a-Velha

**Sede Social:**

Rua 1.º de Maio, 101-103  
1300-472 Lisboa

[www.carris.pt](http://www.carris.pt)

